



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO**

Juliana Claudio

**DISCURSO EM DESLOCAMENTO: A TRADUÇÃO NAS PÁGINAS  
DO *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO* NO SEGUNDO REINADO**

Florianópolis  
2016



Juliana Claudio

**DISCURSO EM DESLOCAMENTO: A TRADUÇÃO NAS PÁGINAS  
DO *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO* NO SEGUNDO REINADO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução como requisito final à obtenção do título de Mestre em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina.  
Linha de pesquisa: Teoria, Crítica e História da Tradução  
Orientador: Prof. Dr<sup>a</sup>. Karine Simoni

Florianópolis  
2016



## **DISCURSO EM DESLOCAMENTO: A TRADUÇÃO NAS PÁGINAS DO *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO* NO SEGUNDO REINADO**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de MESTRE EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2016

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Andréia Guerini  
Coordenadora do Curso

### **Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr.<sup>a</sup>. Karine Simoni  
Orientadora  
UFSC

---

Martha Pulido  
Universidad de Antioquia/ UFSC

---

Maria José Baldessar  
UFSC

---

Gilles Abes  
UFSC



Para minha família:  
Nara e Moacir, Fernanda e Débora, Mainô e Milena.  
Meu porto seguro e fonte de inspiração e incentivo.





## **AGRADECIMENTOS**

Ao Romeu pelo inestimável apoio e constante incentivo.

À Karine Simoni, minha orientadora.

Às professoras Maria José Damiani Costa, Maria José Baldessar e Meta Elisabeth Zipser pela presença esclarecedora e incentivadora em minha qualificação.

Às professoras Martha Pulido, Maria José Baldessar e ao professor Gilles Abes pelas sugestões em minha banca de defesa.

Aos amigos e colegas pela colaboração.

À PGET/UFSC, pelo apoio institucional.



O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções.

Machado de Assis  
Crônica *O jornal e o livro*, de 10 e 12/1/1859



## **RESUMO**

O período do Segundo Reinado é considerado pelos historiadores como um momento importante para a edificação de uma cultura nacional que lançasse bases para a consolidação do Brasil como nação (SODRÉ, 1978; HOLANDA, 2002; CARVALHO, 2007). Nesse processo a literatura cumpriu um papel fundamental, mas, por estar ainda em formação, valeu-se da tradução como um instrumento central para o seu desenvolvimento. Assim, sob a perspectiva da interdisciplinariedade entre história, tradução e jornalismo, a presente dissertação objetiva contribuir com os estudos da história da tradução no Brasil. Para isso, inicia apresentando as bases teóricas referenciadas na Teoria dos Polissistemas e na Análise Dialógica de Discurso do Círculo de Bakhtin. Na sequência apresenta alguns aspectos do Brasil do Segundo Reinado, contextualiza a imprensa do período, com destaque para o *Diário do Rio de Janeiro*, para então dedicar-se em identificar o deslocamento no discurso sobre a presença da tradução no polissistema cultural brasileiro. Toma como estudo de caso as crônicas, críticas e comentários veiculados no *Diário do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal a circular diariamente no Brasil, durante o contexto sócio-histórico do período em que Dom Pedro II governou o país.

**Palavras-chaves:** Tradução. Segundo Reinado. Discurso. *Diário do Rio de Janeiro*



## **ABSTRACT**

The period of the Second Reign is considered by historians as an important moment for the building up of a national culture to launch the platforms for the consolidation of Brazil as a nation nação (SODRÉ, 1978; HOLANDA, 2002; CARVALHO, 2007). In this process literature has played a fundamental role but, because it was in its early stages, translation was a central instrument for its development. Thus, from the perspective of the inter-relationship between history, translation and journalism, these thesis aim to contribute to the studies of the history of translation in Brazil. For this, starts presenting the theoretical bases referenced on Poly-System Theory and Dialogic Analysis by The Speech of Bakhtin Circle. In sequence will presents some aspects of Brazil 's Second Reign, contextualizes the press of the period, especially the Journal of Rio de Janeiro, for then devote to identify the transition in the discourse of the presence of translation in the Brazilian cultural poly-system. Taking as a study case the chronicles, critiques and commentaries published by the Journal of Rio de Janeiro, the first newspaper which had daily circulation in Brazil, during the socio-historical context of the period in which the Dom Pedro II ruled the country.

Key-words : History of translation. The second reign. Discourse. Logbook of Rio de Janeiro





## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Capa da partitura de <i>O Guarany</i>	49
Figura 2	Capa do jornal <i>O Mosquito</i> do Rio de Janeiro	74
Figura 3	Capa da edição nº 450 da <i>Revista Ilustrada</i> de 1887	76
Figura 4	<i>Plano para estabelecimento de um útil e curioso Diário</i>	85
Figura 5	Primeira página do <i>O velho Diário do Rio de Janeiro</i>	88
Figura 6	Primeira página do <i>Diário do Rio de Janeiro</i> Edição: 205 de 31/10/1878	93
Figura 7	Edição 7084 de 9 de dezembro de 1845	109



## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>21</b>
<b>1 BASES TEÓRICAS</b>	<b>27</b>
<b>2 O SEGUNDO REINADO – ASPECTOS SOCIAIS, CULTURAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS</b>	<b>39</b>
<b>3 IMPRENSA NO BRASIL DO SEGUNDO REINADO: TRADUÇÃO, CRÔNICA, CRÍTICA E COMENTÁRIOS</b>	<b>60</b>
3.1 O <i>DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO</i>	82
<b>4 O DESLOCAMENTO DO DISCURSO SOBRE TRADUÇÃO NAS CRÔNICAS, CRÍTICAS E COMENTÁRIOS DO <i>DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO</i></b>	<b>94</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>154</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>159</b>



## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a contribuir para os estudos que tratam da história da tradução no Brasil focando, em específico, no Segundo Reinado, e tem o objetivo de identificar a mudança no discurso sobre *tradução* presente no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, que circulou no período de 1º de Junho de 1821 a 30 de outubro de 1878. Nesse sentido, vem somar-se ao que os pesquisadores do Núcleo de Estudos de Processo Criativo – NUPROC, do Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras da UFSC, têm feito para dar visibilidade às traduções de Dom Pedro II e, conseqüentemente, à história da tradução no Brasil na segunda metade do século XIX. Delisle e Woodsworth em *Os Tradutores na História* afirmam que

Especialmente a partir da década de 1980, os estudiosos da tradução perceberam a importância da pesquisa histórica [...]. Nos trabalhos apresentados em conferências, em seus livros e artigos, esses especialistas têm abordado o tema de uma variedade de perspectivas, desenhando as fronteiras da história de uma forma diferente e vendo o passado de diversos pontos de vista. (2003, p. 14)

Dentre os fatores que motivam a pesquisa em história da tradução está o fato de ampliar o conhecimento sobre um determinado período. De fato, a interdisciplinariedade entre história, tradução e jornalismo, carece de pesquisas, apesar de uma notável e crescente preocupação com a história da tradução no Brasil e com o aumento no número de programas de pós-graduação em tradução, teses, eventos, etc, sobre tradução no Brasil. Dessa forma, esse trabalho espera contribuir para ampliar o conhecimento acerca da história da tradução no Brasil no Segundo Reinado.

José Paulo Paes apresenta um panorama da influência da tradução no público leitor do período:

Sobre estes [os leitores] exerceram elas [as obras traduzidas] uma ação por assim dizer pedagógica, apresentando-lhes os grandes autores de outras literaturas e colaborando assim decisivamente para educar-lhes o gosto, ao mesmo tempo que lhes forneciam pontos de referência para uma visão comparativa das obras originariamente escritas no seu próprio idioma.(1990, p. 10)

A pesquisa perpassa pelas evidências da luta pela edificação de uma literatura e um teatro nacionais retratadas no *Diário do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal a circular diariamente no Brasil. Muitos são os textos que tratam deste tema. É possível, por exemplo, encontrar na edição nº 010 de 10 de janeiro de 1870, em uma crítica à peça *A morgadinha de Valflor* de Pinheiro Chagas, duras palavras de Henrique Chaves em relação "às imundices do theatro Francez(sic)<sup>1</sup>". Diz o crítico:

Há peças fadadas para altos destinos. O nome de Pinheiro Chagas era uma garantia para a sua obra ansiosamente esperada pelo público, avido de ver nos theatros, dramas com sabor portuguez e não esse mixto de composições de origem ignorada e de fim ainda mais desconhecido.<sup>2</sup> (p. 1)

A voz de Chaves não ecoava solitária: dez dias após seu texto ser publicado, era a vez de Luiz Caetano Guimarães Junior assinar a coluna *Litteratura* da página 2 da edição nº 025 do *Diário do Rio de Janeiro*, na qual escreve palavras ásperas, desta vez sobre a literatura brasileira. Ele inicia por

---

<sup>1</sup> Em toda a pesquisa optei por manter a grafia original do texto.

<sup>2</sup> As edições digitalizadas podem ser acessadas em [bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/](http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/)

afirmar que, antes da arte, "quem devera nacionalisar-se primeiro era o povo. Delle parte tudo, sobre elle tudo converge". E continua: "Desde os mais intimos hábitos sociaes até a larga manifestação do espirito em todas as espheras do conhecimento humano, o thesouro do paíz tine apenas com moedas estrangeiras. É um factio lastimoso, mas factio real e indiscutível".

Os exemplos dados demonstram o descontentamento para com a subserviência ao que vinha de fora do país e as críticas ao estrangeirismo iam ao encontro da defesa de uma cultura própria por parte da crítica. As evidências encontradas nos jornais possibilitaram traçar o deslocamento sofrido pelo discurso sobre as obras traduzidas, ora colaborando para o estabelecimento de um público leitor, ora sendo a base para críticas que fomentaram e provocaram o surgimento de uma literatura própria nacional.

Para averiguar tais aspectos, tomando como referência a abordagem sistêmica, descritiva e funcional dos Estudos Descritivos da Tradução - EDT e da Teoria dos Polissistemas, apresento, no primeiro capítulo desta dissertação, as teorias que possibilitam perceber a mudança pela qual passa a influência da tradução na edificação de uma literatura nacional. Perpasso ainda pela Análise Dialógica de Discurso (doravante ADD) do Círculo de Bakhtin, que possibilita desvendar o discurso escrito que é "de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio etc." (BAKHTIN, 2006, p.127-8)

Apresentados os princípios teóricos, traço, no segundo capítulo, um panorama do Segundo Reinado em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, contextualizando, de modo geral, a transformação de um

país governado por um jovem de 14 anos em uma nação conduzida por um Monarca dedicado, entre outras coisas, às letras, às ciências e às traduções. Muitos são os autores que destacam os 49 anos de governo de Dom Pedro II como um período destinado à unificação do país, à sua consolidação como nação e à edificação de uma identidade artística e literária nacional. Grande mecenas das artes e da ciência, o Imperador é conhecido, entre outras coisas, por sua erudição e sua paixão pelos estudos, pela leitura e pela escritura. Estas características, segundo seus biógrafos, o colocam no patamar de visionário de uma autonomia cultural para o Brasil. Como afirma Schwarcz, "Dom Pedro e a elite política da corte preocupavam-se com o registro e a perpetuação de uma certa memória [...] para a conformação de uma cultura genuinamente nacional" (1998, p. 127). Neste contexto, tanto a tradução como a literatura e o jornalismo desempenharam papéis fundamentais. Borges afirma que "O movimento sinuoso entre literatura e jornalismo é constante, ininterrupto, em razão de os dois discursos compartilharem uma história, até certo ponto comum" e cita o comentário de Watt de que "esse paralelismo histórico entre jornalismo e literatura" está baseado na grande quantidade de escritores que atuaram na imprensa. (2013, p. 208)

Assim, o jornalismo e a literatura se fortaleceram em ambientes similares e com propósitos não muito diferentes. "O casamento entre imprensa e escritores era perfeito. Os jornais precisavam vender e os autores queriam ser lidos. Só que os livros eram muito caros [...]. A solução parecia óbvia: publicar romances em capítulos na imprensa diária" (PENA, 2008, p. 32). A partir dessas considerações, num terceiro momento, a pesquisa foca na tradução e na



imprensa no polissistema cultural do Brasil oitocentista. As edições do *Diário do Rio de Janeiro* também são tratadas com atenção neste capítulo, em que sua trajetória é contada a partir de relatos de outros autores e de suas próprias páginas. O papel que este diário desempenhou em torno da edificação de uma identidade nacional e da constituição de uma literatura local parece ter sido fundamental. Em suas páginas é constante a presença de diversos homens e mulheres de letras que entrariam logo mais tarde para o panteão literário brasileiro, como Machado de Assis e José de Alencar. Constantes eram os seus escritos sobre o que deveria ser a literatura nacional; sobre o papel do romance; sobre a nova maneira de escrever (os folhetins). Teciam nele críticas sobre a sociedade, a política e as traduções.

Na sequência, o quarto capítulo identifica o corpus, sob a perspectiva da intersecção das teorias apresentadas, num esforço em traçar uma linha histórica do deslocamento do discurso, em consequência do reflexo da realidade do período, a respeito da presença da tradução no polissistema literário oitocentista. A escolha do *Diário do Rio de Janeiro* se deu por sua importância histórica, já que é considerado o primeiro jornal informativo diário a circular no Brasil e por compreender parte do período em que Dom Pedro II governou o Brasil. Através de suas páginas, disponíveis no acervo *online* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional<sup>3</sup>, foi possível identificar o discurso sobre a tradução e o processo de sua constituição, ou seja, o deslocamento do pensamento impresso em suas folhas a respeito das obras traduzidas. Utilizando-se palavras chaves na pesquisa, através do acervo

---

<sup>3</sup> Disponível em [bndigital.bn.br/hemeroteca-digital](http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital). Acesso de fevereiro de 2015 a janeiro de 2016

digital da Hemeroteca Nacional, foram consideradas 11997 edições no período de 23 de julho de 1840, data em que Dom Pedro II assume o trono, a 31 de outubro de 1878, quando o *Diário* deixou de circular. Utilizando então o jornal como ferramenta metodológica foi possível identificar o deslocamento do discurso sobre tradução, tornando visível a sua presença no período pesquisado.

## 1 BASES TEÓRICAS

Este capítulo, ao abordar o embasamento teórico que edifica a pesquisa, trata dos pressupostos que possibilitam verificar a transição pelo qual passa o discurso e, conseqüentemente, a presença e a relevância da tradução no sistema literário do Brasil do Segundo Império.

Para cumprir com o objetivo, como já foi anunciado, toma-se como referência a Análise Dialógica de Discurso e a abordagem sistêmica, descritiva e funcional adotada pelo teórico israelense Gideon Toury (2001) através dos Estudos Descritivos da Tradução (EDT) e da Teoria dos Polissistemas defendida pelo sociólogo, linguísta e crítico israelense Itamar Even-Zohar (2007).

Estas abordagens pressupõem a existência de vários sistemas que se relacionam dialeticamente e consideram as traduções fatos da cultura que as recebe. Sendo assim, as obras traduzidas compõem um subsistema que integra o sistema literário da língua de chegada, sendo que este está contido no polissistema cultural nacional. Todos eles mantêm relações entre si e com outros sistemas. Portanto, a literatura, e por conseqüência a literatura traduzida, é um dos elementos que integra as atividades sociais humanas, ou seja, como um sistema dentro de outro maior, a cultura. Desta forma, qualquer que seja o setor cultural, ele deve ser estudado em correlação com outros a fim de se entender melhor sua natureza e função. Esta noção se torna primordial para a compreensão da tradução como um processo de transferência cultural. Para Even-Zohar (2007), um observador de histórias literárias não deve deixar de levar em conta o impacto das traduções e da sua função na sincronia e

diacronia de uma dada literatura. Sob a sua ótica, todas as manifestações literárias, sejam elas centrais ou periféricas, são consideradas elementos do sistema e, como tal, relevantes enquanto objeto de pesquisa.

Em meados dos anos 1970, estudiosos europeus da tradução, entre eles Gideon Toury, André Lefevere e José Lambert, desenvolveram o paradigma descritivista que se fundamenta na hipótese de que traduzir é uma atividade orientada por normas culturais e históricas. Sob esta ótica, a própria escolha dos textos a serem traduzidos, as decisões tomadas durante o processo tradutório, e até mesmo a recepção das traduções, são fatores influenciados pelo contexto sociocultural. Os EDT, com base no modelo polissistêmico, concebem a tradução como um sistema que interage com vários outros sistemas configurando-se numa força modeladora de sua literatura. A abordagem descritivista considera as traduções fatos da cultura que as recebe onde o texto traduzido deixa de ser analisado de forma isolada e exclusivamente a partir do texto fonte, passando a ser levado em consideração como parte de um sistema literário. André Lefevere (1990) agregou novas dimensões a este modelo afirmando que o texto traduzido tende a ser influenciado por várias ideologias, sejam elas estéticas, políticas ou econômicas. Assim, os EDT consideram os vários elementos que podem influenciar uma tradução, bem como suas funções culturais em uma determinada sociedade, ou seja, a função que um texto traduzido desempenhará na cultura-alvo orienta o processo através do qual o produto traduzido é elaborado. Lambert afirma que:

Cada cultura, cada literatura reformula a tradução e suas variantes do seu modo. Qualquer definição a

histórica, dita universal, é agora absurda; só uma definição funcional e aberta permite revelar as flutuações em matéria de normas e modelos que caracterizam os fenômenos tradutórios. (2011, p. 187)

Desta forma, é possível perceber a passagem da tradução a um estágio de reinterpretação criativa através do qual o tradutor, ao manipular e reinterpretar o texto fonte, deixa sua marca no texto meta conforme o seu propósito. Como um pintor que escolhe a matiz em função da sensação que pretende passar ao apreciador de sua obra, o tradutor faz suas escolhas com vistas a sua intenção de (re)escritor. Como em qualquer processo de comunicação, é possível supor que na tradução também há a inter-relação e a influência recíproca entre emissor, receptor e o meio em que ela acontece.

Sobre a relação entre *comunicação* e *tradução*, é válido ressaltar o que o comunicólogo e intelectual paraguaio Juan Díaz Bordenave afirma ao conceber a *comunicação* como “um fenômeno humano e social” (1979, p. 41): esta seria “um processo natural, universal, que alcança a sua máxima complexidade no ser humano que vive em sociedade” (1979, p. 40). Bordenave faz uma releitura das palavras do teórico em comunicação Paul Watzlawick para afirmar que:

[...] em toda a comunicação existem dois elementos básicos: um elemento de *conteúdo*, que se refere ao que queremos dizer sobre algum objeto, e um elemento de *relacionamento*, que se refere à relação existente entre os interlocutores (p.46).

Para além do aprofundamento dos estudos dos processos de comunicação, alcançar uma compreensão mais ampla deste fenômeno possibilita uma interpretação mais clara do que ocorre na sociedade. É o caso

do estudo do *Diário do Rio de Janeiro* que permite traçar um panorama social do período foco desta pesquisa.

É válido mencionar também que toda mensagem, seja ela escrita, falada ou retratada em figura, carrega consigo uma carga de intenção e para que o seu intento se cumpra, caberá ao artista/tradutor/(re)escritor fazer-se compreensível. Lefevere afirma que:

Toda reescritura, qualquer que seja a sua intenção, reflete uma certa ideologia e uma poética e, como tal, manipula a literatura para que ela funcione dentro de uma sociedade determinada e de uma forma determinada. Reescritura é manipulação, realizada a serviço do poder, e em seu aspecto positivo pode ajudar no desenvolvimento de uma literatura e de uma sociedade. (2007, p.11)

Como foi dito, o objeto de análise dessa pesquisa não é o texto traduzido em si, mas o discurso sobre a tradução e o processo de sua constituição, ou seja, o deslocamento do que Lefevere chama de 'ideologia'. Portanto, quando Wilhelm Von Humboldt afirma que a tarefa da tradução dentro da literatura é a de “fornecer àqueles que não conhecem a língua a oportunidade de conhecer outras formas de arte e de cultura” (2010, p.107), é possível supor que está sob a responsabilidade do tradutor a escolha dessa cultura, ou seja, dessa ideologia a ser levada até o leitor. Lefevere traça como um dos papéis que a tradução exerce o de preencher uma necessidade. Já Antônio Candido (2004) afirma que a literatura cumpre um papel educativo, pois coloca o leitor em contato com outros lugares e tempos. Essas afirmações remetem a mais uma importante contribuição da tradução para o contexto

nacional oitocentista, qual seja, a de promoção do intercâmbio cultural que possibilitou o “diálogo nacional com o cânone universal” (FERREIRA, 2004, p.190).

Ferreira resgata os conceitos desenvolvidos por Even-Zohar para contextualizar a tradução no sistema literário e artístico brasileiro no período:

Para Even-Zohar, quando a literatura traduzida mantém uma posição central no polissistema, como é o caso do Brasil oitocentista, o século da tradução, a distinção entre obra original e tradução quase se dilui. (2004, p. 45)

Sob esta ótica é possível pensar o papel desempenhado pelo tradutor como o (re)escritor de um texto que sobeja as suas linhas para se concretizar no contexto em que é lido. E, como em todo ato comunicativo, para que ele faça sentido é preciso que emissor e receptor compartilhem de um mesmo contexto. O jornalista, assim como o tradutor, adequa seu texto, relato de um fato, ao público leitor que fechará o circuito de produção e recepção do texto. Sem que o texto jornalístico/traduzido tenha um público leitor, não há sentido em sua existência, sua função não se concretiza. Como exceção a regra pode-se elencar a tradução apenas como exercício individual para se estudar línguas e culturas.

Assim, a posição e a função das traduções e do ato de traduzir, dentro da perspectiva da cultura de chegada, não constituem uma série de fatos desconexos, ou seja, a forma que a tradução assume, as relações que a conecta ao texto fonte e as estratégias utilizadas na atividade tradutória possuem uma intenção que só se concretizará no momento em que for compreendida por esta cultura-alvo.

A mesma posição parece ser compartilhada por Pavis, que em sua obra *O teatro no cruzamento das culturas* destaca o leitor como protagonista ao conceituar a tradução como “esse texto inencontrável que deseja dar conta do texto-fonte, justamente sabendo que não tem sentido, de valor e existência, a não ser em função de um público-alvo” (2008, p. 154).

Desta forma, como já dito, a pretensão desta pesquisa não é a análise linguística do texto traduzido, e sim o deslocamento do discurso numa apreciação político-histórica. Para isso, recorro aos conceitos da Análise Dialógica de Discurso do Círculo de Bakhtin que afirma que tudo que é ideológico é signo e que todo signo "recebe um 'ponto de vista', pois representa uma realidade a partir de um lugar valorativo, revelando-a como verdadeira ou falsa, boa ou má, positiva ou negativa, o que faz o signo coincidir com o domínio do ideológico" (apud BRAIT, p. 170). Para melhor compreender os preceitos que guiam este trabalho, a seguir apresentarei o conceito da Análise Dialógica de Discurso do Círculo de Bakhtin que compreende "o discurso como objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas, em relação dialógica com outros textos" (FIORIN, 2013, p. 10).

O filósofo francês Paul Ricoeur (1986) afirma que o sentido do texto se dá, de um lado, pelas relações internas do próprio texto, por sua organização linguística. Por outra face, seu sentido é alcançado através das relações com outros discursos, ou seja, com a sua exterioridade. As teorias do discurso, que levam em conta o fato de que o texto é constituído de linguagem - sistemas de construção de sentido - consideram que o texto possui uma historicidade que é dada pela relação de um discurso com outro discurso.



Essa relação de contrariedade, chamada por Bakhtin de dialogismo, será basilar para esta pesquisa que se valerá da Análise Dialógica de Discurso para trabalhar a historicidade do discurso a respeito da tradução no sistema literário brasileiro no período foco deste estudo. Bakhtin afirma que um discurso é heterogêneo e só se constitui em antinomia a outro. Esta oposição demonstra que o sentido se organiza em um movimento dialético. O que propõe esta pesquisa é o estudo da historicidade do discurso, ou seja, o seu sentido na sua constituição dialética.

Esta dialética/contraposição de ideias que levam a outras ideias, tem sua materialização nos enunciados. Bakhtin afirma que todo sujeito se constitui a partir da interação que estabelece com o outro. Ou seja, a definição do eu como sujeito perpassa pela influência mútua que se processa entre o Eu e o Outro. Portanto, é a partir do discurso do outro que o sujeito se constitui na sociedade e é a partir da tomada de consciência desta interação dialógica intersubjetiva que o sujeito tem consciência do seu discurso e do seu papel. Assim, a essência da linguagem está nas interações sociais. A intenção discursiva apresenta-se como a vontade discursiva do falante e, nas palavras do autor,

Enquanto um todo a enunciação só se realiza no curso da comunicação verbal, pois o todo é determinado pelos seus limites, que se configuram pelos pontos de contato de uma determinada enunciação com o meio extraverbal e verbal - isto é, as outras enunciações (BAKHTIN, 2006, p. 127).

Outro aspecto relevante a esta pesquisa aferido por Bakhtin é a questão da ideologia que, segundo ele, está presente em todas as interações

sociais abrangendo um grande universo: a ética, a política, a arte, a filosofia, a ciência, religião. Brait afirma que a única definição do que é ideologia para o Círculo é a que está presente no texto "Que é a linguagem" escrito em 1930 por Voloshinov<sup>4</sup>. Diz ele: "Por ideologia entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio de palavras [...] ou outras formas sígnicas." (2014, p. 169)

Valendo-se do conhecimento gerado pelo Círculo que será possível desvendar o deslocamento dessa "ideologia", ou interpretações, a respeito do papel desempenhado pela tradução na edificação de uma literatura nacional brasileira no século XIX. Para o Círculo de Bakhtin, todo "produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) [...] ele também reflete e refrata outra realidade, que lhe é exterior" (BAKHTIN, 2006, p.29). Sociedade, discurso e ideologia se compõem mutuamente. Nessa relação, os gêneros funcionam como enunciados, que, acometidos de ideologias, retomam e reproduzem, e até mesmo modificam, os valores sociais nas diversas interações. Afirma Bakhtin que:

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos

---

<sup>4</sup> V. N. Voloshinov, "Que é linguagem", em A. Ponzio, La revolución bajtiniana: el pensamiento de Bajtín y la ideología contemporánea, 1998, p. 107

estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (2006, p.40)

Valendo-se da ADD e da indissolúvel relação entre língua, linguagem, história e sujeito será possível supor a mudança retratada nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro* em relação à recepção de obras traduzidas no polissistema cultural nacional do período. A base será a concepção de Bakhtin segundo a qual a relação dialógica não é um movimento mecânico, mas cíclico e constante, onde um discurso segundo constitui-se em oposição ao discurso primeiro que, por sua vez, altera-se em função do segundo e assim sucessivamente.

Para essa empresa, recorro à ideia de 'metalinguística/ translinguística' sugerida por Bakhtin em *Problemas da poética de Dostoiévski* no qual o autor a esboça como método de análise de discurso. Na obra está claro que a intenção é analisar e estudar aqueles "aspectos da vida do discurso que ultrapassam - de modo absolutamente legítimo - os limites da linguística" (2008, p. 207). Sob este ângulo é fundamental compreender o conceito de metalinguística/translinguística sugerida por Bakhtin para que se apreendam os estudos bakhtinianos como ADD. Segundo Beth Brait (2006, p. 10) no princípio do capítulo 'O discurso em Dostoiévski' encontra-se o primeiro momento em que uma 'análise /teoria dialógica do discurso' é proposta por Bakhtin:

Intitulamos este capítulo ‘O discurso em Dostoiévski’ porque temos em vista o discurso, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da Linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso. [...] As nossas análises subseqüentes não são lingüísticas no sentido rigoroso do termo. Podem ser situadas na Metalingüística, subentendendo-a como um estudo – ainda não constituído em disciplinas particulares definidas – daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam – de modo absolutamente legítimo – os limites da Lingüística. (2008, p. 181)

Para Bakhtin, Linguística e Metalingüística estudam o mesmo fenômeno, ou seja, o discurso, porém sob diferentes ângulos de visão, completando-se mutuamente ao invés de fundir-se. Brait afirma que esse fazer metodológico, analítico e interpretativo da 'metalingüística' acontece por meio da herança sobrevivida da linguística de:

[...] reconhecer, recuperar e interpretar marcas e articulações enunciativas que caracterizam o(s) discurso(s) e indicam sua heterogeneidade constitutiva, assim como a dos sujeitos aí instalados. [...] reconhecer o gênero a que pertencem os textos e os gêneros que nele se articulam, descobrir a tradição das atividades em que esses discursos se inserem e, a partir desse diálogo com o objeto de análise, chegar ao inusitado de sua forma de ser discursivamente, à sua maneira de participar ativamente de esferas de produção, circulação e recepção, encontrando sua identidade nas relações dialógicas estabelecidas com outros discursos, com outros sujeitos (2006, p. 13)

Bakhtin substitui o termo 'discurso' (que pertencente tanto à linguística quanto à translinguística) por 'relações dialógicas', atribuindo então à translinguística uma dimensão extralinguística:

Assim, as relações dialógicas são extralinguísticas. Ao mesmo tempo, porém, não podem ser separadas do campo do discurso, ou seja, da língua enquanto fenômeno integral concreto. A linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da vida da linguagem. (2008, p. 182)

Para o autor, toda a linguagem está impregnada de relações dialógicas. À Linguística cabe o estudo da linguagem propriamente dita com sua lógica específica, mas que torna possível a comunicação dialógica já que ela abstrai conseqüentemente as relações propriamente dialógicas. "Essas relações se situam no campo do discurso, pois este é por natureza dialógico e, por isto, tais relações devem ser estudadas pela Metalinguística, que ultrapassa os limites da Linguística [...] (BAKHTIN 2008, p. 182).

Brait destaca então que, para o Círculo, a abordagem do discurso não deve ser feita somente a partir de um ponto de vista interno ou exclusivamente de uma perspectiva externa. Para o autor,

Excluir um dos polos é destruir o ponto de vista dialógico, proposto e explicitado pela teoria e pela análise, e dado como constitutivo da linguagem. É a bivocalidade de 'dialógico', situado no objeto e na maneira de enfrentá-lo, que caracteriza a novidade da Metalinguística/Translinguística e de suas conseqüências para os estudos da linguagem. (BRAIT in: FÍGARO, 2012, p. 88)

Assim, unindo estas duas teorias que pressupõem a existência de vários sistemas que se relacionam dialeticamente, será possível perceber e identificar as mudanças pela qual passou o discurso sobre a tradução no polissistema literário nacional, seguimos com um panorama do século XIX.

## 2 O SEGUNDO REINADO – ASPECTOS SOCIAIS, CULTURAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS

Neste capítulo apresento alguns dados históricos a respeito da política, da sociedade, da economia e da cultura no Segundo Reinado, informações estas importantes para a compreensão do papel e o lugar do discurso sobre a tradução nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*. A relação entre tradução, história e a história da tradução encontra nas palavras de Berman sua importância. Diz ele:

Fazer a história da tradução é redescobrir pacientemente essa rede cultural infinitamente complexa e desconcertante na qual, em cada época, ou em espaços diferentes, ela se vê presa. E fazer do saber histórico assim obtido uma abertura para nosso presente. (2002, p. 14)

Ao falarmos em Segundo Reinado, uma das primeiras considerações a serem citadas pelos historiadores e biógrafos é o fato do imperador Dom Pedro II ter ascendido ao trono com apenas 14 anos e ter sido obrigado a "reinar no país tocado a escravos, de população significativamente negra mestiça e analfabeta, jovem precoce que fora arrancado dos livros para assumir o poder" (MARTINS, 2008, p. 46). Ele herdara de seu pai não apenas o Império, mas um país marcado pelo autoritarismo, pelo descontentamento de uma parte considerável da população e por uma grave crise econômica, agravadas no governo de seu pai. De fato, a imagem abalada de Dom Pedro I tinha origem em atitudes como a prisão e o exílio de diversos deputados; ter contrariado a constituição, ao pretender assumir o trono português na sucessão de seu recém falecido pai, o rei Dom João VI; a acusação de ser o mandante do assassinato do jornalista e médico Líbero Badaró que, mais tarde, se tornaria o símbolo da

luta pela liberdade de imprensa no Brasil; e as ameaças de represálias vindas da Inglaterra por conta do tráfico de escravos. José Murilo de Carvalho lembra que Dom Pedro I, ao "dissolver a Assembleia Constituinte em novembro de 1823, deu início a um lento e penoso processo de divórcio político com a nação." (2007, p.11).

Marisa Lajolo e Samira Campedelli, ao traçarem o panorama da época na obra *Literatura Comentada de Castro Alves*, afirmam que:

Pedro II herdara, com a coroa, um país mergulhado numas das mais graves crises econômicas de sua história, sacudido por revoltas e lutas sangrentas que se alastravam por todo o território nacional. [...] Eram os balaios no Maranhão, os farroupilhas no Rio Grande do Sul, os liberais em São Paulo e Minas, a revolução praieira em Pernambuco. (1990, p.9)

Na segunda metade do século XIX a Alemanha, a França e a Inglaterra eram as principais potências econômicas. Ao Brasil, assim como aos demais países não industrializados, cabia o papel de fornecedor de matérias-primas e de alimentos. Por outro lado, Alencar afirma que "Os países industrializados, já na fase do capitalismo monopolista, se expandiram agora não apenas exportando mercadorias, mas através de investimentos de capitais nos países periféricos" (1996, p. 163).

Como consequência de tal processo, o período é marcado por mudanças na sociedade brasileira, "um tempo que, por assim dizer, modernizou um pouco o modo de vida pachorrento e acomodado de um país latifundiário, patriarcal e escravagista como o Brasil" (LAJOLO, p. 11). O crescimento econômico proporcionado pela cultura cafeeira, porém, não



promoveu alterações significativas na base econômica brasileira, que permanecia alicerçada na exportação deste produto.

A Região Centro-Sul do país configurou-se como a mais moderna, sediando as propriedades dos "barões do café" que, além de cuidarem das fazendas, também assumiam o encargo de empresários urbanos acompanhando os preços do café no mercado internacional e os fretes, cuidando das transações bancárias e comerciais. Outra característica a ser considerada em relação ao quadro sócio-econômico da época diz respeito à substituição da mão de obra escravizada pela mão de obra européia. Segundo Lajolo,

Como consequência, a região de São Paulo ganhou outro aspecto: as fazendas de café não utilizavam mais mão-de-obra escrava, pois o café era uma cultura delicadíssima, e os séculos de escravismo no Brasil não permitiam que se vissem os negros como mão de obra de confiança. Se o café precisava de trabalhadores mais qualificados, isso queria dizer que ele necessitava de trabalhadores brancos e europeus. (1990, p. 12)

Assim iniciou a chegada dos imigrantes, em sua maioria italianos, que a partir de 1875 tinham se estabelecido na região Sul do Brasil, em especial no Rio Grande do Sul e, em menor escala, em Santa Catarina. Com a ampliação das fazendas cafeeiras em boa parte do estado de São Paulo, a Região Sudeste passou a se constituir como mais uma alternativa de trabalho para os imigrantes e acabou por receber um maior contingente de trabalhadores que vinham para o Brasil impulsionados pela grave crise que atingia a Itália e atraídos pela propaganda do Governo brasileiro que prometia-lhes a possibilidade de alcançarem a independência econômica. Santos, baseando-se em pesquisa nos periódicos italianos dos anos que sucederam a unificação da

Itália, destaca que "além da diminuição dos rendimentos, pela falta de tecnologia e esgotamento dos solos, as obrigações tributárias para com o Estado italiano só fizeram aumentar as dificuldades e tornaram a vida no campo um verdadeiro pesadelo" (1999, p. 101). A autora publica um recorte de texto publicado na página 2 do jornal *La Voce Cattolica* de 24 de outubro de 1882 que retrata o sentimento da época. Diz o texto:

Emigração - Domingo, 22 do corrente. Partiram para o Brasil 60 camponeses nossos, 46 de Vezzano, e os outros de comunidades vizinhas. Eram na maior parte famílias inteiras com seus velhos e crianças. [...] Pelo seu aspecto via-se que haviam chorado muito por abandonar os seus entes queridos, e a sua pátria; mas estavam também cheios de confiança de encontrar melhor sorte na América. (1999, p. 96)

Petrone destaca que a partir da década de 1870 começaram a veicular no Brasil propagandas favoráveis ao imigrante italiano sob o argumento de que ele atenderia às necessidades dos fazendeiros já que seria:

[...] trabalhador, frugal, dócil, pobre, econômico, católico e italiano. Achavam que esse imigrante poderia ser manejado com facilidade, sem os perigos que uma insurreição escrava apresentava, não traria problemas de aculturação e se mesclaria bem 'com nossas populações', por índole, costumes e crença (1990, p. 323).

Porém, a historiografia brasileira mostra que a adaptação dos imigrantes aos hábitos escravagistas dos fazendeiros não foi um processo simples ou fácil, pelo contrário: "os desmandos dos fazendeiros nos primeiros anos da grande imigração estão ligados a incompreensão da importância que a família tinha no quadro cultural do italiano" (PETRONE, 1990, p. 327); aliado

a isto, a exploração a que eram sujeitados acabava por impulsioná-los a abandonar as fazendas e a se mudar para as cidades, em especial São Paulo.

Um fenômeno similar ocorreu no Rio de Janeiro, que "[...] em 1872 com 275 mil habitantes, torna-se um pólo de atração para os colonos que, espremidos pelo latifúndio, se deslocavam para a cidade à procura de uma vida melhor" (ALENCAR, 1996, p. 182).

Se por um lado as condições deficientes de trabalho e a falta de uma política eficiente que primasse pela inserção social e econômica dos imigrantes na realidade rural e urbana brasileira denotasse que a situação da maioria dos imigrantes era crítica, contemporaneamente, a alta sociedade, detentora do capital agrário e dos modos de produção, vivia em condições privilegiadas e frequentava saraus, peças teatrais e bailes. A maior parte da juventude estudante das escolas superiores era apreciadora de poesia e adepta das ideias liberais, do abolicionismo e da política. Este era provavelmente o público que lia as notícias sobre a literatura e a tradução nos jornais. O Brasil tomava ares de potência na América Latina ao envolver-se em campanhas contra o uruguaio Manoel Oribe e contra o argentino Juan Rosas. Assim Sodré relata este período:

A vida urbana se amplia. Nela, a mulher e o estudante estabelecem condições de sociedade que antes não existiam. Serão as parcelas mais importantes do público que, na época, acompanha as atividades culturais. A imprensa ganha novas características, distinguindo-se os jornais dotados de continuidade e de estabilidade, na multidão de pequenas folhas circunstanciais, que quase desaparecem [...]. É o desenvolvimento da imprensa que constitui base para o desenvolvimento da literatura [...]. (1978, p.45)

Segundo a historiografia, durante os 49 anos em que governou o Brasil, Dom Pedro II não apenas unificou o país, como o consolidou como nação. Foi nesse momento que se acentuou a preocupação de edificar uma identidade artística e literária nacional. O seu interesse pelo cultivo e pela promoção da cultura podia ser visto nas bolsas de estudo que distribuía, nas doações a instituições de ensino e de produção científica, na liberdade de imprensa, na fundação de escolas e, ainda, por suas frequentes idas às reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Carvalho conta que:

[...] Muitos brasileiros estudaram no país e no exterior à custa do bolsinho imperial. D. Pedro fazia o que hoje fazem os órgãos do governo que financiam bolsas de estudo, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Durante o Segundo Reinado, 151 bolsistas obtiveram pensões, 41 deles para estudar no exterior. No Brasil, foram 65 pensionistas do ensino básico e médio, dos quais 15 eram mulheres. Os pensionistas no exterior recebiam ajuda para viagem, livros e enxoval. Em contrapartida, tinham de prestar contas trimestrais de seu aproveitamento e assumir o compromisso de regressar ao país no final dos estudos. (2007, p. 98)

Ainda segundo Carvalho, o imperador teria demonstrado um notável suporte em relação à cultura, de modo que seu “apoio à ciência, às letras e às artes, à educação e à técnica foi um exemplo importante num país de 80% de analfabetos” (2007, p.230). Sodré sintetiza o Segundo Reinado como o período em que o Brasil atravessou por etapas decisivas e afirma que o país:

Alicerçou a sua prodigiosa unidade. Consolidou a sua política externa [...] Resolveu o problema do elemento servil. Processou, no seio da sua sociedade, a uma transformação sensível, mercê da própria marcha da civilização. [...] Levantou-se nos impulsos notáveis do

seu comércio. Aumentou a sua riqueza. Ingressou numa política internacional de novos horizontes [...] Abriu perspectivas à lavoura com o aumento das vias férreas. Pôs em contato mais íntimo as diversas partes do país pela difusão do telégrafo e pelo surto da navegação a vapor. Iniciou a sua industrialização. (1998, p. 130-131)

Vale lembrar que o princípio do Segundo Reinado, iniciado em 23 de julho de 1840 com a declaração da maioria do jovem imperador, interrompeu os quase 10 anos de domínio dos conservadores no cenário político nacional. Durante todo o período regencial, principiado com a abdicação de Dom Pedro I em 1831, os liberais estiveram à margem no centro político.

O Partido Liberal, surgido por volta de 1837, defendia os interesses das camadas médias urbanas e dos senhores rurais, além da manutenção da dominação política das elites escravocratas rurais. Além disso, era considerado à esquerda do Partido Conservador e tinha sua base de apoio nas províncias do Centro-sul do Brasil. Já o Partido Conservador, criado um ano antes, em 1836, era composto pelos antigos *caramurus* (membros do extinto Partido Restaurador, simpáticos ao retorno da coroa portuguesa) e pela ala dissidente dos liberais moderados. Defensor dos grandes proprietários rurais, ricos comerciantes e altos funcionários do governo, sua força política estava centrada nas províncias do Nordeste. Ainda que com algumas diferenças, tanto liberais quanto conservadores representavam os proprietários rurais. Paulo Bonavides descreve o panorama partidário do período da seguinte forma:

No entanto, essa linha divisória e imaginária, traçada pelo historiador político, nem sempre reflete a coerência das posições que assumiram as duas forças

partidárias do Império, pois em face do poder que cobiçavam, a bandeira dos princípios era não raro deposta para prevalecerem os interesses áulicos, as conveniências de ocasião, as abdições, as acomodações (1994, p. 492).

Como já dito, no cenário econômico brasileiro o café se consagrava como o principal produto agrícola, baseado na demanda gerada pelo mercado europeu. Essa cultura, que inicialmente contava com a mão de obra escrava, após a abolição, passou a ser sustentada pelos imigrantes. Nelson Werneck Sodré, na obra *Síntese de História da Cultura Brasileira*, diz que:

Ao iniciar-se a segunda metade do século XIX, a economia brasileira havia superado a longa crise que a golpeava desde o declínio da mineração. A lavoura do café expandira-se no vale do Paraíba, nas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. A produção crescera em ritmo acelerado, passando das 100.000 sacas de 1820 ao milhão de sacas de 1840, aos dois milhões de 1860 (1978, p. 44-45).

A migração da massa escrava para a assalariada acabou por gerar um mercado consumidor no país, incentivando assim o crescimento da industrialização. Neste ínterim, surgem as ferrovias que possibilitaram o transporte de cargas do interior para o porto, diminuindo os custos da exportação. Sodré registra que:

Quando Pedro II chega ao trono [...] as vias de comunicação são poucas. Os transportes permanecem muito lentos. As notícias chegam ao interior e às longínquas localidades, com atraso de meses. Em 1850, quando se suprime o tráfico negreiro, inaugura-se a primeira linha de navegação a vapor, entre o Brasil e a Europa. De 1854 a 1858, constroem-se as primeiras estradas de ferro. [...] Em 1867 havia, no

país, 601 quilômetros de estradas de ferro. Em fins de 1870 esse número se elevava a quase mil. [...] nos fins de 1888, em quase 9.200 quilômetros. [...] As linhas telegráficas reduziam-se, em 1873, a 3.469 quilômetros. Esse número eleva-se para 5.151, em 1875. [...] As linhas telegráficas chegavam, em 1886, a 10.610 quilômetros. Em 1888, atingiram 18.000 quilômetros aproximadamente. (1998, p. 88-89)

Na capital, Rio de Janeiro, as atrações culturais eram o teatro, a ópera e os saraus literários. A França determinava a moda e a cultura para boa parte do mundo, inclusive para as brasileiras que estavam cada vez mais envolvidas pelas poesias e pelos folhetins românticos que se constituíam, “em sua quase totalidade, de traduções dos clássicos do romance-folhetim, de novelas curtas e do romance tradicional francês” (NADAF, 2009, p. 123).

Assim Matos descreve o que ele chama de “espírito brasileiro” do período:

Antes da República, ou por espírito de oposição ao império católico, ou por influência desse pensamento moderno, eram os intelectuais brasileiros quase todos livres-pensadores, ou pelo menos espíritos de um larguíssimo liberalismo, que roçava pelo livre-pensamento. Este liberalismo foi, aliás, a feição conspícua do espírito brasileiro e da vida pública brasileira durante todo o reinado de D. Pedro II. (1915, p.24)

Ideias advindas do movimento romântico<sup>5</sup> que se manifestava em diferentes lugares da Europa chegaram ao Brasil tendo como marco fundador a

---

<sup>5</sup> Amplo movimento cultural surgido nas últimas décadas do século XVIII na Europa que perdurou por grande parte do século XIX. O movimento caracterizou-se como uma visão de mundo contrária ao racionalismo e ao iluminismo e pela busca ao nacionalismo. Sobre o assunto,

publicação, em 1836, dos poemas de Domingos José Gonçalves de Magalhães reunidos no livro *Suspiros poéticos e saudades*.

Em sua primeira geração os românticos brasileiros procuraram adaptar estas ideias à realidade brasileira. Imbuídos de lusofobia, destacaram-se pela tentativa de criar uma identidade nacional, referendando-se na natureza exótica e no passado histórico dos brasileiros. Inspiravam-se na terra e no homem primitivo, idealizando o índio como herói. Nomes como Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811 a 1882); Manuel de Araújo Porto Alegre (1806 a 1879) e Antonio Gonçalves Dias (1823 a 1864) tinham suas referências em Montaigne e Rousseau.

Sobre esse período, Schwarcz destaca que:

Na literatura e na pintura os índios idealizados nunca foram tão brancos; assim como o monarca e a cultura brasileira tornavam-se mais e mais tropicais. Afinal, essa era a melhor resposta para uma elite que se perguntava incessantemente sobre sua identidade, sobre sua verdadeira singularidade (1998, p. 148).

O heroísmo indígena inspirou obras como o romance *O Guarani*, que relata a devoção e fidelidade do índio Peri a Cecília. Escrita por José de Alencar, teve sua primeira publicação de fevereiro a abril de 1857 no Correio Mercantil em forma de folhetim. Inspirado na obra de Alencar, Carlos Gomes, já um artista renomado na cidade de Milão - graças ao "bolsinho imperial de

---

consultar: GONZAGA, Sergius. **Manual de Literatura Brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, cap. III, págs. 37-82, 1985.



D. Pedro<sup>6</sup> - escreve a ópera de mesmo nome. O entusiasmo criador de Gomes teria surgido em uma tarde de 1867 quando o compositor passeava pela Praça do Duomo em Milão e ouviu um jovem que anunciava uma tradução para o italiano da obra de José de Alencar: “O Guarani! O Guarani! Interessante história dos selvagens do Brasil”<sup>7</sup> (GOMES, 2011, p. 10). Três anos depois, no dia 19 de março de 1870, a nova ópera estreou com grande sucesso em toda a Europa e América do Norte. Tamanho acontecimento rendeu ao brasileiro muitos elogios, como o supostamente proferido por um dos maiores compositores italianos de ópera do período romântico, Giuseppe Verdi: "Este jovem inicia de onde eu parei"<sup>8</sup>. Na noite de 2 de dezembro de 1870 *O Guarani* estreia no Brasil em comemoração ao aniversário de Dom Pedro II.

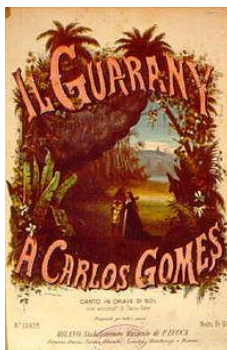


Fig. 1 - Capa da partitura de *O Guarany* em que a atmosfera presente na imagem evoca um pouco o imaginário romântico europeu, ou seja, a presença de jogos de luz e sombra, grandiosos, o homem em meio à natureza, como se dominado por ela<sup>9</sup>

<sup>6</sup> José Murilo de Carvalho registra que "Muitos brasileiros estudaram no país e no exterior à custa do bolsinho imperial [...] D. Pedro fazia o que hoje fazem os órgãos do governo que financiam bolsas de estudo [...]", (2007, p. 98).

<sup>7</sup> *Il Guarany! Il Guarany! Storia interessante dei selvaggi del Brasile!* (Tradução própria. Todas as traduções realizadas nesta dissertação são de minha autoria)

<sup>8</sup> *Questo giovane comincia dove finisco io*

<sup>9</sup> Disponível em <http://catalogos.bn.br/lc/musica/cgguar.htm>. Acesso em: 14 de maio de 2015

A geração seguinte de românticos é tomada por um sentimentalismo exagerado, pelo egocentrismo e por uma forte característica narcisista. Inspirados pelo inglês Byron e pelos franceses Alphonse de Lamartine e Alfred de Musset, os poetas da segunda geração ressaltam o estilo de vida noturna e boêmia voltada aos caprichos da sensibilidade e da fantasia. A mulher idealizada é inacessível e há ainda, a fuga da realidade. Nesse período temos no Brasil nomes como o de Álvares de Azevedo (1831 - 1852), Fagundes Varela (1841 - 1875) e Casimiro de Abreu (1839 - 1860).

A terceira geração traz consigo a marca da temática social e da defesa de idéias igualitárias na fase chamada *Condoreira*. Poetas como Castro Alves (1847-1871) e Sousândrade (1833 – 1902) desenvolvem uma poesia social, comprometidos com a causa abolicionista e republicana.

Segundo a *Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império* de 1872, nessa época o Brasil passava por uma modernização da gestão do estado que "requeria a disponibilidade de informações mais acuradas sobre a totalidade da população e suas principais características" (2012, p. 10). Assim, "encontra-se no primeiro volume do Censo de 1872, uma população no Brasil de 9.930.478 habitantes, sendo 8.419.672 livres e 1.510.806 escravos" (2012, p. 24). Destes, 8.366.947 eram analfabetos e apenas 1.565.454 sabiam ler e escrever. Deste universo de alfabetizados, 1.397 eram escravos.

Ainda que períodos da história não possam ser delimitados com rigor, Heitor Lyra classifica como o *Fastígio* do Segundo Reinado os anos a partir de 1870. Um momento em que, segundo o autor, "o país entrava definitivamente no regime da ordem e da paz, que iria se prolongar até o fim da Monarquia"

(1977, p. 9). Nesse período a sociedade brasileira passou por profundas transformações que iriam culminar com o fim da monarquia.

Nessa época o Rio de Janeiro era a principal cidade do país, "quer por seu número de habitantes, quer por sua área demográfica, pela solidez, tamanho e beleza de seus edifícios públicos, [...]. Deixava longe as demais capitais das Províncias" (LYRA, 1977, p. 43). É também nesse período que, terminada a guerra com o Paraguai - que durou de dezembro de 1864 a março de 1870, voltam à tona os problemas sociais e políticos. Sobre essa década Renault diz que:

Urge renovar certos conceitos e modificar até mesmo o regime político. A abolição total, o federalismo, a imigração, a reforma do ensino, o recrutamento, o registro civil, a reforma financeira são problemas que reclamam solução. [...] A imprensa se renova. As redações são centelhas de idealismo. Ela sai de sua fase artesanal e se prepara para o avanço industrial. [...] É o tempo dos novos costumes sociais, como a patinação e o *cricket*. Brillham as confeitarias, como a de Francisco Castelões, com as empadas, o Porto, os bilhetes para a récita teatral. É o prenúncio da *belle-époque*. (1992, p. 9-10)

Enquanto Lyra afirma que a imprensa perdia o tom violento dos tempos passados, deixando de ser "uma arma estritamente política, que só servia para excitar e exacerbar os ânimos" (1977, p. 41), Renault conta que em março de 1871 a discussão do projeto do elemento servil mantinha nos jornais o tom hostil dos tempos passados. O tema atrai a atenção do público que lota todos os recintos da Câmara:

Não há lugar vago. Toda a imprensa se ocupa do assunto. Subscrito por *Vox Populi* o *Diário do Rio de Janeiro* publica violento artigo: 'A Emancipação e a

Coroa<sup>10</sup>. Artigos anônimos e conversas insidiosas acusam Rio Branco<sup>11</sup> de um convênio ajustado com os liberais, que têm assento no Senado, a propósito da votação sobre a reforma do estado servil (1992, p. 15).

A imprensa sempre teve em Dom Pedro II um leitor assíduo e atento. Lyra conta que "era sabido o cuidado com que lia os principais jornais da Corte" e que, já em 1854, "era costume fazer-se um extrato dos principais artigos e notícias" (1977, p. 79) para serem submetidos ao Imperador. Através dos jornais o Monarca promovia uma "vigilância implacável" (1977, p. 80) com seus comentários às margens das publicações feitos com seu lápis fatídico que tanto punia culpados, corrigia a displicência e o descaso das autoridades, como servia para "louvar ou premiar aqueles que o merecessem" (1977, p. 80).

Sobre o momento que vivia a imprensa, Dom Pedro II anota em seu diário no dia 8 de maio de 1876:

Depois de jantar fui à imprensa nacional. 1200 trabalhadores. Salões de 300 pés de comprimento e 76 de largura, para composição, prensas das melhores — uma imprime 7.000 folhas de ambos os lados numa hora. Disseram-me que a máquina não dobra perfeitamente; porém depois o diretor confessou que o governo não adota essa máquina nem a de coser para empregar mais braços. Bela oficina de encadernação — encadernam muito solidamente e com gosto. Há 500 mulheres empregadas. A oficina da eletrotipia é mesquinha. Imprime só para o governo na razão de 700.000 impressos por ano e encadernam na mesma

---

<sup>10</sup> Artigo publicado na página 2 da edição nº 191 de *O Diário do Rio de Janeiro* de 12 de julho de 1871

<sup>11</sup> Em 7 de março de 1871 foi instalado o Ministério do Visconde do Rio Branco (Renault, 1992, p. 15)

razão. É um estabelecimento digno de ver-se. Montou-se em 1861. (p. 369)

Nessa década também se destaca o comércio livreiro. Renault lembra que, no ano de 1872, apesar da taxa de analfabetos ser de 66,4%, são "inúmeros os leilões de obras clássicas. [...] Nos armazéns, nas lojas e nas livrarias estão à venda as obras de Vitor Hugo, Michelet, Miguel de Cervantes, Bernardim Ribeiro, Rebelo da Silva e a Bíblia" (1992, p. 33).

A vida segue em harmonia no cotidiano fluminense, como registrado na primeira página da edição de 4 de dezembro de 1872 pelo cronista de domingo do *Diário do Rio de Janeiro*:

[...] às seis horas da manhã passam os banhistas e pouco depois as beatas a caminho da missa. Às sete os primeiros ambulantes: os dos ferros velhos e camelôs. Às oito aparecem as lavadeiras, as vacas de leite e as doceiras. Às oito e trinta chega o padeiro e a seguir vem o relojoeiro, os ourives e os mascates. As meninas dos colégios dão vida e colorido à rua. São nove e quinze rolam os coupés magníficos dos médicos, dos capitalistas e dos funcionários públicos dinheirosos. Às nove e meia passam os funcionários públicos. Às dez a cidade civiliza-se e os hotéis resplandecem. Ao meio dia todos os rios da agitação e do rumor fluminense desembocam na rua do Ouvidor em tempestuosas casas de paletós, fracs, casacos, cocques, cascos, luvas, bengalas, chibatas, bigodes, sorrisos, leques, etc.

Veríssimo conta que na literatura os movimentos de ideias que haviam começado a operar na metade do século na Europa chegaram ao Brasil vinte anos depois e "deviam pôr termo ao domínio exclusivo do Romantismo" (1929, p. 337). Afirma ainda o autor que:

Sucesso de ordem política e social, e ainda de ordem geral, determinaram-lhe ou facilitaram-lhe a manifestação aqui. Foram, entre outros, ou os principaes, a guerra do Paraguai, acordando o sentimento nacional, meio adormecido desde o fim das agitações revolucionárias consequentes à Independência, e das nossas lutas no Prata; a questão do elemento servil, comovendo toda a nação, e lhe despertando os brios contra a aviltante instituição consuetudinaria; a impropriamente chamada questão religiosa, resultante do conflito entre as pretensões de autonomia do catolicismo oficial e as exigências do tradicional regalismo do Estado, a qual alvorçou o espírito liberal contra as veleidades do ultramontanismo e abriu a discussão da crença avoenga, provocando emancipações de consciências e abalos da fé costumeira; e, finalmente, a guerra franco-alemã com as suas consequências, despertando a nossa atenção para uma outra civilização e cultura que a franceza, estimulando novas curiosidades intelectuais (1929, p. 337).

Lyra confirma que Dom Pedro II era "leitor de uma grande parte das obras que se publicavam no seu tempo, acompanhava assim o pensamento contemporâneo em todos os setores do conhecimento humano" apresentava "ligações espirituais" com a doutrina positivista e que "Imperador conhecia seus principais pregadores em França, como Auguste Comte e Pierre Laffite" (1977, p. 100).

Em 1876 as novidades literárias brasileiras que se destacavam nos anúncios dos jornais eram "*Ressurreição, Histórias da meia-noite, Contos Fluminenses, Crisálidas e Falenas*, que se anunciavam com *Americanas*" (RENAULDT, 1982, p. 85). Uma publicidade da Livraria Garnier publicada no *Jornal do Comércio* de 5 de maio de 1876 afirma que "Quando o nome de

Machado de Assis apareceu pela primeira vez em publico disserão todos: é um jovem escriptor que promette muito. E promette mesmo. E o que mais raro acontece se bem promettia, melhor cumpria". O mesmo periódico anunciava outras novidades que chegavam à Corte. Na edição de 30 de junho do mesmo ano eram as "pennas de alumínio" que chegavam de Viena, na Áustria, que ganhavam destaque prometendo distinguirem-se "especialmente pela flexibilidade do metal, reunindo a elasticidade da antiga penna de ave à resistência da nova penna de aço". O texto publicado pelos Laemmert traz ainda a distinção numérica grafada na pena conforme o seu uso: a de nº 140 servia à "caligraphia ingleza", já a de nº 530, por ser extrafina, à "correspondências e escripturação de livros em branco".

Os hábitos da sociedade, ao ver do folhetinista de o *Diário do Rio de Janeiro*, cada vez se "desfluminiza-se" mais. A crítica publicada em 11 de julho de 1876 pede que "tomae ao acaso um patricio nosso e examinae-o da cabeça aos pés: a sua roupa é franceza, o cançado inglez, o charuto hamburguez, o relógio genovez, o cavallo argentino, o chalet suiso e o kiosque chinez". Porém, para Renault (1982) estas palavras seriam na verdade um exagero do cronista já que "É baixo o poder aquisitivo da população. É suscetível de erros e falhas o confronto do custo de vida atual com uma época distanciada de cem anos, atentando ainda para a conversão da moeda - do *real* ao *cruzeiro*" (p. 92). É possível ter uma ideia sobre a renda de algumas profissões lendo a relação de votantes divulgada, na mesma edição de julho, em decorrência da eleição para o chamado *Município Neutro*. Os eleitores eram organizados por grupo e por quarteirão residencial ou profissional. Relata o jornal que o funcionário público possui um salário entre

300 *mil-réis* a 6 mil *contos de réis*; o militar, 1320 *contos de réis*; o médico e o advogado, 2 mil *contos de réis* cada; o professor e o guarda-livros mil *contos de réis*; o magistrado, 6,8 *contos de réis*; e o fazendeiro 10 *contos de réis*.

Carvalho afirma que após a elite ter sido acomodada no sistema, cessaram os conflitos internos. O que se viu então foi parte da população rebelando-se contra o governo. Não havia mais reivindicações, e sim protestos, assim relatados pelo autor:

As novas revoltas eram desencadeadas por medidas do governo que, embora legais e parte do processo de burocratização do Estado, feriam valores e tradições arraigadas. Entre essas medidas estavam o registro civil de nascimento, casamento e morte, o recenseamento, o recrutamento, a mudança do sistema de pesos e medidas. (2007, p. 174).

Apesar destes protestos, o fastígio do Segundo Reinado é assim relatado por João Etienne Filho em seus comentários à orelha do livro de Lyra (1977):

A década de 1870 a 1880 foi, assim, relativamente tranquila. Dominaram os salões. O próprio Paço se abria para tertúlias. Grandes obras se publicavam em rodapés. O Teatro desencadeava paixões. Os jornais brilhavam, inclusive com polêmicas que se tornaram famosas.

A intensificação do movimento abolicionista a partir de 1880 parecia acelerar a promoção de mudanças já em curso na sociedade como a introdução do trabalho assalariado, a urbanização, as atividades industriais, a fundação de jornais, clubes e associações difusoras das ideias abolicionistas.



Com o fim da escravidão, abolida através da Lei Áurea (n.º 3.353) em 13 de maio de 1888, Dom Pedro II perdeu o apoio da elite cafeeira, e as ideias liberais e do movimento pró república avançaram. Alencar destaca que estas transformações "tornaram superado o regime monárquico. As chamadas "questões" – religiosa, militar, escravista e eleitoral – eram manifestações conjunturais do declínio político do império" (1996, p. 216). Sodré registra que o regime monárquico já não possuía predomínio sobre as províncias afastadas e acrescenta:

Na realidade, o segundo império, na fase derradeira, governa com a província do Rio de Janeiro. Pela segunda vez a tradicional gente fluminense seria o último baluarte [...] a velar por alguma coisa que realmente já não existia [...]. De treze de maio de 88 a quinze de novembro de 89 o regime semelha esses doentes que, em agonia lenta, vão morrendo aos poucos, contra cujo aniquilamento a vida nada pode fazer, e cujo colapso final é aguardado para qualquer hora, como a sanção de um fato positivo, a frialdade da morte que já se avizinhou e que já tomou posse e que não recuará mais, numa fatalidade exasperada. (1998, p. 323)

As constantes crises políticas geradas pela excessiva centralização do poder e pelo adiamento de reformas importantes motivaram e deram início ao movimento republicano. Aliada a esta realidade, as mudanças econômicas e sociais tencionavam e davam condições para os intelectuais, políticos, etc, apoiarem a República.

Houve também uma sucessão de atritos entre o governo e os militares que se sentiam desprestigiados pela monarquia. "Em 1855, o jornal *O Militar* já criticava os políticos e os bachareis em leis, pedindo reforma eleitoral,

abolição do trabalho escravo, proteção à indústria e à migração estrangeira" (ALENCAR, 1996, p. 215). A disseminação de ideias positivistas na Escola Militar formava, para além de assuntos militares, jovens preocupados com temas políticos. Vários incidentes entre militares e governo colocavam em campos opostos oficiais insatisfeitos e governistas favoráveis a punições.

Apesar disso, Sérgio Buarque de Holanda assim retrata o Brasil nesta fase de transição:

Não falta quem associe à experiência monárquica o maior grau de estabilidade que o país pôde desfrutar, e também a unidade nacional que conseguiu manter, apesar do exemplo de seus vizinhos de língua espanhola, logo divididos em várias repúblicas independentes. A presença de uma Corte respeitada e em geral bem aceita foi, nesse caso, um obstáculo à luta entre facções e à ação de aventureiros com ambição de poder. E, ao mesmo tempo era, sem dúvida, um forte elemento de coesão nacional. Quando, já no fim do século XIX, triunfa o ponto de vista daqueles que viam no regime republicano uma espécie de fatalidade inelutável para a América, o país estava preparado para recebê-lo sem as implicações negativas que, em outras circunstâncias, talvez não pudesse evitar. (2002, p. 55-57)

Porém, o que culminou com os acontecimento do dia 15 de novembro de 1889, quando os militares proclamam a república, foi a queda de um governo que não contava com o apoio do seu Exército, era criticado pela Igreja Católica, desaprovado pelos fazendeiros e desprovido de forças sociais que o pudessem defender. Neste cenário, o país almejava deixar para trás uma realidade escravagista e monarquista para se tornar uma república (LYRA, 1977).

No dia 16 de novembro de 1889, a maioria dos jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul estampavam manchetes em suas primeiras páginas ovacionando o novo momento que se iniciava. Em sua edição nº 118 o periódico carioca Correio do Povo trazia na capa "VIVA A REPÚBLICA BRAZILEIRA!", "VIVA O EXÉRCITO - VIVA A ARMADA!", "VIVA O POVO BRAZILEIRO!", seguido de um longo texto sobre a proclamação.

Expondo alguns aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos do Segundo Reinado, que oferecem uma ideia de como era o Brasil do período, esse capítulo se justificou pela intersecção entre história, tradução e jornalismo. Acenou ainda para a importância da história da tradução como um saber importante ao presente, como afirma Berman (2002). Agora, ao próximo capítulo cabe traçar um perfil da tradução e do jornalismo durante o período.

### 3 IMPRENSA NO BRASIL DO SEGUNDO REINADO: TRADUÇÃO, CRÔNICA, CRÍTICA E COMENTÁRIOS

Como já dito, a presente pesquisa busca estudar a presença das traduções no polissistema cultural nacional do Segundo Reinado tomando como estudo de caso as crônicas, críticas e comentários sobre tradução publicadas no jornal *O Diário do Rio de Janeiro* que hoje pode ser acessado através do acervo on-line da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional<sup>12</sup>.

Sobre o papel da literatura traduzida, o professor e pesquisador José Lambert afirma que

[...] estamos convencidos de que o estudo da literatura traduzida, se abordada de uma perspectiva ampla e sistêmica, contribuirá substancialmente para uma abordagem mais dinâmica e funcional da literatura como tal, pois não há dúvida de que a análise de traduções literárias fornece um elemento importante para nossa compreensão da interferência literária e da poética histórica. (2011, p. 210)

Maria Cristina Batalha, em estudo intitulado *O lugar do folhetim traduzido no sistema literário brasileiro*, propõe-se a analisar o papel que os textos de origem francesa exerceram sobre o sistema literário no Brasil do século XIX. Segundo a autora, a tradução:

[...] constituiu uma etapa importante na construção da chamada ‘literatura nacional’ desempenhando entre nós aquilo que Itamar Even-Zohar designou como um “papel primário” na rede de interações que se teceram

---

<sup>12</sup> Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. O material foi pesquisado no período de fevereiro de 2015 a janeiro de 2016

no campo literário brasileiro durante o século XIX, na medida em que as traduções não exerceram uma função conservadora de manutenção de formas já existentes, mas sim constituíram um elemento propiciador para a criação de gêneros novos. (2006, p. 49)

Portanto, é possível supor que, no contexto da primeira geração de românticos, na qual a literatura está à disposição da afirmação de uma identidade nacional<sup>13</sup>, a tradução desempenhou um papel fundamental na formação cultural brasileira, como afirma Eliane Fernanda Cunha Ferreira em seu ensaio *Para traduzir o século XIX: Machado de Assis*:

A tradução no século XIX brasileiro, em uma sociedade pós-Independência pressionada pela modernização, funcionou como um veículo de transferência cultural e se revelou como componente da formação da identidade cultural da nação na medida em que, ao traduzir o outro, gerava o encontro do próprio. (2004, p. 28)

Wyler ressalta que, desde quando os europeus chegaram ao Brasil, o lugar sofreu uma “dupla exposição cultural, a portuguesa e, por seu intermédio, a francesa” e que essa situação teve grande influência em “nossa visão de mundo”. (2003, p.57) Batalha contextualiza a literatura do período:

No momento da busca de consolidação de um campo literário que se identificasse como “nacional”, à literatura brasileira era reservada a condição de receptáculo das outras literaturas. É, aliás, nesse quadro que se inscreve a ruptura assumida com relação à literatura portuguesa e a aceitação, percebida como “salutar” e “natural”, do modelo francês, pois,

---

<sup>13</sup> Sobre o assunto consultar: WEBER, João Hernesto. **A Nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira**. Florianópolis: Editora UFSC, 1997.

afinal, era o que de melhor julgava-se estar sendo produzido além das nossas fronteiras. (2006, p.44)

O próprio Dom Pedro II se dedicava com bastante atenção às traduções. Através das mais de “5500 páginas de diário, registradas a lápis em 43 cadernos”, é possível verificar o quanto a tradução esteve presente em sua vida (CARVALHO, 2007, p. 76). Assim demonstram os recortes abaixo:

18 de novembro de 1876. Depois do almoço, enquanto não se seguia traduzi o Atos dos Apóstolos com o Henning [...]

13 de julho de 1887 (4a fa.) 1 <sup>3</sup>/<sub>4</sub>. Almocei bem. Descansei. Acabo de traduzir a Odisséia com Seibold. Vou sair.

2 de janeiro de 1891 (6a fa.) 6h 20' Odisséia. O príncipe de Montenegro estava dormindo e não pude obter a tradução de Leconte Delisle que lhe emprestei. Espero a Isabel para jantar. Chegou. (ALCANTARA, 1999, v. 18, p. 435; v. 27, p. 555; v. 36, p. 894).

Daros supõe que, ao dedicar-se às letras e às traduções, Dom Pedro II ansiava também fazer parte do seletto mundo das ciências e das artes. Ao mesmo tempo em que mirava um Brasil moderno e pujante, almejava ser reconhecido como erudito, pois “Aspirava à imagem de um monarca moderno, apoiador das ciências e das artes e de um homem engajado no seu estudo e desenvolvimento” (2012, p. 185). A tradução serviria como um passaporte de ingresso nesse clube.

Tendo como referência as situações comunicativas no contexto em que ela se realiza, é possível traçar um panorama do desempenho da tradução no polissistema cultural do Segundo Reinado. Neste período, a tradução

contribuiu para a modernização de um país em construção, dando-lhe uma face e abrindo novos horizontes à criação cultural no Brasil. Ela influenciou significativamente o campo literário brasileiro, colaborando para a sua autonomia e para a consolidação de uma identidade própria. Como afirmou Machado de Assis “Nem tudo tinham os antigos, nem tudo têm os modernos; com os haveres de uns e de outros é que se enriquece o pecúlio comum” (1959, p. 822). Assim, “tratando-se de um país que apenas entra na primeira mocidade” (ASSIS, 1959, p. 818), a obra traduzida mediou culturas, transportando do velho continente os cânones, a moda e os costumes.

Sobre a importação de textos Casanova afirma que a "intradução, concebida como anexação e reapropriação de um patrimônio estrangeiro, é um outro meio de aumentar o patrimônio" (2002, p. 287). A autora prossegue com o exemplo dos alemães que durante o século XIX, "ao lado da invenção e da fabricação da literatura como emanção nacional e popular" tentaram "desviar em seu proveito os recursos literários greco-latinos para constituir o capital que lhes faltava". E acrescenta que "o recurso ao patrimônio antigo, grego e romano, permitiu que os alemães tomassem de certa forma um caminho mais curto para anexar e nacionalizar uma gigantesca jazida de riqueza potencial" (2002, p. 287).

É o caso do teatro traduzido, que no Brasil desempenhou um papel protagonista no cenário nacional, ocupando tanto as casas de espetáculos quanto os saraus literários. Matos destaca os anos de 1850 a 1880 como o melhor momento do teatro brasileiro quando os “melhores dos nossos literatos de então escreveram para o teatro e acharam quem os representasse e quem os fosse ouvir, o que nunca mais aconteceu depois” (1915, p.449). Ele afirma

então que a “bibliografia teatral dessa época é a mais copiosa de toda a nossa literatura, e havia pelo teatro nacional interesse e curiosidade que depois desapareceu de todo, com a concorrência do teatro estrangeiro importado por companhias alienígenas” (1915, p. 449). E acrescenta:

Com todos os seus defeitos, apresenta o teatro brasileiro de 1850-1880, certos caracteres ou simples sinais que lhe são próprios, e até lhe dão tal qual originalidade, tirada da sua mesma imperfeição. Canhestros embora, e por via de regra imitadores do teatro francês, os seus autores não são sempre copistas servís, e sobrelevam o seu arremedo com um íntimo sentimento do meio, que ainda não tinha sido de todo amesquinhado ou extraviado pelo estrangeirismo logo depois triunfante. (MATOS, 1915, p. 399)

O grande número de traduções, sobretudo de peças teatrais francesas, tinha em Machado de Assis, num primeiro momento, um dos mais ferrenhos críticos. Para ele, a presença das traduções era um “entrave ao surgimento de um teatro normal, isto é, de cunho nacional, com autores e atores brasileiros” (FERREIRA, 2004, p.50), como demonstra em *O Passado, o Presente e o Futuro da Literatura*, publicado em 1858:

Para que estas traduções enervando a nossa cena dramática? Para que esta inundação de peças francesas, sem o mérito da localidade e cheias de equívocos, sensaborões as vezes, e galicismos, a fazer recuar o mais denodado francelho? (ASSIS, 1959, v. III, p. 802)<sup>14</sup>

Porém, essa postura parece se transformar a partir do momento em que passa a perceber a importância do papel da tradução para o enriquecimento

---

<sup>14</sup>*O Passado, o Presente e o Futuro da Literatura* é uma crítica publicada originalmente em *A Marmota*, no Rio de Janeiro, nas edições de 09 e de 23 de abril de 1858.



do pecúlio cultural e na sua própria formação intelectual. Machado de Assis também era tradutor, inclusive de teatro - um de seus grandes desafios literários. Era a invasão de “uma preamar de traduções e peças nacionais medíocres que se sucediam rapidamente, na cena, para satisfazer, de qualquer modo, às solicitações de um público versátil e inculto” (GOMES, 1958, p.13) que o irritava.

Sobre a propagação das peças, Wyler destaca que:

Seus tradutores foram figuras respeitadas na literatura, no jornalismo, na política. Machado de Assis; Arthur Azevedo – que traduziu, adaptou e parodiou mais de trinta peças francesas; Quintino Bocaiúva; Francisco José Pinheiro Guimarães, tradutor de libretos de ópera; Antonio Rego, que traduziu os doze opúsculos da *Bibliotheca Drama'tica: Theatro Moderno*; Francisco Moreira Sampaio, autor de inúmeras traduções livres, paródias, óperas e operetas; Luiz Vicente Simoni, tradutor de 30 peças italianas; e José Joaquim Vieira Souto, tradutor de peças francesas e italianas, e folhetins. (2003, p. 99)

Sodré afirma que o "avanço da vida urbana, o crescimento da classe média e o esboço da burguesia que começava a se fazer sentir permite a ampliação das atividades culturais ligadas também à imprensa: o livro e o jornal" (1983, p. 206). A política entrou numa nova fase e a imprensa refletia as questões mais polêmicas.

Neste contexto, o romance-folhetim foi responsável pela renovação e ampliação da produção literária brasileira e do público leitor, funcionando, em um primeiro momento, como uma força impulsionadora de todo um sistema literário. Delso Renault registra que "a família encontra no romance folhetim uma forma de lazer" (1982, p. 33). Cientes de que à medida que aumentasse e

se consolidasse a produção ficcional no país diminuiria o volume de traduções publicadas em revistas e jornais, os escritores brasileiros incorporaram as técnicas narrativas dos romances-folhetins como forma de beneficiar a compreensão do texto. Todo o esforço concentrou-se no estabelecimento de um público-leitor, essencial para a existência de um verdadeiro sistema literário. Sobre a figura do público-leitor, Nadaf afirma que:

É ele que se busca conquistar pois dele depende o escritor, não apenas para cumprir a função social que lhe cabia exercer, mas também para poder viver da literatura, entidade que deveria ganhar foro de autonomia. (2009, p.47)

Nesta época firmam-se em terras brasileiras empresas como a Laemmert (1838) dos irmãos livreiros e editores Eduardo e Henrique Laemmert; a loja de livros B.L. Garnier (1854) de Batista Luís Garnier, que acabaria por se tornar o grande editor da segunda metade do século XIX; a Livraria Clássica (1854) de Nicolau Alves e, posteriormente, de seu sobrinho especialista em livros didáticos Francisco Alves de Oliveira, que chegou a absorver 90% do comércio de livros no Brasil (SODRÉ, 1983, p.206-207). O comércio livreiro estava em plena ascensão, aliado aos leilões de obras clássicas e à organização de diversas livrarias. "Mas qualquer loja de uma só porta presta-se para esse comércio", registra Renault (1982, p. 33). O autor conta ainda que a segunda metade do século XIX marca uma evolução "[...] trazida com a máquina a vapor. Com a ferrovia. Evolução social com o bonde e a descoberta dos arredores da cidade. Evolução da moda [...] e dos costumes sociais" (1982, p. 36). Paralelo a estas mudanças, intensificou-se o desenvolvimento dos jornais. Quando na década de 1850 o Brasil entra na era

das ferrovias e das telecomunicações, estes sistemas facilitam a distribuição dos jornais nas regiões de maior população e a atividade econômica, além de agilizar o fluxo de informações destinadas às redações pelas linhas telegráficas. O que antes se limitava a publicações políticas, voltadas para a atividade comercial e de informação geral, ampliou-se com o surgimento dos periódicos ilustrados, como *A Semana Ilustrada* (1860). Balaban afirma que nestas publicações misturavam-se opiniões diversas, mesclavam-se intenções políticas e o desejo de torná-las viáveis economicamente. E assim, a imprensa ilustrada:

[...] cresceu sistematicamente no decorrer da segunda metade do século XIX, ampliando tanto a quantidade de folhas, a maioria de periodicidade semanal, como o número de leitores, maior até que o número de exemplares [...]. Tratava-se de um jornalismo que caiu cada vez mais no gosto do público brasileiro (2009, p.24).

A respeito desse processo, Martins destaca a postura de Dom Pedro II, "tolerante para com as manifestações irreverentes da imprensa nativa, generoso para com os arroubos de parte de seus súditos" (2008, p. 47-48). Martins relata que política e imprensa se conjugam, "a serviço dos partidos - Conservadores ou Liberal - atrelados a grupos familiares, condicionados a seus interesses econômicos e afinidades intelectuais" (2008, p. 48).

A conjugação entre a literatura - fosse ela traduzida ou não - e a imprensa foi muito intensa no Brasil oitocentista. Romancini e Lago destacam que os periódicos "cumpriam o papel de suprir a carência de livros e outros meios de informação num país que tinha ainda muitas deficiências nesse aspecto" (2007, p. 31). Além disso, esta relação explica "não só o tipo de

jornalismo com um pé na oratória política [...], mas também o desenvolvimento do folhetim no Brasil [...]. Primeiro através de traduções, depois autores nacionais iam escrever ficção para os jornais” (2007, p. 54).

Machado de Assis registra em seu texto "O Jornal e o Livro" publicado originalmente no *Correio Mercantil* nos dias 10 e 12 de janeiro de 1859, que

O jornal apareceu, trazendo em si o gérmen de uma revolução. Essa revolução não é só literária, é também social, é econômica, porque é o movimento da humanidade abalando todas as suas eminências, a reação do espírito humano sobre as fórmulas existentes do mundo literário, do mundo econômico e do mundo social (1959, p. 955).

Outro escritor que se manifestou sobre a importância dos jornais para a época foi José de Alencar. Em sua obra *Como e porque sou romancista* ele destaca que

Em fins de 1856, achei-me redator chefe do Diário do Rio de Janeiro [...]. Ao findar o ano, houve idéia de oferecer aos assinantes da folha, um mimo de festa. Saiu um romancete, meu primeiro livro, [...]. Escrevi *Cinco Minutos* em meia dúzia de folhetins que iam saindo na folha dia pôr dia (1990, p. 18)

A obra *O Guarani*, publicada em 76 capítulos semanalmente, foi sucesso de público conforme Alphonse de E. Taunay:

Em 1857, talvez 56, publicou *O Guarani* em folhetim no *Diário do Rio de Janeiro* e ainda vivamente me recordo do entusiasmo que despertou, verdadeira novidade emocional, desconhecida nesta cidade tão entregue às exclusivas preocupações do comércio e da bolsa, entusiasmo particularmente acentuado nos

currículos femininos da sociedade fina e no seio da mocidade, então muito mais sujeitas ao simples influxo da literatura, com exclusão das exaltações de caráter político. O Rio de Janeiro em peso, para assim dizer, lia *O Guarani* e seguia comovido e enlevado os amores tão puros e discretos de Ceci e Peri e com estremecida simpatia acompanhava, no meio dos perigos e ardis dos bugres selvagens, a sorte vária e periclitante dos principais personagens do cativante romance. Quando a São Paulo chegava o correio, com muitos dias de intervalo então, reuniam-se muitos estudantes numa república em que houvesse qualquer feliz assinante do Diário do Rio para ouvir, absortos e sacudidos de vez em quando por elétrico frêmito, a leitura feita em voz alta por alguns deles, que tivessem órgão mais forte (1932, p. 85-86).

As palavras de Taunay servem para ilustrar a importância e o impacto do jornal como meio para difundir e tornar mais acessível a literatura produzida na época. Pode-se afirmar que a ampliação do número de prelos permite a multiplicação dos jornais e outras publicações pelos mais diversos territórios nacionais e o "jornalismo tem, por isso, influência em vários aspectos do contexto sócio-político do país [...] A imprensa participa também dos debates que estão ligados ao fim do trabalho escravo e à adoção do regime republicano" (ROMANCINI e LAGO, 2007, p.45).

Assim, pode-se supor que o papel desempenhado pela imprensa neste período de modernização foi fundamental. Martins e De Luca registram que "à sombra do café e com a palavra liberada" iniciava-se junto ao segundo reinado, "o império da palavra impressa". Segundo elas, "palavra e imagem" ganharam força e expressão através de periódicos produzidos pelos mais diversos agentes sociais. Além disso, evidenciou-se o projeto de inserir o Brasil no cenário cultural do ocidente. Apesar de ser alvo constante de críticas e caricaturas, D.

Pedro II era um defensor da liberdade de imprensa<sup>15</sup>. Conta Xavier que em 1871, antes de viajar para a Europa, Dom Pedro escreveu à sua filha Princesa Isabel algumas observações sobre a Liberdade de Imprensa, com o seguinte teor:

Entendo que se deve permitir toda a liberdade nestas manifestações da imprensa e de qualquer outro meio de exprimir opiniões, quando não se dêem perturbações da tranquilidade pública, pois as doutrinas expendidas nessas manifestações pacíficas, ou se combatem por seu excesso ou por meios semelhantes, menos no excesso. Os ataques ao Imperador, quando ele tem consciência de haver procurado proceder bem, não devem ser considerados pessoais, mas apenas manejo ou desabafo partidário. (XAVIER, 2013)

As anotações no diário de Dom Pedro II confirmam que essa preocupação o ocupou durante todo o seu reinado, como é possível observar nos escritos do dia 20 de julho de 1890. Escreveu o Imperador:

10 <sup>3</sup>/<sub>4</sub> Volto da missa a última de Cannes este ano pelo menos. O mais como de costume. Sol muito forte e ameaça trovoadas. Esquecia dizer que La Patrie de 14 cita o trecho de Liégeois sobre a liberdade de imprensa no Brasil que se lê na conferência que ele fez a respeito de minha Pátria, e diz “Nous détachons ce passage sur le regime de la presse au Brésil du temps où D. Pedro régnait encore. Les renseignements proviennent croyons nous de la source la plus haute et leur mérite d’exactitude et d’actualité est double par la plume académique qui nous les transmet. “Mes idées sont favorables à sa plus grande liberté”. Qui a écrit

---

<sup>15</sup> Imprensa Brasileira - Dois séculos de história, 2012. Disponível em: /www.anj.org.br/imprensa-brasileira-dois-seculos-de-historia. Acesso em: 07 de março de 2015.

cela l'empereur lui-même de sa main, il y a peu de semaines en tête du chapitre que M. Ferreira de Araújo consacre à cette reine de notre époque. Et de fait avant les événements de 9bre je ne repondrais pas qu'il en allât ainsi depuis le départ du tyran – aucun ne jouissait, sous ce rapport de pareilles immunités”. Gosto de citar estas palavras, e vanglorio-me delas. A consciência não me acusa de poupar seja o que for para o progresso de minha Pátria e ainda espero prestar-lhe bons serviços, porque muito posso estudar para isto (1890, p. 813).

Ainda assim, este novo espaço e novo modo de fazer da imprensa não foram prontamente colocados em prática. A manutenção de uma monarquia centralizadora e católica no lugar da cogitada república livre e laica; a permanência do poder compartilhado entre Igreja e Estado; o caráter mercantil da imprensa, que dificultava o encontro de consumidores que a tornassem lucrativa, aliado aos altos índices de analfabetismo e o regime escravo que consolidou a tradição monocultora foram alguns dos fortes entraves à imprensa da época. Martins e De Luca destacam que neste período:

[...] podem ser pontuados dois momentos: o primeiro, de 1841 a meados de década de 1860, no qual predominou o discurso conservador e áulico, a despeito das costumeiras vozes dissonantes; o segundo, sobretudo de 1868 em diante, quando da queda do Gabinete liberal de Zacarias de Góes e Vasconcelos, que figurou como porta-voz de credos diversos, reunindo polifonia de falas que pregavam a liberdade de religião, e emancipação e/ou libertação do escravo, o advento da república, não sem reverberações de permanência do regime monárquico. No tom dos discursos, o cânone romântico conferia nativismo e paixão às falas e ao texto impresso (2008, p. 46-47).

Machado de Assis afirmara que o jornal é a "alavanca que Arquimedes pedia para abalar o mundo, e que o espírito humano, este Arquimedes de todos os séculos, encontrou" (1959, p. 954) e acrescenta:

O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções. (1959, v.3, p. 955)

Afonso A. de Freitas (1914) em seu livro *A Imprensa Periódica de São Paulo* conta que em 1840 havia seis folhas na capital paulista. De 1840 a 1850, quarenta e sete, no decênio seguinte cinquenta e cinco. De 1861 a 1870, sessenta; de 1871 a 1880, oitenta e um e de 1881 a 1890 somavam duzentos e vinte e quatro demonstrando que, ao longo do Segundo Reinado a quantidade de jornais brasileiros aumentou. E isso não ocorreu apenas em número, mas em edição e em tiragem também.

Na segunda metade do século XIX o desenvolvimento dos jornais se intensificou. As mudanças passaram pela modernização dos prelos e de suas instalações em prédios construídos especialmente para abrigá-los. Em *História da Cidade de São Paulo* Taunay demonstra outra característica desta modernização que "veio a ser a utilização, cada vez maior, pelo comércio das vantagens do preconício" (1953, p. 223), ou seja, a utilização da propaganda pela publicidade periódica:

[...] fazendo inserir seus primeiros anúncios, mal redigidos e inestéticos, em linhas corridas, numa lastimável sovinice, de espaço, na última coluna da última página, passando cada vez mais à prática do



ostentoso reclamo, reflexo da concorrência comercial e da evolução das idéias e processos modernos. (1953, p. 223)

Sodré afirma que a influência exercida pela imprensa na literatura foi, num primeiro momento, de ordem técnica e material já que "a imprensa possibilitou o livro, em seu estágio nacional primário" (1995, p. 321). Segundo o autor foram as oficinas dos jornais que fizeram as primeiras impressões e até mesmo distribuições de livros:

Nas oficinas do *Correio Mercantil*, do *Diário do Rio de Janeiro*, da *Marmora* é que foram feitos os livros de nossos escritores, quase sempre depois de ter o jornal publicado os mesmos em folhetins. [...] Mas o livro não é ainda o caminho apropriado para chegar ao público - o caminho é o jornal. E a ficção romântica deve atingir o leitor primeiro pelo jornal, depois pelo livro. É por isso que os escritores são também jornalistas, e é por isso que o livro é primeiro folhetim. (1995, pp. 321- 322)

Romancini (2007) também reafirma que é dessa fase a confluência entre jornalismo e literatura, além de uma primeira diversificação e especialização da imprensa. Surgiram então periódicos para diferentes segmentos: público feminino, imigrantes, apoiadores da monarquia e da república, abolicionistas e partidários da escravidão, e outros. Entre os periódicos destacam-se *Minerva Brasiliense* (1843) e *Ostensor Brasileiro* (1845), ambos literários; os humorísticos *Mutuca Picante* (1834), *Semana Ilustrada* (1860) e *O Mosquito* (1869); os científicos como a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (1854); e os voltados para a mulher e a família, entre eles, *o Espelho Diamantino* (1827), *O Jornal das Senhoras* (1852) e *A Família* (1888).

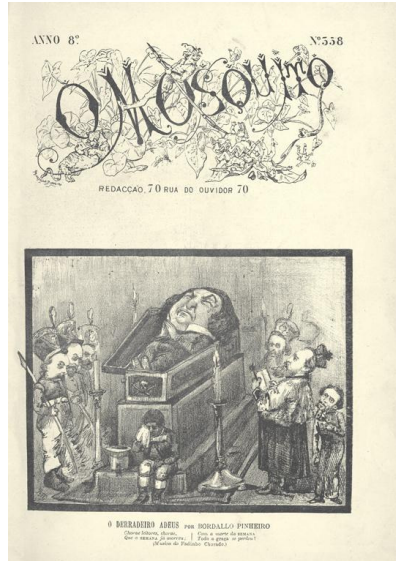


Fig. 2 - Capa do jornal *O Mosquito* do Rio de Janeiro, edição de 15 de abril de 1876 onde Bordallo Pinheiro lamenta o fim da pioneira *Semana Ilustrada*.<sup>16</sup>

A partir do avanço no uso de prelos nas províncias e a consequente modernização do maquinário, que acabaram por permitir edições diárias, aumento de tiragens e a publicação de ilustrações, somam-se:

[...] a introdução do telégrafo (1852), o uso de cabos submarinos para a transmissão de mensagens telegráficas (1874) e o desenvolvimento do sistema de correios (na segunda metade do século XIX). Há ainda um crescimento na profissionalização e especialização do setor em contraste com o jornalismo "de um

<sup>16</sup> Disponível em:

[www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=225](http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=225). Acesso em: 24 de junho de 2015.

homem só" que marcou o início da atividade no país. (ROMANCINI, 2007, p. 53)

Outro aspecto importante da imprensa do período foi a sua participação nas campanhas pela Abolição e pela República, tendo a década de 1870 como um marco. "De 1870 a 1872 surgem mais de 20 jornais republicanos", enfatiza Sodré (1983, p.212). Neste período destacou-se o *A República*, jornal do Partido Republicano Nacional que circulou na Corte e chegou a ter uma tiragem de 10 mil exemplares, número muito expressivo para a época (ROMANCINI, 2007, p.57). Segundo Sodré o jornal reuniu "os melhores elementos da literatura e da imprensa" e resgata a recordação que Lúcio de Mendonça teria anos mais tarde:

Há 20 anos, pelo correr de 1872, a sala de redação da *República* [...] era ponto de encontro dos homens de letras do tempo; além dos de casa, que eram Quintino Bocaiuva, Salvador de Mendonça, Ferreira de Menezes, Luís Barbosa da Silva, lá iam frequentemente Joaquim Serra, Francisco Otaviano, Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Caetano Filgueiras e, uma ou outra vez, José de Alencar [...]. Havia, então, certas noites um grande *ponche*, com palestra em redor, para o qual se convidava, com a fantástica denominação *exposição de feras*. O calouro de imprensa, que eu era com os meus dezoito anos de idade e o curso de Direito interrompido, fazendo a cozinha na redação da *Republica*, achava uma requintada delícia intelectual aquele convívio de gente nova quase ilustra, de bom humor e de bons dias. (1983, p.213-214)

Já a imprensa ilustrada, que cresceu sistematicamente também no decorrer da segunda metade do século XIX, caiu cada vez mais no gosto do público "atraído pela novidade técnica da litografia, que permitia a reprodução com qualidade e velocidade de todo o tipo de imagem e abordava assuntos

variados, ampliando os limites da imprensa convencional" (BALABAN, 2009, p. 24). O caricaturista italiano Angelo Agostini, importante ativista político nas campanhas pela República e pela Abolição, teria sido um dos principais personagens da imprensa ilustrada oitocentista. Considerado um dos pais da caricatura no Brasil, fundou em 1864 o primeiro jornal ilustrado de São Paulo, o *Diabo Coxo*. Com o fim deste periódico, lançou o *Cabrião* em 1866, que veio a falir em 1867. Com a mudança para o Rio de Janeiro, colaborou com desenhos e textos para *O Mosquito* e *Vida Fluminense*<sup>17</sup>, no qual realizava muitas representações satíricas de D. Pedro II. No dia primeiro de janeiro de 1876 lançou a *Revista Ilustrada*, um marco editorial no país à época (BALABAN, 2009) que manteria a linha de duras e bem humoradas críticas ao Monarca, como ilustrado abaixo.

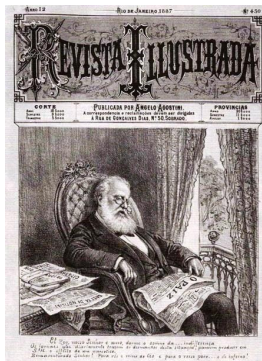


Fig. 3 - Capa da edição nº 450 da *Revista Ilustrada* de 1887. Abaixo da foto a legenda: "El Rey, nosso senhor e amo, dorme o sono da...indiferença"

<sup>17</sup> Neste jornal Agostini publicou em 30 de Janeiro de 1869 *As Aventuras de Nhô Quim ou Impressões de Uma Viagem à Corte*, considerada a primeira história em quadrinhos brasileira e uma das mais antigas do mundo. Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em:

<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/vida-fluminense-folha-joco-s%C3%A9ria-illustrada>. Acesso em: 07 de março de 2015.

Estudar a imprensa nacional da segunda metade do Século XIX perpassa por registrar ainda a existência daquele que se considera hoje o mais antigo diário da América Latina a circular sem interrupções desde o seu nascimento: o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Fundado em 1826 com o nome de *Espectador Brasileiro*, abrigou os jornalistas mais expressivos do período e foi decisivo nas questões comerciais do país. Criado pelo francês Pierre Plancher, teve por intenção ser um jornal que superasse o monopolizador *Diário do Rio de Janeiro* (MARTINS, 2008, p.52). Em 04 de fevereiro de 1834, foi vendido para Julius Villeneuve. Em 1868 passou a ter como correspondente em Nova York, José Carlos Rodrigues, que em 15 de outubro de 1890 o comprou dos sócios Villeneuve e Picot. Neste período Rui Barbosa publicou as famosas “Cartas da Inglaterra” sob o caso Dreyfus. Entre os colaboradores destacavam-se José Veríssimo, Visconde de Taunay, Alcindo Guanabara, Araripe Junior, Afonso Celso. Rodrigues manteve-se à frente do periódico até 1915. O jornal esteve ainda sob a direção Antonio Pereira Botelho, Félix Pacheco, Elmano Cardim, Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Austregésilo de Athayde, Ibanor Tartarotti e, atualmente, Mauricio Dinepi. De 1959 aos dias atuais, integra os Diários e Emissoras Associados, organização fundada por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello<sup>18</sup>, um dos homens públicos mais influentes do Brasil nas décadas de 1940 e 1960, dono de um império de quase cem jornais, revistas, estações de rádio e de televisão - os Diários Associados.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Sobre a trajetória de Chateaubriand e a sua influência no Brasil: MORAES, F. **Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

<sup>19</sup> Site do Jornal do Comércio. Disponível em [www.jcom.com.br/pagina/historia/2](http://www.jcom.com.br/pagina/historia/2). Acesso em 4 de março de 2015.

Outras publicações de importância para o período foram o *Diário de Notícias*, o *Correio do Povo*, a *Cidade do Rio*, o *Diário do Commercio*, a *Tribuna Liberal*, *Gazeta da Tarde*, *Correio Paulistano*, *Correio Mercantil*, *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Brasil*. Em grande parte desses jornais eram publicadas em seus rodapés as crônicas folhetinescas: textos que retratavam, a partir dos olhos de um contemporâneo, os principais acontecimentos da semana. A princípio pertenciam quase que inteiramente à história, tendo sua origem ligada à Idade Média quando a memória era preservada oralmente. Nesse período, alguns senhores feudais mandavam que os principais eventos de sua família fossem registrados em ordem cronológica, baseando-se naquilo que consideravam apropriado para ser passado para a prosperidade (GEARY, 2002). Apenas com o passar do tempo a crônica ganhou um caráter literário, como afirma Nilma Lacerda (1979). Mas não apenas o estilo sofreu alterações, como o próprio termo. Segundo Afrânio Coutinho (1999), no início do século XIX a expressão 'crônica' adquiriu outro sentido no idioma português, passando a significar um gênero literário específico, estritamente ligado ao jornalismo. Porém, seu caráter histórico ainda se mantém no Francês, Inglês, Espanhol e Italiano. Antônio Cândido ressalta ainda que suas características efêmeras fizeram com que ela encontrasse no jornal seu veículo de comunicação, se consolidando como estilo literário já que "essa moderna filha de Cronos [...] não tem pretensões a durar, uma vez que é filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa" (1992, p.24).

No Brasil do século XIX, assim como na França, as crônicas passaram a ser publicadas no rodapé dos jornais, numa seção específica denominada

“folhetim”. Nessa época, os periódicos brasileiros, eram os únicos veículos de comunicação de massa e já haviam incorporado a publicação de romances em capítulos que, traduzidos dos jornais franceses, eram denominados *folhetim* e aumentavam consideravelmente as vendas. Sodré afirma que esse gênero colaborou significativamente para a conquista de um público leitor, trazendo consequências benéficas que "vão influir decisivamente na fisionomia do romance romântico brasileiro, dando-lhe alguns de seus traços melhores e revelando o seu progresso" (1995, p. 322).

Ariane Ewald (2000), em sua tese *Fragmentos da Modernidade nas Crônicas Folhetinescas do Segundo Reinado*, afirma que primeiramente as crônicas publicadas na coluna “Variedades” seguiam o sentido original do termo, ou seja, a essência estava em seus relatos cronológicos. No momento seguinte, o espaço foi ocupado pelos romances franceses traduzidos. Foi somente depois disso que o rodapé hospedou simultaneamente os romances e as críticas teatrais e literárias. Segundo ela, ao transformar o dia-a-dia da cidade em capítulos de um romance, com comentários sobre os acontecimentos da semana, os cronistas entretinham os leitores no que denominou um “folhetim-romance-realidade”. Candido diz que “a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas (...)”, não necessitando, para tal, de nenhum “cenário excelso”, já que a perspectiva do cronista “não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés do chão” (pp. 14 e 20).

Ainda é possível acrescentar como característica da imprensa do período pesquisado, a escrita em primeira pessoa, seja do singular, seja do plural, para além das colunas dedicadas às crônicas e críticas - como é costume na imprensa atual. O emprego da primeira pessoa transforma o jornalista em

um dos atores da notícia, suplantando o simples relato, tornando-o parte dela. A recorrência com que esta forma de escrever transpassa as colunas de crônicas e de críticas expande o corpus dessa pesquisa, ampliando-o para, conforme o período verificado, notícias e comunicados, como na página 2 da edição nº 6755 de 29 de outubro de 1844 do *Diário do Rio de Janeiro*. Diz o texto assinado por O Brasileiro:

### COMUNICADO

#### A INDIFERENÇA DO POVO

Lastima o *Brasil* em um artigo estampado em seu numero 600 a indiferença que no povo da capital se observa a respeito das eleições. [...] Perdoe-me o *Brasil* si o contrario em seu dizer: o indifferentismo da capital, que também lamento e deploro, tem causas visíveis para quem tem olhos e as quer vêr.<sup>20</sup> [...]

Ou ainda a constante frequência em que é encontrado nas colunas de notícias, a exemplo da informação sobre a "prosaica frente da escola militar" que "arriou-se" de "inusitadas galas" para a realização da primeira exposição nacional. O texto é publicado na capa do *Diário do Rio de Janeiro* em sua coluna Noticiário de 03 de dezembro de 1861. Após dar detalhes do arranjo, afirma:

[...] A decoração que acabamos de descrever resumidamente é de um aspecto simples, porém de bello effeito e recomenda tanto o zelo, como a pericia dos artistas que a executarão.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 23 Edição: 6755 de 29 de outubro de 1844 disponíveis on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 15 de março de 2015

<sup>21</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 41 Edição: 329 de 3 de dezembro de 1861 disponíveis on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 27 de março de 2015



Outro exemplo é encontrado na edição de nº 12 de 1870 do mesmo periódico, datada de 12 de janeiro, quando o assunto abordado é a aposta que fazem as barcas que navegam para "Nichterohy". Afirma que já haviam reclamado "no interesse e segurança dos passageiros que são obrigados a nellas transitarem"<sup>22</sup> e acrescenta:

Entretanto somos forçados a tratar de novo desse assumpto. Informam-vos varios passageiros da barca fluminense que partiu de Nichterohy ás 7 horas da manhã, que uma das barcas Ferry que fazia a mesma viagem, procurou passar adiante da primeira atravessando lhe pela prôa, não se dando o sinistro, que parecia enevitavel, por auxilio talvez da Providencia Divina. [...] Esperamos energicas providencias das autoridades em cujo zelo e justiça confiamos muito.<sup>23</sup>

Contextualizada a imprensa do período, passamos a tratar especificamente do *Diário do Rio de Janeiro*, de sua importância histórica para o período analisado e de suas principais características que o tornaram fonte para esta pesquisa.

---

<sup>22</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 53 Edição: 12 de 12 de janeiro de 1870 disponíveis on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 27 de março de 2015

<sup>23</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 53 Edição: 12 de 12 de janeiro de 1870 disponíveis on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 27 de março de 2015

### 3.1 O *Diário do Rio de Janeiro*

O corpus desta pesquisa, *O Diário do Rio de Janeiro*, apresentava as mesmas características de outros veículos de comunicação do gênero presentes na época. Como foi dito, o jornal foi fundado em 1º de junho de 1821 pelo português Zeferino Vito de Meirelles - que "ascendera, na Imprensa Régia, de operário a vice-administrador" (SODRÉ, 1983, p. 50) - e circulou até 30 de outubro de 1878. É considerado pela historiografia o primeiro jornal informativo diário a circular no Brasil, conforme relata Sodré:

Diário, ocupava-se quase tão somente das questões locais, procurando fornecer aos leitores o máximo de informação. Inseria informações particulares e anúncios: aquelas tratavam de furtos, assassínios, demandas, reclamações, divertimentos, espetáculos, observações meteorológicas, marés, correios; estes tratavam de escravos fugidos, leilões, compras, vendas, achados, aluguéis e, desde novembro de 1821, preços de gêneros. (1983, p. 50)

A partir de março de 1822, após Meirelles ter obtido licença para abrir a Tipografia do Diário, o jornal passou a ser impresso em oficina própria e sua popularidade cresceu. Suas características lhe deram dois apelidos: *Diário do Vintém*, em função de seu preço - custava a "assignatura 640 rs. por mez ou 20 réis por número" segundo BLAKE (1970, p. 413), e *Diário da Manteiga*, porque publicava o preço de produtos de consumo comercializados na Corte (LOPES, 2008).

No cenário nacional, o jornal se destacou por seu pioneirismo, característica esta que é assim apresentada no site da Hemeroteca Digital Brasileira, mantida pela Fundação Biblioteca Nacional:

As peculiaridades que fazem o *Diário do Rio de Janeiro* se destacar no conjunto dos periódicos nacionais são o fato de ter sido o primeiro diário do país, o primeiro com caráter essencialmente informativo e também o primeiro a publicar anúncios. A impressão ficava pronta geralmente às oito horas da noite e os interessados deveriam deixar seus reclames até as quatro horas da tarde em caixas espalhadas por diferentes pontos da cidade, como, por exemplo, a livraria de Manoel Joaquim da Silva Porto.<sup>24</sup>

Outra distinção era o distanciamento que o jornal tinha das questões políticas, chegando ao ponto de não noticiar a proclamação da independência, "inserindo apenas, a partir de 24 de setembro, editais a respeito do acontecimento" (SODRÉ, 1983, p.51). Ainda que mantendo esta distância, no final de agosto de 1822 seu fundador sofre um atentado. Molina afirma que:

Foi precisamente uma notícia de escândalo mundano, das que atraem a curiosidade do leitor em qualquer época e em qualquer lugar do mundo, publicada em 19 de agosto de 1822, que teria custado a vida de Zeferino Meirelles, o dono. Dizia o *Diário* que "um indivíduo de família importante" teria mantido a filha em cárcere privado. O informante dizia que se não soltasse a filha divulgaria o nome e os detalhes "das circunstâncias". Dez dias mais tarde, ao abrir a oficina, Meirelles levou um tiro no rosto. Ferido, passou a gestão do *Diário* e da tipografia a Antonio Maria Jourdan, francês. Morreu em novembro. (2015, p. 223)

Molina registra ainda que, embora considere ser essa a explicação mais razoável para o crime, Carlos Rizzini em *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, "registra também que d. Leopoldina escreveu a d. Pedro, seu

---

<sup>24</sup> Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/di%C3%A1rio-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 5 de março de 2015

marido, indicando que poderia haver implicações políticas ligadas a José Bonifácio" (2015, p. 223).

Antonio Maria Jaurdan o sucede como editor e consolida o jornal conforme as propostas editoriais criadas por Meirelles e publicadas na edição de número 1 em 1º de Junho de 1821. No chamado *Plano*, Meirelles, "convencido da utilidade, que ao Público resultará de hum Diário, no qual gratuitamente se imprimão todos e quaisquer annuncios ou noticias particulares (que convenhão e seja licito imprimir)", informa que tomava para si a "penosa tarefa de publicar o referido Diário, quotidianamente e até ás oito horas e meia impreterivelmente". O *Plano* encerra anunciando que:

Todas as pessoas, que quizerem promover tão util publicação, subscrevendo pela modica quantia de 640 réis mensalmente, o poderão fazer a todo tempo na Loja do mesmo Diário, acima dita, e obterão a vantagem de que este lhes será entregue em suas proprias Casas, infallivelmente até ás oito horas e meia da manhã. O preço commum de cada Diario na lija será o de 40 réis.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 1 Edição: 1 de 1 de junho de 1821 disponíveis on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 3 de março de 2015

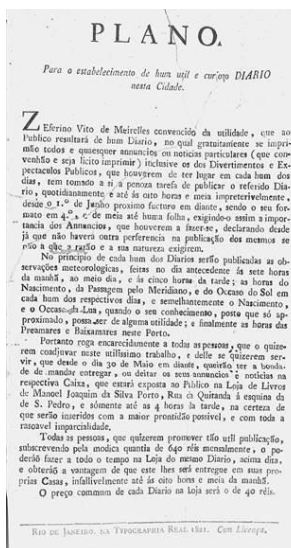


Fig.4 - Plano para estabelecimento de um útil e curioso Diário nesta cidade. Diário do Rio de Janeiro, nº 1, publicado na edição de 1º de Junho de 1821.

O jornal se manteve publicando anúncios de compra, venda ou aluguel de escravos e de gêneros diversos, de navios que estavam para partir e ofereciam-se para levar cargas e passageiros, de espetáculos, divertimentos, aluguéis, achados e perdidos, furtos, assassinatos e outros fatos do dia a dia. Trazia também informações meteorológicas e sobre o movimento das marés, além de notícias a respeito de espetáculos, saraus e estreias. Como foi dito, procurou manter-se distante dos debates políticos, "[...] embora desde seus primeiros anos, mesmo que timidamente, já tenha incorporado o noticiário oficial (extratos de debates ocorridos no senado, na câmara, etc.) e notícias de conflitos, guerras nos países estrangeiros, entre outras notícias políticas" (MARENDINO, 2014, p.2).

Na edição de 2 de janeiro de 1845, 24 anos após a sua fundação, o *Diário do Rio de Janeiro* anunciou mudanças em sua diretriz. Ele passaria de um diário meramente informativo para ter em suas folhas colunas de opiniões:

[...] Até aqui tinha se o Diário abstinido de questões políticas; do principio do anno em diante consagraremos algumas columnas a esse importante objeto. Não impedirá isso que registremos em nossas páginas o que de mais importante ocorrer nos paizes estrangeiros; [...]<sup>26</sup>

Em outubro de 1855 foi comprado pelo escritor José Martiniano de Alencar e um grupo de amigos. No ano seguinte, José de Alencar tornou-se redator-gerente de um *Diário do Rio de Janeiro* que há anos vinha passando por sérias dificuldades financeiras. Lira Neto registra que

O decadente Diário do Rio de Janeiro, então conhecido como “jornal do vintém”, lutava aos trancos e barrancos para ter de volta a posição que um dia lhe pertencera. A edição de 5 de outubro do ano anterior circulara com um aviso ao público, comunicando que, a partir daquela data, a folha estaria sob nova direção. “Uma alta inteligência, um talento incontestável vai dirigir dora em diante a publicação do decano da imprensa brasileira”, ficavam sabendo os leitores do Diário. [...] “Ao Sr. José de Alencar cabe hoje a gloriosa missão de conduzir incólume ao posto de honra este velho e simpático jornal; a ele cumpre conquistar o lugar que lhe compete por tantos títulos”, anunciava a nota, que encerrava fustigando a concorrência: “[O novo diretor] terá de arrostar a ignóbil prepotência do monopólio; mas jovem ainda,

---

<sup>26</sup> *Diário do Rio de Janeiro*. Edição: 001, 2 de Janeiro de 1845. Rio de Janeiro. Microfilmes sob a guarda da Biblioteca Nacional, disponíveis on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2015

deverá opor um dique às audaciosas pretensões dos parasitas da imprensa nacional”. (2006, p. 133)

Ainda que passando por sérios problemas econômicos, nesta que pode-se chamar de sua “segunda fase”, o diário se referenciou pela publicação de artigos literários e de folhetins de sucesso, tanto de autores nacionais como estrangeiros. Marendino afirma que

A partir desse ano [1855] parte de suas páginas (normalmente o final da primeira página de cada edição) eram destinadas aos textos de cunho literários, os conhecidos “folhetins”. Nesses espaços diversos autores, que mais tarde viriam a se tornar escritores reconhecidos em todo o Brasil, tinham espaço para escrever seus romances, contos e crônicas, como o próprio editor chefe e Machado de Assis. (2014, p.4)

Se por um lado o jornal ganhou espaços de divulgação literária, por outro, os anos que se seguiram, em especial entre 1858 e 1860, foram ainda mais difíceis. A crise culminou com a última publicação em 10 de dezembro de 1858, reaparecendo seis dias depois com o nome de *O Velho Diário do Rio de Janeiro*, que já em sua primeira página esclareceu os fatos que o levaram à falência. Ainda que pretendendo manter-se distante da política, Luiz Antônio Navarro de Andrade, então redator-chefe, explicou que o periódico vinha sofrendo perseguições do Ministério da Fazenda: “O ex-ministro da fazenda, que se denomina progressista, levou o rancor ao ponto de hostilizar-nos só porque fazíamos oposição franca e decidida à sua fatal administração”<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> *O Velho Diário do Rio de Janeiro*. Edição: 328, 16 de Dezembro de 1858. Disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 10 de março de 2015



Fig. 5 - Primeira página de *O velho Diário do Rio de Janeiro*. Edição: 328, 16 de Dezembro de 1858.

Apesar dos poucos registros sobre a história deste importante veículo de comunicação brasileiro, tem-se a informação de que teve a circulação interrompida novamente em 1859 e retornou a 25 de março de 1860, agora sob a direção do advogado, político e jornalista Joaquim Saldanha Marinho com a participação de Henrique Cesar Muzzio, Quintino Bocaiúva, Pinheiro de Souza e Machado de Assis. Pontes afirma que "Saldanha Marinho o ressuscitando-o, dá-lhe feição combativa e linhas distintas de culturas e ideias. A parte literária acolhe tudo quanto de melhor se conta então" (1939, p. 65). De fato, é sob a administração de Marinho que o jornal publica grande parte



dos textos de Machado de Assis, para citar um entre os diversos escritores, autores e tradutores que passaram pelo diário. Em sua capa, passa a carregar a frase "Folha política, litteraria, e Commercial" abaixo de seu nome. De 1860 a 1869 os leitores têm acesso a críticas, traduções em verso e prosa, poesia, crônicas e as chamadas *várias* - breves comentários em tópicos que atualizam o leitor sobre assuntos relacionados ao dia-a-dia.

Ainda a respeito da presença de Machado de Assis nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, é importante lembrar que o escritor assinou diversas crônicas com suas iniciais (MA) ou com seus pseudônimos Gil, Job, M. de A. e Platão. Redigiu diversas seções: Revista Dramática, Comentários da Semana, Conversas Hebdomadárias, Ao Acaso, Semana Literária e Cartas Fluminenses. É dele a tradução de *Os Trabalhadores do Mar* de Victor Hugo publicada periodicamente de março a julho de 1866<sup>28</sup>, assim como as traduções das poesias Maria Duplessis - *A Dama das Camélias* (imitação da obra de Alexandre Dumas Filho) em 15 de abril de 1860 e *Versos a Ema - A Dama das Pérolas* em 06 de abril de 1865.

Conforme registra Sacramento Blake (1970), em 1867 o Diário foi vendido a Sebastião Gomes da Silva Belfort e passou a contar com cinco redatores. Em 1870, o *Diário do Rio de Janeiro* pertencia a Custódio Cardoso Fontes, que se manteve à frente do jornal até 17 de março de 1871. A edição do dia seguinte (18/03) já estampava em sua capa a mudança de comando que passava às mãos de F. C. Neves Gonzaga & Cia. No dia 29 de janeiro de 1878 a edição ano 61 n° 28 encerraria a direção do grupo. O jornal agora pertencia a

---

<sup>28</sup> As publicações tiveram início na edição n° 64 do jornal *O Diário do Rio de Janeiro* de 15 de março de 1866 encerrando-se na edição n° 177 de 26 de julho do mesmo ano.

Augusto Carvalho & Cia, porém, ao contrário das transições anteriores, desta vez sua circulação foi interrompida. Com a redação sob o comando do próprio Carvalho, voltou a circular no dia 7 de abril com a edição ano 61 nº 1. Porém, restavam-lhe apenas seis meses de vida, e em 31 de outubro de 1878 circulou sua última edição. Das cinco colunas da primeira página, três foram dedicadas à sua despedida.

O expediente, assinado pelo próprio Carvalho, anunciou que "A typographya do *Diário* passava a denominar-se IMPRENSA DO JORNAL DO POVO" e que "Luctamos, durante septe longos mezes para regeneral-o, para que lhe podessemos mandar inscrever sobre a sepultura o celebrado verso do poeta: Soube morrer o que viver não soube!"<sup>29</sup>

Ao expediente seguiu um texto apócrifo com o título "Diário do Rio de Janeiro" anunciando que "Morreu-nos nos braços esta mais antiga tradição da imprensa nacional, e podemos dizel-o, alto e bom som, morreu honradamente". Nele ressaltou-se a luta para regenerá-lo, o esforço para livrá-lo das "penhoras e dos sustos de uma liquidação forçada!", o erro em tentar fazê-lo "reaparecer [...] depois da queda affrontosa que o tirara lastimosamente por terra [...]", o legado de consciência e seriedade que poderia ser verificado através da "collecção de 7 de abril até hoje" e através dos "jornaes d'esta Côrte e das províncias, que há de encontrar n'elles juizos imparciais e insuspeitos a nosso respeito".<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 61 Edição: 205 de 31 de outubro de 1878 disponíveis on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2015

<sup>30</sup> Todas as citações deste parágrafo correspondem à: Diário do Rio de Janeiro, Ano 61 Edição: 205 de 31 de outubro de 1878 disponíveis on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.

O texto denunciou os motivos que os obrigaram a recuar: "o calote!" e as calúnias proferidas por "espíritos altamente democráticos, almas magnanimas, e como taes aclamadas pela voz popular" que "se davam a nobilissima propaganda de concitar nas trevas o odio do seu publico contra nós e contra a empreza"<sup>31</sup>. E acrescenta:

Convencemo-nos então de que sobre o nome do *Diário do Rio de Janeiro* pezava uma d'essas maldições fataes de que reza a Bíblia. A nossa resolução não podia portanto ser, senão a que hoje communicamos ao publico. Estamos em vespera de finados; é azado o ensejo para que todos prestemos ao velho *Diário* as ultimas honras funebres!<sup>32</sup>

Encerra informando que nos próximos dias seria apresentado o programa e a solicitação de patrocínio para o *Jornal do Povo* e que "Os caloteiros e os amigos da occasião vão para o livro negro da casa!"<sup>33</sup>.

Os 42 funcionários do jornal também assinaram um pequeno escrito onde ressaltaram a maneira cortês com que eram tratados pela administração e direção. A carta à imprensa, que encerrou as despedidas, anunciou que o velho *Diário do Rio de Janeiro* "Vae, enfim, repousar das suas lides". Dando vida e voz ao próprio jornal, a quem chamaram de "bom velho", o texto conta que "batendo-nos no hombro"<sup>34</sup> estas foram as suas últimas palavras:

---

<sup>31</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 61 Edição: 205 de 31 de outubro de 1878 disponíveis on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 15 de março de 2015

<sup>32</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 61 Edição: 205 de 31 de outubro de 1878 disponíveis on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 15 de março de 2015

<sup>33</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 61 Edição: 205 de 31 de outubro de 1878 disponíveis on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 15 de março de 2015

<sup>34</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 61 Edição: 205 de 31 de outubro de 1878 disponíveis on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 15 de março de 2015

Amigo! Para uma honrosa morte não é preciso maior sacrifício: vivi mais em sete mezes, do que durante a minha vida toda. É tempo de me dares bem assombrada sepultura. Mas peço-te por amor do mais sincero arrependimento de todos os meus peccados, que não consista também, mais uma vez sequer, que se realize em mim o milagre de Lazaro. Já basta de ressurreições que me não teem servido senão de aviltamento. Salve-me da maldição dos pósteros, cerrando-me tu os olhos e lançando-me a ultima pá de terra, mas dá-me antes a tua palavra de que será essa realmente a ultima! Adeus! O futuro nos fará justiça a ambos!<sup>35</sup>

E então "deixou de existir. Não ressuscitara nunca mais, garantimos!"<sup>36</sup>. Hoje, como foi dito, suas páginas podem ser lidas através de seu acervo on-line (ainda que incompleto) no sítio da Biblioteca Nacional que em sua hemeroteca digital possui microfilmes dos anos de 1821 a 1841, de 1843 a 1853, 1866, 1867 e 1876.

---

<sup>35</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 61 Edição: 205 de 31 de outubro de 1878 disponíveis on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 15 de março de 2015

<sup>36</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 61 Edição: 205 de 31 de outubro de 1878 disponíveis on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 15 de março de 2015



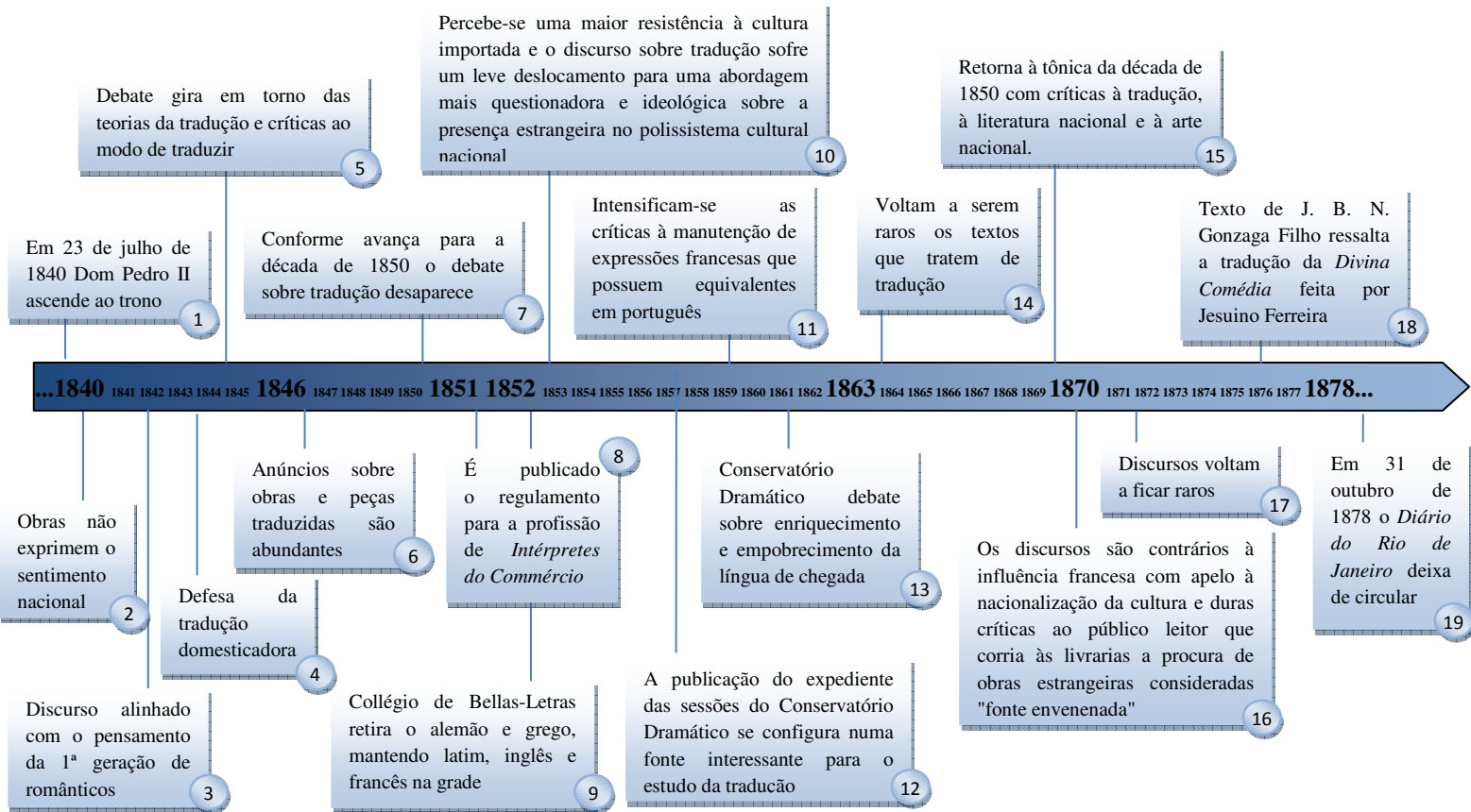
Fig. 6 - Primeira página do Diário do Rio de Janeiro, Ano 61 Edição: 205 de 31 de outubro de 1878

Este foi então uma breve contextualização sobre este importante e pioneiro veículo de comunicação que é, como já exposto, considerado pela historiografia o primeiro jornal informativo diário a circular no Brasil. Apresentado o corpus da pesquisa, o próximo capítulo o identifica sob a perspectiva da intersecção das teorias apresentadas, com a apresentação de uma proposta de linha histórica sobre o deslocamento do discurso a respeito da presença da tradução no polissistema literário oitocentista.

#### **4 O DESLOCAMENTO DO DISCURSO SOBRE TRADUÇÃO NAS CRÔNICAS, CRÍTICAS E COMENTÁRIOS DO *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO***

Este capítulo tem por objetivo “identificar” o deslocamento do discurso a respeito da presença da tradução no polissistema literário oitocentista brasileiro, sob a perspectiva da intersecção das teorias apresentadas. Para isso, foram pesquisadas 11997 edições do *Diário do Rio de Janeiro* no período de 23 de julho de 1840, quando Dom Pedro II ascende ao trono, a 31 de outubro de 1878, data em que o jornal deixou de circular. Como boa parte do acervo encontra-se digitalizada, para ter acesso aos textos que fazem menção à presença da tradução no periódico, optou-se pela busca das palavras-chave "tradução" e "traductor". A pesquisa destes 38 anos possibilitou então se chegar a uma proposta de linha histórica, que assim demonstra o deslocamento do discurso a respeito da tradução no polissistema cultural do Brasil oitocentista:







Exposta a linha histórica, retorna-se a descrição do Brasil de 1840 em que Dom Pedro II subiu as escadas do Senado para prestar o seu juramento. Um país que sofria culturalmente uma forte influência francesa. Ainda que não tenha sido a principal colonizadora do Brasil, a França teve grande intervenção nas artes e nas mudanças dos hábitos culturais e sociais brasileiros. Mas esta influência que ditava o comportamento das elites, determinava modelos de vida social e referências intelectuais, desde a filosofia até a moda, da gastronomia à literatura, nem sempre era vista como positiva. Para alguns, a proliferação do *afrancesamento* cultural inibia a criatividade dos artistas nacionais e impedia a constituição de uma identidade nacional.

Assim, já na primeira edição do *Diário do Rio de Janeiro* a circular em 1840, há no *Appendice Revista Dramática* um texto assinado por Dick-Dock sobre a primeira representação da peça *Zaira* de Voltaire traduzida por J. M. da C. Silva no Theatro de S. Pedro. Referindo-se a Voltaire, Corneille e Racine afirma:

[...] Os trágicos francezes são estes tres homens: á elles a gloria de haverem dado á França um theatro nacional - que corresponde aos habitos, aos costumes, ás necessidades, ás ideias e aos sentimentos do seo povo. Erro é antigo, que a litteratura dramatica franceza é cópia ou imitação dos gregos. [...] Ali a nacionalidade, a religião, o povo, a lyra, dominão nos choros, nas situações, nos heroes, nos versos. N'estes pelo contrario, embora os heroes das tragegias se chamem Bruto, Cesar, Cinna, Mitridattes, Edipo, Andromaca, Orosman, ou Tito, os sentimentos são franceses; fallão francez, respiram ideias francesas, exprimem pensamentos franceses. [...] Temos dito bastante do original; passemos á traducção do Sr. J. M. C. Silva. Em geral a achamos mediocre: muitos versos são duros [...] D'esta tragedia temos visto em portuguez tres versões differentes. Damos sem hesitar a preferencia á mais antiga, que é do desembargador

Camara. [...] Resta-nos ainda queixar-nos fortemente do absurdo que appareceu nos cartazes intitulado a tragedia - *Nova Zaira* - Haverá por acaso duas *Zairas*? Ou por uma nova traducção perde a tragedia original seu titulo? Será isto charlatanismo para chamar espectadores? Pois não bastava o titulo da peça e o nome do seo autor? Mais cuidado deve haver nos anuncios, que elles são os verdadeiros manifestos da intelligencia dos directores, e esse da *Nova Zaira* nos deo d'ella tristissima ideia.<sup>37</sup>

Ao comentar que os três autores deram à França um teatro que correspondia aos hábitos e às ideias do povo, onde os sentimentos e os pensamentos são franceses, a crítica estabelece o que Bakhtin chama de dialogismo, ou seja, o sentido do texto só é alcançado através das relações com outros discursos. É então a sua exterioridade que faz com que seja possível inferir que, ao elogiar a identidade francesa em sua arte, o texto está criticando a postura subserviente dos artistas brasileiros em relação à França. Portanto, o assunto a que trata o texto é, na verdade, a falta de identidade brasileira na arte local. Ao enaltecer o outro, tece sua contrariedade ao local. Há também que se destacar a dura avaliação que faz da tradução de J. M. da C. Silva, declarando-a "mediocre". Não poupa acusações sobre a verdadeira intenção do tradutor em dar o título à versão brasileira da tragédia de *Nova Zaira*. Segundo ele, a absurda mudança do título poderia ser "charlatanismo para chamar espectadores".

---

<sup>37</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 19 Edição: 001 de 2 de janeiro de 1840 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 17 de março de 2015.

A crítica ao estrangeirismo da produção nacional por vezes vinha retratada no enaltecimento de alguma produção que "além de outros merecimentos, tem o de ser inteiramente local" como escrito na coluna Appendice da edição 142 de 30 de junho de 1840:

É com o mais vivo sentimento de prazer que eu noto o desenvolvimento que vae tomando a litteratura brasileira; que de há muito, com bem raras excepções, se concentrava toda na política: poemas, dramas, novellas, periodicos litterarios, tudo vem a flux. Ainda não acabara de ler a tragedia *Cornelia*, em que achei bastante defeitos e bellezas, quando recebi *Os tres dias de um noivado*, do mesmo autor, poema com que assás me deleitei, e que, além de outros merecimentos, tem o de ser inteiramente local. Os poemas do antigo e mesmo do novo mundo, saciarão-se em descrever a natureza e cousas da Europa, assás decantarão os pastores da Arcadia, do Tejo e do Quadalquivir: é mais que tempo de pintar outro céu, outros climas, outras ausanças e costumes; e a nossa jovem América, a predileta e quase virgem terra de Santa Cruz, offerece aos vates brasileiros uma mina inexgotavel, e muito mais abundante que as de outro e diamantes, que, com seu deslumbrador mas mentiroso engodo, obrigão os homens a procurarem nas entranhas da terra, com insanos perigos e fadigas, essas mesmas riquezas que se desdenhão de colher á sua superficie: nem que esses bens etc.etc. etc (Per Bacco! Nunca fallei com tanta eloquencia. Não vá ser alguma reminiscencia). Si o Brasil, menos feliz que os nosso irmãos do Norte, não tem ainda o seu Walter-Scott, tem bons poetas ao menos, e a tentativa do Sr. Gonsalves Teixeira e Sousa deve animal-os a seguir a mesma vereda que elle encetou. Parabens, parabens, Sr. genitor de *Moreninha!* [...] Não deixeis passar desapppercebidas, não deixeis submergir-se no rio do esquecimento as tentativas litterarias da nossa mocidade; animae a nascente litteraria do Brasil, que

ainda está a braços com a indiferença dos Brasileiros;  
e sereis bem recompensado das vossas fadigas  
Que não é premio vil ser conhecido  
Por um pregão do ninho seu paterno<sup>38</sup>

O incentivo aos jovens literatos nas linhas finais do texto nos dá uma ideia do momento que vivia o Brasil. Um período de forte sentimento de nacionalidade que passava pelo principio de criar a nação ao fazer literatura, no que Antônio Candido chama de "nacionalismo literário"<sup>39</sup>. É fato que no período em que foi escrito este texto iniciava no Brasil o movimento de reforma literária, o Romantismo, que tem na coleção de poesias publicada em Paris chamada *Suspiros poéticos e saudades*, em 1836, por Domingos José Gonçalves de Magalhães a atribuição de seu surgimento em terras tupiniquins.

A inspiração do movimento literário tem então duplo caráter: o patriótico e o religioso. O primeiro, não só enaltecendo a devoção e o amor à terra, como o sentimento de distinção de Portugal, exaltando as feições locais. A religiosidade poética do momento tem em Magalhães um disseminador convicto, sendo "o produto direto da revivescência religiosa operada na Alemanha pelo idealismo filosófico de Kant e Hegel, em França pelo sentimentalismo católico de Chateaubriand. E mais o resultado imediato da influência de Monte Alverne, o facundo professor dessa filosofia, mestre muito querido e admirado do poeta" (VERÍSSIMO, 1915, p. 79).

Em 29 de outubro de 1844 a edição 6755 do jornal iniciava a publicação do novo romance de Eugene Sue com o título *O Judeu Errante*,

---

<sup>38</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 18 Edição: 142 de 30 de junho de 1840 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 14 de maio de 2015.

<sup>39</sup> Sobre o assunto, consultar: Antônio Candido, *Formação da literatura brasileira - momentos decisivos*, op. cit., vol. 2, p.12.

traduzido para o português pelos irmãos Adriano e José Feliciano de Castilho. Porém, anuncia o texto, o romance será precedido da publicação de um prólogo assinado por Antonio Feliciano de Castilho que dá seu parecer favorável à tradução. O texto alerta ainda que o jornal poderia ser forçado a alguma interrupção na divulgação da obra, mas que "só o desejo de fazer conhecido no Brasil desde já o romance que tanto interesse tem excitado na Europa"<sup>40</sup> o obrigava a principiar a publicação que ainda não estava concluída em Paris. O longo Prólogo, publicado em duas edições sucessivas do *Diário do Rio de Janeiro*, num primeiro momento faz elogios à tradução da obra de Eugene Sue, ressaltando o esforço em aceitar as condições para a tarefa: "[...] apertados prazos de horas, tomadas quase sempre na alta noite, e, portanto, sem nenhum subsídio externo, sem o melhor conselheiro litterário, que é o tempo [...]"<sup>41</sup>. Assim a julga Antônio Feliciano de Castilho:

[...] Logo que, em folhas de França, chegou a Lisboa o primeiro trecho do *Judeu Errante*, persuadiu-se o redactor da *Restauração* de que importava fazer-se-lhe aqui a mesma hospedagem, que em todas as partes do mundo lograria, e deu-se pressa de o mandar traduzir, para apparecer, como appareceu, logo na sua folha da seguinte manhã, e continuar, como tem continuado, sem interrupção, enquanto na chegada do original francez a não houvesse. Para cabal desempenho elegeu pessoa versada no conhecimento de ambas as línguas e de melindrosa consciência: pessoa que não deixasse de empregar todas as suas forças e esforços, afim de, com tão apertados prazos de horas, tomadas quase sempre na alta noite, e, portanto, sem nenhum

---

<sup>40</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 41 Edição: 6755 de 29 de outubro de 1844 disponíveis on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 15 de março de 2015

<sup>41</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 41 Edição: 6755 de 29 de outubro de 1844 disponíveis on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 15 de março de 2015

subsídio externo, sem o melhor conselheiro litterário, que é o tempo, sem até o ter para o primeiro desbaste do que inevitavelmente sahe da forja aspero e defeituoso, apparecer a traducção o mais fiel e ao mesmo tempo o mais livre e o mais vernacula, que ser podesse. Essa mesma traducção é a que hoje se reimprime, avulsa e aos volumes, e que mostrará aos leitores habilitados para a julgarem, quanto os esforços, certamente improbes, do traductor, têm sido em geral bem succedidos.<sup>42</sup>

Castilho, tradutor de "pratica larga, assidua e de muitos annos", como ele mesmo afirma no prólogo, utiliza-se de sua vasta experiência para dialogar sobre questões, segundo ele, de grande influência para as letras: a arte de traduzir, em particular do francês, e a forma de utilizar linguagem pátria. Escreve ele:

Convidarão-nos a escrever este prologo para n'elle declararmos o nosso humilde juiso sobre o assumpto que, podendo parecer leve, certamente o não é, pois que encerra duas questões, hoje influentíssimas para as nossas letras; a da arte de traduzir, em particular do francez, e a do modo de usar a linguagem patria. Submettemo-nos ao encargo, com a clausula proposta e aceita, de não falsearmos os dictames da nossa consciência, nem semearmos por affeições particulares, erros (que as vezes germinão muito) em campo, que, por ser commum e de publico uso, todos deveramos de dia a dia andar mondando. Não nos inculcamos oraculos; mas não queremos também que se nos applique aquella sentença, a rasão proferiu por bôca de *Chenier*:

L'excés de modestie est um excés d'orguell.

---

<sup>42</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 23 Edição: 6755 de 29 de outubro de 1844 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 16 de maio de 2015.

Temos pratica em traduzir; pratica larga, assidua e de muitos annos; havemos estudado com attenção e dilligencia a constituição, indole, defeitos e excellencias da nossa lingua e da franceza; havemol-as reiteradas vezes confrontando; havemol-as feito lutar arca por arca; espreitando onde estavão as forças e as debilidades de cada uma; e, quando ficava de cima era esta, era aquella, investigando imparcialmente se era, por valentia sua propria, eu por destresa, filha do uso, ou por sancadilhas e tretas da franquinha astuciosa. D'este nosso estudo, prolixo e perseverado, deduzimos somma de exemplos sufficientes para podermos inferir, com tal ou qual segurança, algumas regras gerais e conselhos e proveito para a arte de traduzir, especialmente do francez: causa de pouco vulto por parte da gloria, por não ser fructo do talento inventivo, mas só de observação, e entretanto digna de ser, como brevemente o será, offerecida aos estudiosos, a quem forrará muitos tropeços e quedas, sem os obrigar a tediosas e prolixas lucubrações. Dizemos pois que a presente versão do *Judeu Errante* nos parece boa, e, atento o modo como foi feita, admiravelmente boa. [...] <sup>43</sup>

No texto a seguir, publicado na edição seguinte, de 30 de outubro de 44, de número 6756, Castilho apresenta algumas regras e conselhos para a arte de traduzir. Ele resgata conceitos de outros tradutores para apresentar as suas reflexões a respeito da tradução. Para isso, faz uso das palavras de La Harpe (1739 - 1803), escritor e dramaturgo francês; de Jacques de Turreil (1656 - 1714), jurista francês, orador, tradutor e homem de letras e de Anne Dacier (1645 - 1720), filóloga e tradutora francesa. Defendendo uma tradução domesticadora, afirma que os melhores trabalhos são aqueles que conseguem

---

<sup>43</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 23 Edição: 6755 de 29 de outubro de 1844 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 16 de maio de 2015

*ornar e vestir* o autor "à moda e gosto da terra, em que se pretende naturalisar"<sup>44</sup>, chegando a declarar que o tradutor que se declara fiel até na pontuação é na verdade o mais infiel de todos. Castilho assim dá sequência ao seu prólogo:

Escreve um dos mais competentes juises em materias de litteratura, M La Harpe, tractando das traduções de *Vaugelas*, de *Ablancourt* e de *Tourreil*: [...] "A traducção de um grande escritor - continúa ainda o mestre da critica - é uma lucta de estylo e rivalidade de engenho. N'esse tempo, os que de seu o tinham, não se metterão em tal: só n'este seculo, porque já os recursos da lingua são mais geralmente conhecidos e os generos começam a se exhaurir, é que alguns homens de alta esphera advertirão em que podia haver gloria no fazer com que um antigo resuscitasse: e só também em nossos dias, é que as traducções são obras de talento e documentos perduraveis de celebridade". No que se acaba de lê, se cipharão tres verdades capitaes, que hoje, mais que nunca, se deverão de continuo repetir: 1º, que a versão *boa* de um original não deshonra, sinão que ilustra, mas que seja a um talento abalisado; 2º, que para que a versão seja boa, há de ser escrupulosa, exacta e puríssima na linguagem; 3º, que deve, sem transtornar o substancial do pensamento e affectos do autor, vestil-o e ornal-o completamente, à moda e gosto da terra, em que se pretende naturalisar. Quanto a este terceiro axioma, cujo sentido os Francezes ampliam em demasia, nem todos os preceptistas e praticos vão concordes: os melhores entretanto o defendem e seguem; e *Voltaire*, com sobrada rasão em nosso entender, chega a

---

<sup>44</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 41 Edição: 6756 de 30 de outubro de 1844 disponíveis on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 15 de março de 2015



afirmar que o traductor que se pavonêa de fiel até em pontinhos, é de todos os traductores o infidelíssimo.<sup>45</sup>

Dando continuidade ao que chama de "regras de traduzir", Castilho defende a liberdade da tradução. Citando Voltaire, Rollin, Quintiliano e Virgílio, afirma que a verdadeira tradução é a que "descobre, patentea e exalta, no mesmo tempo, dous autores":

Já antes de *Voltaire, Rollin*; antes de *Rollin, Quintiliano*, dous mestres summos de toda arte de escrever, e, antes d'elles, o Virgílio da prosa, aquelle immortal *Cícero*, que também foi traductor, e também deu, com os exemplos, as regras de traduzir, havião pregoado e mantido a liberdade no transplantar de lingua para lingua, e insistido n'aquillo mesmo em que nós sempre insistiremos: que, entre a paráphrase e a copia, é que esta a verdadeira tradução, aquella que descobre, patentea e exalta, no mesmo tempo, dous autores. Mas esta questão, que necessita mais amplo desenvolvimento, não cabe aqui: em tempo e local proprio a averiguaremos.<sup>46</sup>

Castilho faz referência ainda a Horácio (65 a.C. – 8 a.C.) que, junto de Cícero (106 a.C. – 43 a. C.), foi um dos primeiros a estabelecer a distinção entre “tradução literal” e “tradução do sentido”. Para ambos, o sentido textualizado pelos gregos deveria receber uma coloração romana. Para Castilho a pureza da linguagem estava na utilização do que chamou de "palavras genuinas, tomadas na verdadeira acepção"<sup>47</sup>; no uso correto da

---

<sup>45</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 23 Edição: 6756 de 30 de outubro de 1844 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 16 de maio de 2015.

<sup>46</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 23 Edição: 6756 de 30 de outubro de 1844 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 16 de maio de 2015.

<sup>47</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 23 Edição: 6756 de 30 de outubro de 1844 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 16 de maio de 2015.

gramática e na utilização de frases de vocábulos segundo os costumes. Mas deixa claro que, entre os três pontos, a gramática e a sintaxe são fundamentais.

Puresa de linguagem. - De tres partes consta a puresa da linguagem: - palavras genuinas, tomadas na verdadeira acepção; correção grammatical no uso d'ellas, collocação dos vocabulo e phrases segundo os costumes: geito e indole peculiar da lingua, em que se escreve. E todos esses tres pontos se há de ser severo; mas nos dous ultimos, severissimo e inexoravel. O estrangeirismo das palavras, - que é aquele que os criticos de agua doce não perdoão, porque é o único a cujo conhecimento podem chegar, que para isso basta (mas nem sempre) folhear um dicionario, - é de todos os peccados da linguagem o mais remissível: as palavras, disse muito bem *Horácio*, são como as folhas das árvores, dá-lhes o outomno e caem; vem-lhes a primavera e nascem (e ainda acrescentou que renascem muitas das já cahidas) [...] <sup>48</sup>

Tomando para si as palavras de *Tourreil*, o autor do prólogo trata também das dificuldades do tradutor em lidar com as diferenças entre as línguas, acrescida ainda do tormento em ter que "andar sempre na colla de outrem":

Transfusão do espírito do autor: - Outro mérito é este, quanto a nós, e talvez o mais notável da presente versão. O academico *Tourreil*, que ensinou melhor a theoria da arte de traduzir, do que não a praticou para *Demosthenes*, diz no seu prefácio:

"Ao tormento perpétuo o que sofre o traductor de se andar sempre na colla de outrem, acresce a diferença das linguas. Essa diferença é um empacho continuado e chega ás vezes a desespero. Toda gente sente que a

---

<sup>48</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 23 Edição: 6756 de 30 de outubro de 1844 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 16 de maio de 2015.

indole peculiar de uma é muitas vezes avessa á da outra, e que uma versão é muito raro que não se perca...Verdade é, que logo que me eu proponho traduzir, me obrigo a ir atraz de um homem a quem tomei por guia: mas o melhor que então posso fazer, é pôr todos os meus sentidos, em que a minha adesão ao tal guia não degenere em escravidão; porque, aliás, irei pôr, no lugar de originaes animados e vivazes, umas copias apagadas e mortças...Si com autoridades me quizesse para aqui abonar, não me faltarião ellas, de bons escriptores, que, em lances taes, se esquivão á tyrannia da letra, senhorreão-se de sentido, e, por um quase direito de conquista, o submettem ao ser e crer proprio da patria lingua.<sup>49</sup>

Ainda citando Tourreil e resgatando dizeres de Madame Dacier, continua em sua defesa por uma tradução domesticadora, indo ao encontro das tendências literárias defendidas pela primeira geração de românticos no Brasil, que exaltavam a prevalência de elementos nacionais. O discurso de Castilho em defesa da nacionalização das traduções nos remete ao que Ricoeur (1986) chama de exterioridade do texto, quando seu sentido se dá através das relações com outros discursos, neste caso, aqueles em defesa de uma literatura brasileira. Escreve Castilho que

A primeira obrigação de um traductor é tomar bem a si o talento, a indole do autor que vai traduzir: transformar-se n'elle o mais que possa: infrascar-se nos affectos e paixões que se obriga a transmitirnos... De sorte que, si a nossa lingua, por nimio confrangida com a subjeição a uma correspondência perfeita das figuras, phrases e construções, não póde ministrar-nos o necessário para tudo aquillo, devemos de nós libertar de semelhante servilidade, e permirtir-nos toda

---

<sup>49</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 23 Edição: 6756 de 30 de outubro de 1844 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 16 de maio de 2015

a soltura que nos proporcione com que pagarmos em equivalentes.

Madame *Dacier* define por boa tradução a "que não é servil, sinão generosa e nobre, que, afferrando-se fortemente ás ideias do seu original, procura as formosuras do idioma próprio, e dá as imagens, sem contar as palavras. [...] Traduzir um escrito não é copiar um painel."<sup>50</sup>

Sem citar autor ou mesmo o tradutor, em maio 1845 o *Diário do Rio de Janeiro* anuncia na coluna *Obras Publicadas* a tradução do romance Lucrecia Borgia a venda nas lojas de Paula Brito" (Ed. 6922 de 2 de maio de 1845). Já na parte dedicada ao *Exterior* afirma que "O celebre escriptor Eugenio Sue dirigiu uma carta extremamente obsequiosa a D. Wenceslau Ayguais de Izco, pela tradução exacta e elegante, que este fez do *Judeu Errante* [...]"<sup>51</sup>. Mas é na edição de número 7084 de 9 de dezembro que o jornal faz publicar o mais interessante texto a respeito da tradução no ano de 1845. Apócrifo, ocupa a coluna chamada *Rio de Janeiro* e tem por título *Os Ephemeros - Reflexões sobre a difficuldade de bem traduzir*. Como já dito anteriormente, a publicação de textos sem assinatura e em primeira pessoa era recorrente no jornalismo do período.

---

<sup>50</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 23 Edição: 6756 de 30 de outubro de 1844 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 16 de maio de 2015.

<sup>51</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 42 Edição: 6987 de 16 de agosto de 1845 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 16 de maio de 2015.



Fig. 7 - Edição 7084 de 9 de dezembro de 1845<sup>52</sup>

Neste, o autor desconhecido traça como primordial a um bom tradutor o domínio tanto da língua da qual está traduzindo como a que receberá a tradução. Acredita ser importante "expressir o pensamento" e não "traduzir palavras" e que não se deve "nem traduzir servilmente, nem apartar-se do original sem necessidade", fazendo referência à língua francesa como exemplo:

Uma boa tradução é uma das cousas mais difficeis de fazer. Não exige genio, porém exige muito talento. Alias, para que a traducção seja perfeita, cumpre que o traductor entenda perfeitamente a lingua de que traduz, e saiba a fundo aquella em que traduz; isso mesmo é um merecimento muito mais raro do que se pensa commumente, e entretanto não basta: é preciso ajuntar-lhe muito gosto, muito discernimento; é preciso esmerar-se em exprimir o pensamento, e não

<sup>52</sup> Disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 19 de março de 2015.

em traduzir palavras; mas nas liberdades que pode tomar o traductor, há um justo meio com que é difficil acertar: não deve nem traduzir servilmente, nem apartar-se do original sem necessidade: quando a locução franceza, por exemplo, estiver no genio da lingua portugueza, para que mudar? Só se for para substituil-a por outra mais justa, mais expressiva, mais elegante.<sup>53</sup>

Discernindo entre as diferentes dificuldades em traduzir prosa e verso, acredita que algumas versões em prosa não perdem em nada para os textos fonte. Já sobre a tradução em verso, crê ser impossível uma edição perfeita e toma como referência a tradução da *Illiada* feita pelo poeta inglês Alexander Pope (1688 – 1744). Segundo ele, os críticos afirmam que esta é a melhor tradução da obra de Homero e, ainda assim, destacam-lhe os "mil ornamentos, mil amplificações bem futeis, bem mesquinhas quando as comparao com as bellenas naturaes, com a simplicidade sublime do original"<sup>54</sup>:

Emquanto ás traducções em prosa, algumas há que nada ficam devendo aos originaes, que até lhes são superiores. Por mim gosto mais de ler o Telemaco na versão do capitão Manuel de Souza e Francisco Manuel do que no mesmo original: essa obra, que nunca foi limada pelo autor, como o devera ter sido, apesar de ser escripta n'uma linguagem summamente elevada, poetica e harmoniosa, tem todavia muita repetição de palavras, muita phrase arrastada, emfim bastantes negligencias, que todas desaparecerão na bellissima traducção de que fallei.

---

<sup>53</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 24 Edição: 7084 de 9 de dezembro de 1845 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 21 de maio de 2015.

<sup>54</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 24 Edição: 7084 de 9 de dezembro de 1845 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 21 de maio de 2015.

Outro tanto não acontece com a tradução em verso, e muito menos em verso rimado. Até creio na impossibilidade de as haver perfeitas.

No dizer dos criticos, a melhor tradução em verso é a da *Illiada* por Pope; e comtudo os mesmos criticos notão-lhe mil ornamentos, mil amplificações bem futeis, bem mesquinhas quando as comparao com as bellas naturaes, com a simplicidade sublime do original. Dizem, fallando d'essa versão, é legante, é poetica, é bella, mas não é homerica; aquillo não é Homero. Apesar de ser tão grande poeta como era Pope, notao n'essa, e em outras obras suas, a falta de uma elevação de que o não dotara a natureza; mas, se a tivesse, e a unisse a outros predicados seus, estou que nunca traduziria a *Illiada*; faria outra.<sup>55</sup>

Deixando de lado a crítica que faz à Pope, o autor retoma o objeto do artigo: a dificuldade de se fazer uma boa tradução. Agora adota como exemplo a tradução para o português da obra *Juif Errant* de Eugène Sue, como já dito anteriormente, feita pelos irmãos Castilho que, segundo ele, lhe parece bastante portuguesa, mas nem por isso uma obra que lhe agrade. E explica seus motivos:

Ás vezes o tradutor perde-se querendo melhorar o original: a linguagem parece-lhe mui chata, e elle a torna empollada, affectada; substitue a simplicidade por bellas deslocadas por falso brilho, por atavios de máu gosto. Outras vezes, é o contrario: o amor ao simples o faz descahir até o baixo.

Pelo que posso ajuisar, parece-me mui portugueza a tradução que em Lisboa fizeram do *Juif Errant* e nem por isso gosto d'ella: acho a linguagem mui rasteira. O traductor, sem duvida para alardear grande conhecimento da sua lingua, encaixou na sua versão um cem numero de frases populares, de termos

---

<sup>55</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 24 Edição: 7084 de 9 de dezembro de 1845 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 21 de maio de 2015.

chulos, que muitas vezes emprega com pouco discernimento. Ahi, o defeito está no abuso: essa mesma linguagem que cabe muito bem na boca de personagens taes como os Balduinos, o Dorme Nú, Cephysa e outros, fica mui desagradável, a até ridícula, quando empregada por pessoas de alta esphera, de perfeita educação, de excellentes maneiras, como Adriana de Cardoville, o marquez d'Aigrigny, a princeza de S. Dizier? E todas essas locuções triviaes, como *tornemos á vaca fria*, *entornou se-me o caldo*, e uma infinidade de outras que não tenho agora presentes, reproduzem-se a cada instante, com a mais visível affectação. Não assim no original, pois ahi cada personagem fala uma linguagem adequada á sua condição e educação.<sup>56</sup>

Como se pode perceber, apesar de defender a aproximação da obra ao público que receberá a tradução, o autor critica os excessos e pondera que, quando a locução (neste caso uma francesa) for familiar à língua portuguesa, não se justificaria alterá-la. E alerta para o erro que, segundo ele, os irmãos Castilho cometerão: a utilização demasiada de frases populares e "termos chulos".

Ao que se percebe nas notícias publicadas no jornal, a luta por uma literatura própria não acontecia apenas no Brasil. É fato que no século XIX muitos países estavam se consolidando como nação e, portanto, precisavam de uma literatura que os representassem. Em Portugal não era diferente. O país havia recentemente (1842) sofrido um novo golpe (o anterior acontecerá em 1836 e ficou conhecido como Belenzada) agora liderado Costa Cabral, com o

---

<sup>56</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 24 Edição: 7084 de 9 de dezembro de 1845 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 21 de maio de 2015



intuito de derrubar a Constituição de 1838 e restaurar a Carta Constitucional. Não por acaso a edição nº 7132 de 10 de fevereiro de 1846 do *Diário do Rio de Janeiro* anunciava que "Grande numero de estudantes da universidade de Coimbra acabão de redigir um protesto contra a abertura do theatro de D. Maria II por meio de uma traducção, quando a seu ver só ali deveria ser representada a peça nacional, de autor portuguez.<sup>57</sup>"

O ano de 1846 seguiu sem muito debate a respeito das ideias concomitantes à tradução, mas foi abundante o anúncio de obras traduzidas. A exemplo, a edição nº 7290 que circulou no dia 27 de agosto trazia na coluna *Obras publicadas* a divulgação de *O Mascara Negra*:

Traducção de uma jovem fluminense, a qual, entregando-se a este trabalho nas horas vagas de seus afazeres domesticos, pretende continuar a dar outras traducções; esperando ser animada pelo público, e especialmente por suas caras patricias, concorrendo com seus 320 rs. (custo de cada um folheto) à typographia da rua de S. José n. 8, onde já se acha á venda.<sup>58</sup>

Meses depois publicava-se nas *Notícias Diversas - Interior* da edição nº 7364 de 22 de novembro a notícia de que "O Sr. João Gualberto Ferreira Santos Reis, da Bahia, traduziu a Eneida e offereceu e dedicou a traducção a S. M. I."<sup>59</sup>. Os anos seguem sem que haja debate sobre a tradução nas páginas do diário. As notícias orbitam entre negros fugitivos; alugueis de amas de leite; o número de atendimentos no hospital da corte no mês de dezembro de 1846:

---

<sup>57</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 25 Edição: 7132 de 10 de fevereiro de 1846 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 25 de maio de 2015

<sup>58</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 25 Edição 7290 de 27 de agosto de 1846 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 21 de maio de 2015.

<sup>59</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 25 Edição 7364 de 22 de novembro de 1846 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 21 de maio de 2015

"431 doentes, dos quaes sahirão curados 297, morrerão 4, e ficarão existindo 133"<sup>60</sup>. Ou ainda a "Publicação do poema *A Minha Ausencia* de Oelchnoeleger, tradução de Castilho, dedicado ao amigo Cherubino Henriques Lagoa"<sup>61</sup> (Ed. 7605 de 21 de setembro de 1847).

Conforme os anos avançam em direção à década de 1850, o debate a cerca da tradução vai desaparecendo do periódico. Mantêm-se os anúncios das traduções à venda nas livrarias da capital, das peças em cartaz, quase sempre traduzidas do francês, com raras exceções para produções nacionais. Também ocupa as páginas do diário a inauguração da primeira linha de navegação a vapor para a Europa e a aliança entre Brasil e Paraguai contra o governante argentino Juan Manuel de Rozas (1793 - 1877). Sobre o conflito, assim se manifestou o império brasileiro através do *Expediente da secretaria de governo* na edição nº 8570 de 10 de dezembro de 1850:

18 de novembro

"Onde não chega a força do leão, estende-se a pelle da rapoza" tal era a maxima de Lisandro, grande general Spartano.

As grossas e pesadas nuvens que vão ennuclando o nosso horisonte político, a tempestadde terrivel que nos ameaça por nossa culpa, sem duvida é filha das intrigas de Rozas, é filha de seus conselhos a esses governos que cegos nos seus interesses ouvem a voz da serpente enganadora. [...] Quem conhece o caráter

---

<sup>60</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 26 Edição 7398 de 7 de janeiro de 1847 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015

<sup>61</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 26 Edição 7605 de 21 de setembro de 1847 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015

ambicioso e violento de Rozas, não pôde prescindir de vêr n'esta serie de factos senão o dedo da intriga.<sup>62</sup>

A partir de 1º de julho de 1851 o jornal inicia a publicação da novela *A Judia no Vaticano* ou *Amor e Roma* de Mery. Na coluna *O Diário* anuncia que "O diário francêz l'*Ordre* d'onde tiramos o original d'esta novella, poz-lhe como prefácio um artigo, que nos pareceu a proposito traduzir também, e é o seguinte: [...]"<sup>63</sup>. Este trecho da notícia nos faz inferir que a própria redação do *Diário do Rio de Janeiro* teria feito a tradução da novela. Esta parece ser a primeira vez que surge uma evidência de que haveria na redação alguém com capacidades para tal trabalho.

Em 28 de novembro de 1851 o jornal publica na *Parte Official* o Decreto 863 de 17 de novembro de 1851 com o Regulamento para os Intérpretes do Commercio da Praça do Rio de Janeiro. A nova lei vinculou a profissão, futuramente chamada de tradutor juramentado, ao poder público pelos Tribunais do Comércio<sup>64</sup> e as regras passaram a valer em todo território nacional. O decreto informa que o número de profissionais não poderia exceder a três para cada língua, porém "podendo cada hum delles servir para diversas". O Art. 5º informa que "para ser Interprete requerem-se as mesmas qualidades exigidas para ser Commerciante, e conhecimento pratico das linguas estrangeiras" e sentencia: "Não podem ser Interpretes: 1º As mulheres, 2º Os Interpretes que houverem sido destituídos de seus officios por

---

<sup>62</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 29 Edição 8570 de 10 de dezembro de 1850 disponível on-line pelo site: [hemerotecadigital.bn.br](http://hemerotecadigital.bn.br). Acesso em: 21 de maio de 2015.

<sup>63</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 30 Edição 8730 de 1 de julho de 1851 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015

<sup>64</sup> Em 1875 os Tribunais do Comércio foram extintos e suas atribuições passadas às Juntas Comerciais, cuja atuação segue até os dias de hoje, regrando e supervisionando o ofício de tradutor juramentado.

sentença<sup>65</sup>. As regras para a remuneração dos trabalhos foram assim estabelecidas no Capitulo 4º, Art. 26º:

1º De cada meia folha de traducção ou certidão (Art. 10 § 1º) mil e duzentos réis pagos pelo interessado no acto da entrega da traducção.

Esta quantia he devida, ainda que a traducção ou certidão não preencha huma lauda.

Se a traducção ou certidão tiver mais que meia folha cada lauda conterà pelo menos vinte cinco linhas, e cada linha pelo menos trinta letras.

Se a traducção for ordenada em consequencia de procedimento official, estes emolumentos só serão cobrados a final, se houver condemnação.

2º Por exames, para verificação da exactidão de outras traducções (Art. 10 § 2º) quatro mil réis de cada exame, pagos no fim d'elle; para o que o interessado preparará o Juizo.

Se o exame durar mais de hum dia o Juiz no fim d'elle, decretará aos Interpretes huma diaria, que não será menor de tres mil réis.

3º Por verbalmente verterem em lingua nacional respostas ou depoimentos (Art. 10 § 3º) mil e duzentos réis de cada interrogatorio, ou pela inquirição de cada testemunha, ou informante.

4º Por examinarem a exactidão das traducções dos Corretores de navios (Art. 10 § 4º), o mesmo que vencem no caso do nº 2º, sendo o exame judicial.

Sendo a averiguação extrajudicial e por ordem do Inspector da Alfandega, o mesmo que vencem no caso do nº 1º.<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 30 Edição 8855 de 28 de novembro de 1851 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 23 de maio de 2015.

<sup>66</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 30 Edição 8855 de 28 de novembro de 1851 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 23 de maio de 2015.

A publicação encerra com a assinatura "Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça. Palacio do Rio de Janeiro em dezasete de Novembro de mil oitocentos cincoenta e hum, trigesimo da Independencia e do Imperio."<sup>67</sup> Foi então que, sob o forte predomínio da “trindade saquarema”<sup>68</sup>, os Intérpretes do Comércio da Praça do Rio de Janeiro tiveram o seu primeiro regulamento da história do Brasil.

Com o início do ano de 1852 o Collegio de Bellas - Letras faz publicar as novas regras para o que hoje equivaleria ao Ensino Médio. Esta nota chama a atenção por conter no plano de aula disciplinas de tradução em todas as séries do "curso secundário". A nota, escrita em primeira pessoa e impressa no dia 3 de janeiro, afirma que a experiência do escrevente o fez perceber que poucos alunos tinham o interesse em habilitar-se para os estudos no Imperial Colegio de Pedro Segundo, por isso "resolvi-mi a supprimir as classes de allemão, grego e sciencias naturaes, e obrigar-me sómente ao ensino dos preparatórios para as academias do inperio [...]”<sup>69</sup>. Em virtude da modificação, o novo plano passa a ser o seguinte:

#### Curso secundario

1º anno: grammatica latina e franceza, arithmetica, geographia, orthographia e caligraphia;

---

<sup>67</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 30 Edição 8855 de 28 de novembro de 1851 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 23 de maio de 2015.

<sup>68</sup> O gabinete de 29 de setembro de 1848, um dos de mais longa duração da Monarquia, é caracterizado pela política centralizadora da “trindade saquarema” composto por Euzébio de Queiroz na pasta da Justiça, Paulino José Soares de Souza na de Negócios Estrangeiros e Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, na pasta da Fazenda.

<sup>69</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 31 Edição 8882 de 3 de janeiro de 1852 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 21 de maio de 2015.

2º anno: traducção e composição de latim e francez, grammatica ingleza, arithmetica, geographia e cosmographia;

3º anno: traducção e composição de latim, francez e inglez, arithmetica, algebra, geometria, geographia retorica e historia;

4º anno: traducção e composição de latim, francez e inglez, arithmetica, geometria, retorica, historia e pholosophia; [...]

Nas classes de linguas vivas, em o intervalo das classes, os alumnos do 1º e 2º anno são obrigados a fallar francez; e os do 3º e 4º, a fallar francez ou inglez.<sup>70</sup>

A presença constante da tradução e do ensino de línguas estrangeiras nos bancos escolares evidencia a forte influência do estrangeiro, com o já retratado destaque para a França. Porém, ainda que em menor aspecto, o discurso enaltecendo o nacional surgia nas páginas do diário. No dia 6 de maio de 1852 trazia o anúncio de uma nova peça, que estreava no Teatro São Pedro, chamada *A Perola do Brasil*. O drama lírico era enaltecido por levar à cena assuntos nacionais e por ter percorrido o trajeto contrário as demais peças sendo "representado em Paris, em fins do anno passado, e coberto de applausos"<sup>71</sup>. Em terras francesas, seu autor João Caetano dos Santos encarregou a tradução a Luiz Garcia Soares de Bivar. Têm-se, assim, um raro, mas, importante caso de tradução literária do português brasileiro para o centro da literatura mundial em meados do século XIX.

---

<sup>70</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 31 Edição 8882 de 3 de janeiro de 1852 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 21 de maio de 2015.

<sup>71</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 31 Edição 8981 de 6 de maio de 1852 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 21 de junho de 2015.

É nas críticas às peças teatrais estrangeiras que se começa a perceber uma maior resistência à cultura importada. Tratando sobre o Teatro Dramático, a coluna de Variedades da edição nº 9058 que circulou no dia 6 de agosto afirma que o drama no Rio de Janeiro estava "voltado ao ostracismo, por velho indolente e inapreciável". Diz ainda que "o drama foi sepultado no tumulto das passadas modas, e como estofa e padrão fóra de uso condemnado a se não fallar n'elle senão *na roça*. [...]". E encerra decretando que a abertura do teatro não deveria "ser festejada com uma traducção *vulgar*, mas com um drama original"<sup>72</sup>.

Como já abordado, Bakhtin afirma que todo signo recebe um ponto de vista, "pois representa a realidade a partir de um lugar valorativo, [...] o que faz o signo coincidir com o domínio ideológico" (BAKHTIN apud BRAIT, 2014, p. 170). Esta ideologia está presente em todas as interações sociais, numa composição mútua entre sociedade, discurso e ideologia. Desta forma, as passagens acima demonstram que se começa a perceber nas páginas do jornal um leve deslocamento do discurso - antes mais centrado em teorias de tradução, críticas ao modo de traduzir e aos anúncios de publicações e peças traduzidas - para uma abordagem um pouco mais questionadora e ideológica.

Conservando um "anonymato conveniente a nossa limitada capacidade"<sup>73</sup> o jornal divulga, em 5 de outubro de 1852 na coluna *Publicações a pedido*, uma crítica a tradução de um extrato da revolução francesa veiculada no mesmo dia e no mesmo diário pelo Dr. Mello e Moraes. Assinada apenas por 'Vosso patricio respeitador A.', a crítica sugere que o

---

<sup>72</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 31 Edição 9058 de 6 de agosto de 1852 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 21 de junho de 2015.

<sup>73</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 31 Edição 9117 de 5 de outubro de 1852 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 21 de maio de 2015.

tradutor poderia "apresentar trabalho mais perfeito, tanto na forma como na matéria":

O Sr. Dr. Mello Moraes extraiu o que publica: traduziu por consequencia, visto que da revolução franceza nada temos em portugues, que não seja traducção. Na traducção achamos nós que S.S. por pressa, por descuido, talvez por dar a seu extrato a importancia que realmente tem, deixa escapar frases de mau gosto, desnecessariamente afrancesadas, e até imperfeitamente traduzidas.<sup>74</sup>

Após a crítica ao afrancesamento de algumas sentenças, A. passa a questionar certas escolhas feitas Mello e Moraes que, a seu ver, levariam os leitores menos familiarizados com a língua francesa a erros de interpretação. Afirma ele que:

O leitor instruido não soffre com isso, mas o maior numero de leitores, que lucra com essa publicação aprende erros ou decora phrases viciozas. Entremos n'um ligeiro reparo.

O Sr. Mello Moraes traduz sempre a palavra *armee* por *armada*, quando a sua legitima significação é exercito e exercito de terra. Os francezes para fallarem no exercito ou força naval nunca emitem o vocabulo determinstivo.

D'este descuido resulta um erro historico muito notavel: a Marinha franceza, no periodo celebre do reinado do terror, estava reduzida á mais completa decadencia, por isso que officialidade experimentada, sendo nobre, havia desaparecido da scena.

Entretanto o leitor achará no extracto publicado hoje que 26 de junho de 1794 teve lugar a batalha de Fleurus e que a vitoria *abre segunda vez a Belgica ás armadas francezas*: que no 1º de julho Mons é tomada

---

<sup>74</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 31 Edição 9117 de 5 de outubro de 1852 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 21 de maio de 2015.



pelo general Ferrant, *da armada do Sambre e Meuse*: que a 2 de julho *Pichegru, commandante da armada do Norte, toma Tournay, etc. etc.* O leitor que não souber francez, ficará certo de que a França tinha n'esse tempo espantosa força naval, com que tomava tantas praças, e não pode supor descuido no traductor, quando sabe que entre nós a palavra armada designa por si só o exercito do mar: pois que se diz cirurgião da armada, oficial da armada ou da marinha; e fallando-se da força terestre se diz - cirurgião do exercito, official do exercito.<sup>75</sup>

A. também tece críticas à sintaxe do tradutor, apresentando uma frase como exemplo e sugerindo outras soluções para a tradução:

N'outro lugar achará o leitor o seguinte periodo em que está preterido sem necessidade o rigor da lingua e o bom gosto: "*Estas execuções são motivadas em conspirações, sem cessar renascentes nas prisões, e que inquietarão assás a convenção a ponto de Barrere etc.*" Parece-nos que seria melhor dizer: - Estas execuções são motivadas (e seria talvez mais exacto dizer - pretendadas) por conspirações incessantemente renascentes nas prisões, e que inquietavam a convenção a tal ponto que Barrere, etc.<sup>76</sup>

O texto encerra com um pedido de compreensão por parte do tradutor já que, segundo o crítico, teria Mello Moraes grande capacidade para escrever ainda melhor:

É por isso mesmo que insistiremos em apontar-lhes esses pedaços em que descuidou. São poucos ainda os homens que se prestão a escrever, e que tem a actividade do Sr. Mello Moraes.[...] Pedimos a S.S. que nos faça a justiça de crêr que o nosso fim é

<sup>75</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 31 Edição 9117 de 5 de outubro de 1852 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 21 de maio de 2015.

<sup>76</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 31 Edição 9117 de 5 de outubro de 1852 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 21 de maio de 2015.

amigavelmente convidal-o a aperfeiçoar seus escriptos. [...] Se estas amigáveis reflexões não offenderem o Sr. Dr. Mello Moraes, acompanhal o-hemos com nossas fracas forças na analyse do seu extracto. Se o contrario succeder , não nos fazemos cargo de dar explicações da nossa boa vontade, por isso que fica declarado qual é o fim a que nos propozemos. Quem pôde, como o Sr. Dr. Mello Moraes, escrever bem como trez não deve contentar-se com escrever bem como dois e meio.

A.<sup>77</sup>

Um retrospecto mensal, publicado no dia 14 de fevereiro de 1854, trazia para as páginas da edição de número 45 um desabafo, em primeira pessoa, a respeito da baixa quantidade de produções literárias nacionais. O texto apócrifo questiona como um país tão jovem, poético e de beleza inspiradora não possui uma literatura 'original'. Faz críticas ao teatro nacional que considera a representação de uma obra brasileira um favor ao autor. E mais, que dá igual valor a uma composição nacional, como a qualquer tradução, ainda que por vezes ridiculamente feita. Se solidariza com aquele que "tiver a loucura de viver das letras"<sup>78</sup>. Critica o público espectador/leitor, argumentando que ele faria com que o autor perdesse tempo e dinheiro ao produzir uma obra que seria lida por meia dúzia de pessoas:

[...] A mingua de producções litterarias originaes é sensível; vai-se intibiando bem cedo, convencida de que as letras nutrem o espírito, porem não aquecem o corpo. Este desanimo, esta tibiesa, essa ausencia de entusiasmo em um paiz tão novo, tão poetico, dotado

---

<sup>77</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 31 Edição 9117 de 5 de outubro de 1852 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 21 de maio de 2015.

<sup>78</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 33 Edição 45 de 14 de fevereiro de de 1854 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 24 de maio de 2015.

de uma natureza verdadeiramente inspiradora, de que provém? De que provém?...o que são os homens que cultivão as letras entre nós? Que valor tem aquelles que mimoseados pela Providencia do talento de poeta, se entregão todos a cultivar-o para um dia como Camões immortalisar a gloria dos seus? De que serve escrever um livro, embora util, embora bem elaborado, se elle será lido por meia duzia de pessoas, e o autor perderá o tempo que gastara em fazel-o, e a enorme somma de dinheiro que houver empregado para publicar-o? De que vale cultivar a poezia dramatica, entregar-se com paixão a este genero de litteratura e produzir dramas e tragedias, embora acabadas e perfeitas, si ahi está o theatro nacional, que julga fazer grande favor ao compositor quando se digna representar-lhe a producção? Si ahi está um theatro nacional, que dá tanto valor á composição nacional, como á qualquer insignificant tradução, e ás vezes bem ridiculamente feita? De que nos admiramos pois, de serem tão escassas as producções originaes no paiz? Ai daquele que tiver a loucura de viver das letras, coitado ve-lo-hemos morto de fome em algum canto de nossas ruas, ou em um miserável leito de algum hospital - nas agonias da morte, - para que depois lhe teça algum outro tão louco como elle um pompozo elogio, lhe entoe alguma chorósa nenia; ou depois de 30 ou 40 annos o chamem de genio, de grande talento, etc. etc.[...] <sup>79</sup>

Ainda que as críticas sejam mais recorrentes que o enaltecimento a traduções, por vezes o diário traz em suas páginas elogios a uma ou outra obra vertida ao português, principalmente quando se tratava de grandes clássicos. Lançar versões em português tornava essas obras acessíveis à grande parte do público leitor brasileiro que começava a se constituir a partir da contribuição

---

<sup>79</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 33 Edição 45 de 14 de fevereiro de de 1854 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 24 de maio de 2015.

da divulgação dos folhetins nos jornais, para então, na sequencia, *pegar gosto* pelas publicações em volumes. Há, na edição de 8 de junho de 1854 uma mostra da expectativa em torno do lançamento da tradução de *Eneida* de Virgílio feita por Manoel Odorico Mendes, autor das primeiras traduções integrais para o português de Virgílio e Homero. A obra levou 9 anos para ficar pronta e, impressa na Tipografia de Rignoux em Paris, teve sua edição esgotada em quinze dias<sup>80</sup>. Assim discorre a coluna *Correspondência do Diário - Paris, 7 de maio de 1854* sobre a *Eneida Brasileira* ou *Tradução poética da epopeia de Públio Virgílio Maro*:

[...] Qualquer que seja a opinião do leitor á respeito da maxima de Virgilio, tenho á communicar-lhe uma noticia com relação é este sublime poeta.

Foi publicada, depois de tão longo, illustrado e consciencioso trabalho de 9 anos, a traducção da Eneida de Virgilio pelo nosso eminente e distincto poeta, o Sr. Manoel Odorico Mendes. Sinto que na falta de habilitações especiais me não dê o direito de analysar as bellezas litterarias da traducção do nosso patricio. Em falta dellas recorro á autoridade de Mr. A. Jal, historiographo da marinha [...] cujo estudos mui minuciosos sobre as obras de Virgilio o tornão competente na materia. Eis ahi o juizo feito por esse erudito francez.

"O richmo poetico me é quase desconhecido e nada sei da lingua sublime que fallão os cantores lusitanos e brasileiros, nobres filhos de Camões; muitas pois das bellezas da vossa traducção me devem escapar; um só merito me impressiona e assombra, é a fidelidade do debuxo, a prodigiosa superposição do vosso poema sobre o latino. Parece-me impossível ser mais fiel e

---

<sup>80</sup>

Fonte: VIRGÍLIO. Aeneis. Texto original. Disponível em <http://www.unicamp.br/iel/projetos/OdoricoMendes/>. Acesso em 1 de outubro de 2015. \_\_\_\_\_. Eneida. Tradução e notas de Odorico Mendes. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

mais escrupulosamente exacto com ares de maior liberdade. São os delineamentos dos desenhos de Virgilio e a côr é a mesma [...]"<sup>81</sup>

Tratando ainda de clássicos da literatura, a edição 93 de 04 de abril de 1855 reproduz na coluna *Exterior - Notícias Litterarias* um texto, originalmente publicado no *Jornal da Bahia*, em que seu autor discorre sobre a raridade em o mundo produzir um poema épico. Porém, julga ser ainda mais difícil a sua tradução. Segundo ele, o que se tem visto é um escândalo, um horror e uma violação do bom gosto. Chega mesmo a sentenciar que "para traduzir a *Illiada* seria necessário ser Homero" e encerra propondo uma cruzada contra as más traduções. Diz o autor:

Sempre acreditei que fazer um poema épico que viva 20 annos mais que seu autor, era em grande extremo difficil, e esta opinião eu tinha formado por observar que o mundo desde que tem uso da razão não tem produzido mais de meia duzia de obras d'esta classe. Porem julguei que havia outro coisa mais difficil do que fazer um poema, e esta cousa mais difficil era traduzil-o, e para crêl-o assim tinha justamente uma razão contradictoria á que já indiquei; pois se o mundo não tem produzido até agora mais de meia duzia de poemas, tem-se visto em todas as idades com escandalo das lettras, com horror da litteratura e com a violação do bom gosto, sahirem aos milhares traducções desses poemas tão escassos. Porém que traducções! Santo Deus! até hoje não tenho podido encontrar nem uma se quer que não me tenha enchido de ira ao vê-la. V. dirá que sou optimista, quando fallo tão absolutamente. E se o diz, tem razão para isso.

---

<sup>81</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 33 Edição 157 de 8 de junho de 1854 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 21 de maio de 2015.

N'este genero não admito mediocridade, tudo o que não é superiormente bom merece desprezo. Não há nada para mim mais ridículo do que o affan de algumas pessoas de pôrem nos dedos pedaços de crystal commum, querendo fazel-os passar por brilhantes. O mesmo me succede com os diamantes falsos da litteratura. Porém fallemos das traducções. Para traduzir a Iliada seria necessário ser Homero. Dizem que Virgilio não se atreveu a querer fazel-o, o fez muito bem, porque creio não houvera sido capaz disto. Portanto se contentou com escrever sua Eneida, que não é de certo uma Iliada; pois, bem que a arte e o talento nada tenham que pedir-lhe, o genio não teve a mesma partilha. [...] Não sei porque não deveria levantar-se uma cruzada contra as más traducções. E aqui fico. (Jornal da Bahia)<sup>82</sup>

Tomando como referência a tradução da *Divina Comédia* feita por M. Luiz Ratisbonna para o francês, a coluna *Varietade* da edição 112 de 24 de abril de 1855 debate sobre a tradução em verso e em prosa. Após mostrar opiniões diferentes sobre a melhor forma de verter versos, expõe sua própria opinião defendendo que, sendo traduzida por mãos talentosas, se aproxima mais do original quando mantida em verso:

Tem-se dito contra o preceito de Homero que uma traducção se devia esforçar para traduzir uma palavra por outra; eminentes escriptores declararão que era em prosa que devião passar de uma lingua para outra as obras em verso, que a prosa tem uma flexibilidade que lhe permite ser uma mais exacta reproducção do original. O nosso jovem poeta pensou que se as traducções em prosa são fiéis a litteralidade do

---

<sup>82</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 34 Edição 93 de 04 de abril de 1855 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

modelo, erão sempre infiéis á litteratura, que a côr do poema se reflectia melhor no rythimo poetico. Cremos como elle que uma obra de reprodução, quando é feita por um homem de talento, se aproxima mais do poeta original quando é feita em versos, para a traducção vulgar, as traducções em prosa talvez são melhores, mas ninguém fala delas. [...]<sup>83</sup>

A *Revista - Livro de Domingo* da edição 89 de 30 de março de 1856 relata um diálogo entre amigos em torno da tradução da obra *Demi-monde* de Dumas Filho feita por Augusto Emílio Zaluar ( 1826 -1882). Este jornalista, ao publicar em 1875 o livro *O Doutor Benignus*, se tornaria o autor da primeira obra de ficção científica do Brasil. Mas, sobre sua tradução da obra de Dumas Filho, os amigos de L.A (assim é assinada a coluna) não pouparam críticas. O debate perpassa pela questão da necessidade ou não de ser poeta para traduzir poesia, pela afirmação de que a beleza da tradução de poesia está mais nas palavras e no estilo do que no pensamento, para então centrar suas opiniões sobre a escolha feito por Zaluar para o título nacional da obra. Diz o texto:

[...] O leitor sabe que este drama de Alexandre Dumas Filho foi traduzido pelo Sr. Zaluar; pondo de lado a amizade que lhe tenho, a minha opinião, é, que lendo esta traducção, ainda mais uma vez me convenci que para interpretar um poeta é preciso um outro poeta. Há certos lugares em que a traducção torna-se um original, em que o traductor sempre traduzindo torna-se autor; porque a poesia e a belleza d'estes lugares está mais nas palavras e no estylo, do que mesmo no pensamento. No circulo em que estava, concordavão comigo n'este ponto, mas discutirão o titulo. Uns dizião que não,

---

<sup>83</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 34 Edição 112 de 24 de abril de 1855 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

porque o *demi-monde* para uma sociedade que *funcionava regularmente*, e que o *Parisiense conhecia imediatamente*, como dizia o autor.

O meu voto foi que o título era intraduzível; que Dumas Filho criou esta palavra, inventou que este título em oposição á *grand-monde* dos francezes, que significa a sociedade distinta, a lata sociedade, e á *petit monde*, que quer dizer a gente de baixa origem.

Ainda tinha mais uma razão para pensar assim todo mundo sabe que *une femme du monde*, quer dizer uma senhora elevada, distinta.

Em conversa com o seu pai Alexandre Dumas filho diz que M.<sup>me</sup> Adriani -, o modelo de Suzanne d'Ange protagonist do *demi-monde*, não era *une femme du monde*; já se vê pois que a palavra *demi-monde*, deve ser tomada, não na ideia de extensão ou grandeza, mas ao contrario no sentido moral, como *grand-mond*.

E que portanto, tendo o Sr. Zaluar de dar um título em portuguez, desde que não temos uma palavra que traduza litteralmente esta idéa, podia dar o título que deu, que exprime que essa sociedade não é nem a aristocracia, nem a burguesia, que é também virtuosa e honesta.

L. A <sup>84</sup>

A publicação do expediente das sessões do Conservatório Dramático também se configura numa fonte interessante para o estudo da tradução no Segundo Reinado. A instituição dedicou-se ao controle da produção teatral na Corte em dois períodos, de 1843 a 1864 e de 1871 a 1897. Funcionou como uma sociedade privada de letrados, que tinha por atribuição a revisão e a censura dos textos teatrais que seriam apresentados nos palcos do Rio de Janeiro. Como já exposto anteriormente, as peças encenadas eram, em sua

---

<sup>84</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 36 Edição 89 de 30 de março de 1856 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 28 de maio de 2015.



maioria, produções francesas adaptadas à realidade brasileira. Sabe-se que a Europa e, em especial, a França, passava por um momento de ascensão da burguesia e de mudanças em seus valores, contrários à ordem do Antigo Regime. Foi então inevitável que esses novos ideais tivessem reflexos também na dramaturgia. Mariana Amorim afirma que, no entanto, as ideias burguesas eram antagônicas aos valores da sociedade imperial brasileira, o que tornava a atividade de censura imprescindível para o governo (2008, p. 17). Mas nem sempre a comissão dedicava-se exclusivamente aos assuntos da censura moral e política das obras. Em sendo seus membros homens das letras, por vezes o debate girava em torno das escolhas tradutórias. A seguir está reproduzido o parecer da censura sobre drama - *João o cocheiro* da Companhia Dramática do Theatro Lyrico em que o censor não poupa críticas ao tradutor:

Não sei porque razão ainda até hoje os médicos não tratarão de estudar a monomania traductora! Pois que existe essa doença, não há duvida. E se não, digão-me como é possível que se metta a traduzir um drama para ser representado, aquelle que nem sabe a lingua de que traduz, nem aquella para que traduz. E se quizerem exemplo, não é preciso ir mais longe, ahi está esse chamado *João o cocheiro*: é abrir qualquer página e lêr. Comecemos pela primeira: diz - *Ninguém !* Primeira expressão, que assim só, isolada, não é grande cousa. - *A Sra. Genoveva está sem duvida no seu quarto, e é de crêr que João Claudio lá esteja* - Para ser portuguez falta-lhe um *também*. E depois: - *Ah! Ah! Genoveva já preparou o oratorio de Santa Thereza: poz a grinalda.* - Era preciso dizer onde, etc, etc [...] Feitas essas pequenas correções sou de

parecer que se pôde representar. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1856.<sup>85</sup>

Nem sempre o parecer era favorável à sua representação. Ainda que a resolução de 28 de agosto de 1845 vedasse a denegação da licença quando as obras apresentassem apenas problemas com a língua portuguesa, o voto sobre a comédia *Um famoso numero* traduzida por L. F. C. S. era pela censura. Os argumentos, porém, nada tinham a ver com a moral, a religiosidade ou mesmo com o governo:

O original não me parece máo, porém a traducção é pessima; [...] O traductor nunca tomou o trabalho de lêr, creio mesmo que nunca ouviu falar na obra de D. Fr. Francisco de S. Luiz, intitulada *Glossário das palavras e phrases da lingua franceza, que por descuido, ignorancia ou necessidade, se tem introduzido na locução portugueza*. Se a houvesse lido alguma vez, certo não commeteria os monstruosos erros de que está inçada a presente traducção. É verdade que o abuso dos gallicismos está tão introduzido em nossa terra, que seria peccar contra o rigorismo da moda, pretender fallar correctamente a lingua portugueza. Desculpa cada um sua negligencia, culpando a pobreza da lingua, como observou o bispo D. Antonio Pinheiro. Entretanto que a lingua portugueza, filha quase legitima da latina, tendo herdado a sua belleza e sua fertilidade, possui um thesouro inexgotavel de recursos, o que não acontece a muitas das modernas linguas da Europa, que nem ao menos, sendo tão bellas como a nossa, estão muito longe de ostentar a sua riqueza. O abuso porém a que

---

<sup>85</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 36 Edição 183 de 2 de julho de 1856 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

me refiro, não deve servir de norma ás deliberações do Conservatório Dramatico, e por isso, sou de parecer que não se deve conceber a licença pedida, ainda que para isso seja preciso solicitar-se do governo imperial a revogação da arte da resolução de 28 de agosto de 1845, que véda a denegação da licença quando peccarem as obras somente contra a castidade da lingua.<sup>86</sup>

A teoria do discurso, como já dito anteriormente, considera que o texto traz consigo uma historicidade, fruto de sua relação com outro discurso. Os fragmentos retirados do *Diário do Rio de Janeiro*, por variarem entre o debate sobre as traduções e sobretudo sobre a qualidade dessas traduções, com as críticas centradas nas escolhas feitas pelos tradutores, nos permite inferir que estas preferências adotadas muitas vezes incomodavam, particularmente por seus afrancesamentos. Quando, no texto acima, o crítico cita a obra do Bispo Francisco de S. Luiz, *Glossário das palavras e phrases da lingua franceza, que por descuido, ignorancia ou necessidade, se tem introduzido na locução portugueza* lançada em 1827, demonstra que há muito o excesso do afrancesamento vinha causando mal estar. Ao exaltar a beleza da língua portuguesa, faz-se o contraponto à língua estrangeira, no que Bakhtin chama de dialogismo, ou seja, o sentido do texto só é alcançado através das relações com outros discursos. As evidências deixadas impressas nestes pareceres demonstram claramente a luta por um contraponto à forte influência estrangeira que vinha popularizando termos não muito simpáticos à língua portuguesa, ao ver da comissão do Conservatório Dramático. Quando um dos

---

<sup>86</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 36 Edição 204 de 23 de julho de 1856 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

conselheiros apresenta seu voto sobre a comédia *A Donzellona* de Bonin, não poupa críticas à tradutora identificada apenas por Sr..., e suas observações são prioritariamente em relação "a corrupção dos termos". O censor afirma que se trata de "um pequeno trabalho que não prima em genero algum [...] fraquíssimo nas regras da estética, é mediocre pela tradução, que não pode ser classificada de portugueza"<sup>87</sup>. E mais uma vez faz referência aos limites da censura baseado no aviso de 10 de novembro de 1843 e na resolução imperial de 28 de agosto de 1845 que declara não ser de competência do Conservatório "impedir o desconexo das idéas, a corrupção dos termos, nem a pobreza da versão [...]." Finaliza atacando os intérpretes dessas obras traduzidas afirmando que "Revela aqui acrescentar que representações bastardas de dramas e comedias, mal vertidas para o nosso idioma, tornão-se ainda piores pelo costume em que estão alguns actores de improvisarem ditos e chalaças"<sup>88</sup>

O que se segue nos dias seguintes não é diferente e a edição 262 do *Diário* de 21 de setembro de 1856 publica mais um parecer do Conservatório Dramático, agora referente ao expediente de 15 a 17 de setembro de 1856. Entre as peças analisadas está a comédia *A Jaconda* escrita em francês por Paulo Foucher e Régnier, livremente traduzida para o português por Furtado Coelho. O voto, ainda que favorável à sua encenação, causou uma sequência de trocas de acusações públicas, permeada por uma análise das escolhas feitas por Furtado. O texto que iniciou as discussões dizia:

---

<sup>87</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 36 Edição 235 de 24 de agosto de 1856 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

<sup>88</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 36 Edição 235 de 24 de agosto de 1856 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

Em these geral, á traducção litteral é incontestavelmente superior a traducção livre; mas para isso é de mister que o traductor, conhecendo a lingua original e a sua própria, saiba tirar do cabedal d'esta os vocabulos que correspondem ás idéas que quis exprimir o autor, quando escrevia a sua; que tenha estudado os usos e costumes de uma e outra nação, e os modos de exprimir-se que a cada uma d'ellas são próprios. Si isto é verdade, como parece, não pôde a traducção que tenho presente ser considerada livre. Exporei os pensamentos que tenho para assim pensar. Um dos pontos que deve o bom traductor ter muito em vista, principalmente quando verte uma peça que tem que ser representada, é não conservar o tratamento usado pelos que fallão a lingua original, quando não seja esse aceito na sua.<sup>89</sup>

Após esta breve explicação, começam as análises a partir do questionamento do uso da 2ª pessoa do plural, muito comum ao francês quando se dirige a outra pessoa, mas não à língua portuguesa, segundo o julgamento. Demonstrando com recortes da tradução e do texto fonte, a análise perpassa ainda pelos verbos que "empregados no original no modo imperativo, estão quase todos vertidos erradamente"<sup>90</sup>. Até mesmo a escolha do nome Antunes para um dos personagens da versão brasileira é contestada, já que "Antunes é um nome patronymico derivado de Antão, que por certo nunca foi conhecido em França", e segue comparando as partes e não poupando nas críticas, num trabalho minucioso de apreciação. Às críticas, Coelho respondeu em um artigo publicado na edição 266 de 25 de setembro da seguinte forma:

---

<sup>89</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 36 Edição 262 de 21 de setembro de 1856 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

<sup>90</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 36 Edição 262 de 21 de setembro de 1856 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

Pedirei ao copista da censura que conservatorio dramatico fez a minha tradução da *Joconda*, que divida a sua cópia em partes mais pequenas, que as mande imprimir em letra muito grande e de *pernas para o ar*. D'esta maneira terá tudo a ganhar; ganhará mais tempo a sua intelligente tarefa, dará mais na vista e apresentará nas letras *de pernas para o ar* uma perfeita imagem do seu espírito. Bem vê que sou seu amigo e que lhe não quero mal.  
Furtado Coelho<sup>91</sup>

O que se lê nas edições seguintes do *Diário* é uma sequência de insultos e acusações que perdurarão até a edição 274 de 3 de outubro. Numa edição anterior a esta, publicada no dia 2 de outubro, a sessão Folhetim trás uma carta endereçada a Q.B. (o titular da coluna na ocasião). Diz o texto assinado por P.S.:

Theatro Gynasio  
Horroroso fiasco!  
É impossível dizer-te, não o que é, mas o que foi a *Joconda* dessa noite. [...] Não fazes idéa. O Foucher e Regnier forão esquartejados e arrastados em roda do palco do Gymnasio, como Hector em roda dos muros de Troya. [...]  
Teu como sempre P.S.<sup>92</sup>

Assim, na edição 274 que circulou no dia 3 de outubro, a coluna Comunicações publicou um artigo assinado por Z que encerrou os debates sobre a versão brasileira da obra. Nela, o autor acusa a persistência de Coelho e a direção do Gymnásio pela *morte da Joconda*. O primeiro por levar à cena a

---

<sup>91</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 36 Edição 266 de 25 de setembro de 1856 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

<sup>92</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 36 Edição 273 de 2 de outubro de 1856 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

sua tradução sem as indispensáveis correções, e o segundo pela condescendência em consentir sua encenação. E finaliza ironizando:

O publico, para quem sempre appellamos nesta nossa serie de artigos, soube fazer a devida justiça á insigne tradução e ao seu *ilustre* autor quem entre outras cousas, nos quis também ensinar o que era traducção livre: de agora em diante ficaremos sabendo que qualquer que ignore uma lingua estrangeira, está apto para fazer traducções dessa lingua, contando que diga traducção livre. Isso posto, póde dizer o que quizer, que quando por essas for censurado, só tem a responder: *minha tradução é livre, não traduzi, substitui*. E desse modo está salva a pátria e viva o progresso!! Z<sup>93</sup>

Durante este interessante e intenso debate, os leitores do *Diário do Rio de Janeiro* puderam acompanhar uma profunda análise de tradução, onde texto fonte e texto meta foram colocados lado a lado e expostos em seus detalhes. Tiveram acesso ainda a fragmentos de concepções a respeito da tradução e à variadas possibilidades de estilos para ser verter os textos para o português. Nos anos seguintes não foi diferente. Os pareceres do Conservatório Dramático continuaram levando a público, análises interessantes sobre as traduções das peças que entrariam em cartaz: "[...] Quanto a linguagem da tradução, acho-a incorreta; a negligência do estylo é notável, e as locuções francezas se encontram a cada passo [...]"<sup>94</sup> afirmou o censor ao dar seu parecer sobre o drama Emilio de Laronciére; elogia a tradução de drama-poema *Dalila* e faz crítica às imitações ou traduções das

---

<sup>93</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 36 Edição 274 de 3 de outubro de 1856 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

<sup>94</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 40 Edição 86 de 30 de março de 1858 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

obras más que "parecem ter contaminado por um princípio vicioso a bella litteratura portugueza: quando as obras primas da musa classica são menoscabadas e substituidas por fructos de intelligencias myopes [...]"<sup>95</sup>. É sobre a obra *Dalila* que surge a primeira pista a respeito da colaboração de Machado de Assis para o *Diário do Rio de Janeiro* quando a edição 19, de 13 de abril de 1860, traz em seu Folhetim Revista Dramática uma análise assinada por M. de A.<sup>96</sup>.

Em 1861 a edição 279, de 1º de outubro, publicou na coluna Exterior a "Convenção de Litteratura entre Hespanha e Portugal". Iniciado com a assinatura de D. Pedro, o texto apresenta em seu artigo 3º as regras sobre o direito à tradução:

Faço saber aos que a presente carta de confirmação e ratificação virem que aos 5 dias do mez de agosto de 1860, se concluiu e assignou em Santo Ildefonso pelos respectivos plenipotenciarios, munidos dos competentes plenos poderes, uma convenção de propriedade litteraria entre mim e Sua Magestade Catholica [...] animados de desejo de proteger o direito de propriedade das obras litterarias e artisticas, que se publiquem pela primeira vez nos seus respectivos estados [...]

Art. 3º O autor de qualquer obra publicada em um dos dous paizes poderá reservar-se o direito de traducção. Em tal caso, ser-lhe-há concedido o privilegio por espaço de cinco annos, contados da data em que foi

<sup>95</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 42 Edição 23 de 17 de abril de 1860 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

<sup>96</sup> Com estas iniciais aparecem subscritos trabalhos em: Marmota Fluminense (Rio, 1859), Semana Ilustrada (Rio, 1875), A Estação (Rio, a partir de 1881), Almanaque da Gazeta de Notícias (Rio, 1885), A Semana (Rio, 17-7-1885) e Almanaque das Fluminenses (Rio, 1890). Ainda que as evidências apontem para Machado de Assis, restam dúvidas quanto à autoria.



publicada a primeira tradução da sua obra, autorizada por elle; e nenhuma outra se dará á estampa no outro paiz sem sua prévia autorisação. [...] <sup>97</sup>

O jornalista Joaquim Saldanha Marinho, principal redator do jornal, publica na edição 329 de 3 de dezembro de 1861 o parecer do Conservatório Dramático favorável a encenação da tragédia *Cinna* que foi "á scenna no theatro de S. Pedro em festejo ao anniversario S.M. o Imperador:" A avaliação inicia levantando a dúvida se as "traducções enriquecem, ou se empobrecem as linguas em que são feitas". Afirma que o debate instituído a respeito tem sido caloroso, mas que os resultados obtidos "tanto consultam a favor de uma, como da outra especie" <sup>98</sup>. E apresenta então os argumentos das partes:

Os partidários do enriquecimento gastam avultado cabedal de engenho em declarar que as boas versões de obras uteis e de elevado merito litterario correspondem a outros tantos originaes, credores de encomios. Para mais autorisarem este asserto abduzem o esmero com que Franco Barreto, Candido Lusitano, Felinto Elysio, Bocage, Costa e Silva, visconde de São Lourenço, os Srs. Castilhos, Magalhães, Odorico Mendes trasladaram para a lingua portugueza as preciosidades dos thesouros de Virgilio, de Horacio, de Ovidio, de Wieland, de Homero, de Chateaubriand e de Milton.

Os arautos do empobrecimento apregoam que do apêgo ás traducções tem-se originado a escassez de produções no idioma vernaculo e o progressivo desbotar da dicção opulente de *Frei Luiz de Souza*, de Rodrigues Lobo, de Heitor Pinto e tantos outros que fallaram e escreveram com elegancia e primor na idade de ouro das letras portuguezas.

---

<sup>97</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 43 Edição 279 de 1º de outubro 1861 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

<sup>98</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 43 Edição 329 de 3 de dezembro 1861 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015

Sem entrar neste certame carecido de grande desenvolvimento, direi de passagem que semelhante pleito disperta *sympatias* pelo pró como pelo contra, ambos os quaes banqueteam com opinaros manjares o paladar dos epicuristas em litteratura.

De tal torneio, em que justam tão esforçados campeões parecem que saem victoriosas duas verdades que passo a referir.

As traducções mediocres e as pessimas, as traducções de escriptos frivolos não prejudicam a lingua, porque nem alcançam o favor da leitura aturada, são condenadas a perpetuo esquecimento, esgotando com as primeiras linhas a paciencia do leitor mais bibliophilo

As versões boas de trabalhos de nomeada e laureadas pelo louvor de criticos eminentes, as versões, que digam em nossa fertil linguagem quanto bello e energetico dizem as linguas estranhas, são apreciadas com entusiasmo como as cópias dos retabulos dos grandes mestres.<sup>99</sup>

Após essa análise, Marinho passa a escrever sobre a tragédia *Cinna* de Corneille que estrearia em breve no Teatro São Pedro com tradução de Antonio José de Araujo. Ele fala sobre a dificuldade, ainda que superada pelo tradutor, em verter para a linguagem corrente os hendecassílabos do texto fonte já que

Dar por consequencia uma versão do *Cinna* em linguagem corrente de hendecasyllabos, alguns dos quaes são de perfeita metrificacão, é além de muita difficuldade superada, como fica dito, um grande serviço feito ao theatro brasileiro, que se vai

---

<sup>99</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 43 Edição 329 de 3 de dezembro 1861 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015

esquecendo do genero trágico por não haver tragedias a representar.<sup>100</sup>

O ano de 1862 ficaria marcado, no que diz respeito às notícias sobre tradução no *Diário do Rio de Janeiro*, pelos escândalos do Conservatório Dramático, que "não contente de ser já de si uma instituição anachronica, está transformando em arma de guerra contra aquelles que têm a desgraça de incorrer no desagrado de seu secretario, o Sr. Francisco Joaquim Bethencourt da Silva [...]"<sup>101</sup>. Este foi o tom da abertura da coluna *A Pedido* da edição 165 de 16 de junho. Nela, são levantadas evidências de possíveis perseguições a tradutores, como é representado no trecho abaixo:

Subiu também á censura do conservatório a comedia *As mulheres fortes*. [...] vingaram-se no traductor, com tanto mais prazer que elle está ligado por estritos laços de parentesco a um homem a quem o Sr. Bethencourt honra com a sua particular dasaffeição. Do parecer dado extractamos o que diz respeito a tradução; é um apontado de sandices que espanta [...] Leiam e admirem; - A tradução é péssima. Há a repetição muitas vezes do gallicismo *fazer vir*, que é um pouco insuportável. Não é o gallicismo que censuro, é pela dupla intelligência a que está sujeito - Assim a traducção é péssima e o censor só acha a censurar o gallicismo. Mas quem diria ao coitado que *fazer vir* é gallicismo? Se elle tivesse tido o trabalho de folhear o dictionário de Constancio, acharia na palavra *fazer* o seguinte: - Fazer, seguido de um infinitivo, equivale a obrigar, v. g. fazer sahir, ir, *vir*. [...] há ainda dous reparos do censor, que justificam bem o que acabamos de dizer. Em uma occasião em que as personagens tomam chá, diz uma dellas a outra: - Offereça-lhes

<sup>100</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 43 Edição 329 de 3 de dezembro 1861 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

<sup>101</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 44 Edição 165 de 16 de junho de 1862 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

leite. - O censor manda riscar esta phrase por ambigua, dizendo que se devia oferecer outra *cousa*.<sup>102</sup>

Em 29 de janeiro de 1863 a coluna *Variedade* da edição 22 inicia uma sequência de artigos sobre Manoel Odorico Mendes. O primeiro texto apresenta uma análise sobre o desconhecimento de Portugal a respeito da literatura brasileira:

A litteratura brasileira contemporanea é quasi geralmente desconhecida em Portugal. Ou seja desdem proveniente de uma superioridade incontestavel neste ramos dos conhecimentos humanos, ou a lingua portugueza, transformando-se no Brasil, e affectando novos meneios, em que o desalinho, as incorreções, e os modernos gallicismos se alliam sem graça e com um gosto impuro, ao fallar obsoleto do seculo de quinhentos, se affigure por isso estranha e degenerada aos descendentes directos de Camões e de Vieira, o facto que assignalamos não é nem menos manifesto, nem menos para sentir-se, posto que por outro lado não deva causar surpresa em uma época em que aqui as fórmulas mais que as idéias attrahem a attenção, e o culto da phrase e do estylo se converte não raro em cega e viciosa idolatria.<sup>103</sup>

Esta apreciação prepara o texto para tratar especificamente de Odorico Mendes que, segundo consta, possuiria a capacidade de transmitir "a nobreza propria á terra em que nascem, e a todos a que lhe pertencem, sem a receberem

---

<sup>102</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 44 Edição 165 de 16 de junho de 1862 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

<sup>103</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 45 Edição 22 de 29 de janeiro de 1863 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

de ninguém"<sup>104</sup>. Mesclando opiniões sobre o que considera uma boa tradução e tratando especificamente sobre a versão de Eneida publicada por Mendes na Paris de 1854, afirma:

Nesta apazível traducção (escreveu o Sr. Antonio Cardoso Borges de Figueiredo, distinto professor de poetica e litteratura classica, no lyceo de Coimbra) achei fielmente transladados em a nossa lingua os conceitos, as paixões e os sentimentos do épico latino, e sem diminuição nem accrescimo, repostas as suas mesmas imagens, e ainda muitas das suas figuras. Bem sabia o Sr. Mendes que o verdadeiro traductor não deve ser paraphrasta senão fiel copiador e retratista, *fidus interpretes*. Alli apparecem postos em luz clara varios passos da Eneida, onde illustres commentadores não haviam atinado com genuino sentido, mas que o eximio traductor pôde alcançar. Isto ficará evidente a quem consultar as excellentes notas que seguem cada um dos cantos do poema, e em que o mesmo ostenta vasta erudição e critica judiciosa e esclarecida.

Ellegante, limada e polida é a sua phrase, e seus versos correm quasi sempre com facilidade, são de ordinario cadentes e numerosos. A perspicuidade, a precisão, e ainda a concisão bem entendida, a propriedade dos termos, o gesto delicado; todas estas virtudes lá offerecem seu agardavel donaire. Esse grande segredo dos mestres, a harmonia imitativa, que ora pinta pela onomatopéa as qualidade sensiveis dos objectos, ora emprega a analogia dos números ou rythmos com as idéas ou com os sentimentos; essa bella harmonia, a que nenhuma das linguas modernas se presta por ventura tanto como a nossa, em innumeraveis phrases e versos a descobrirá o leitor de tacto fino...

---

<sup>104</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 45 Edição 22 de 29 de janeiro de 1863 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

Em forjar palavras novas alguém quizera que tão bom traductor fosse mais sobrio: *Dabitur licentia sumpta pudenter*. Quem souber todavia que, só nos *Luziadas* Camões introduzira duzentas palavras latinas e que depois d'elle em todas as eras quase todos os bons poetas a foram innovando, não estranhará tanto a sobejidão dos neologismos em todas as paginas desta traducção. Para estas innovações tinha o traductor pedido venia, e tem a sua principal descarga na necessidade; sendo que, como elle em suas notas mostra, só por aquella arte podia guardar a precisão, que tão justamente ama, e copiar justeza das idéas e força dos pensamentos do seu prototypo.

Um comprovinciano nosso (falla o já citado Sr. Sotero dos Reis), o Sr. Odorico Mendes actualmente em França, tem feito da lingua de Camões [...] Desde a mais tenra mocidade cultivamos a preciosa amizade do Sr. Odorico Mendes, e sempre o conhecemos dedicado a este genero de estudo, que hoje tem levado a grande apuro e perfeição, como o attestam as suas obras, e com especialidade a traducção da Eneida, com que enriqueceu a nossa litteratura, e em que a lingua portugueza aposta com a latina primores de concisão, clareza, flexibilidade, graça, galhardia, força, riqueza e pompa, senão pela ventura de harmonia e magestade.<sup>105</sup>

De 1863 até 1870, são raros os textos que abordem a tradução em si. Neste período, toda a referência a palavra "traducção" diz respeito a anúncio de lançamento de obras, peças teatrais e de ensino de línguas estrangeiras. A exemplo da edição 146 de 29 de maio de 1863 que informava que "O Sr. Dr. Achilles Varejão verteu com toda a elegancia e fidelidade a comedia de

---

<sup>105</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 45 Edição 22 de 29 de janeiro de 1863 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

Sardou. Soube conservar a originalidade da phrase e o colorido da ideia"<sup>106</sup>. Ou ainda a publicação a pedido dos editores E & H. Laemmert sobre *A Família Briançon ou O Campo, A Fabrica e A Fazenda* de L. de Jussieu anunciada na edição 147, de 30 de maio do mesmo ano. A obra, traduzida pelo desembargador Henrique Velloso de Oliveira, é uma narrativa dedicada aos jovens da cidade e do campo, "é de uma perfeição sem igual, cresceu ella de valor pela traducção em linguagem amena e pura do sabio Sr. Desembargador Henrique Velloso de Oliveira, cuja erudita penna já tantos serviços tem prestado ás letras brasileiras"<sup>107</sup>.

Em 1870 o jornal volta a estampar textos críticos à tradução, à literatura e à arte nacional. O debate é retomado a partir da coluna *Communicado* publicada na edição 10, de 10 de janeiro de 1870, assinada por Henrique Chaves. Com o título *A morgadinha de Val-flor*, o autor faz duras análises à arte nacional e às "immundices do theatro Francez", ao mesmo tempo em que sentencia que "o drama contemporaneo tem de ser litterario na fórma, moral na excencia e popular na fórma". Diz ele:

Depois da regeneração da sociedade, veio como sua consequencia necessária a regeneração da arte. Esta transição é um corollario do grande movimento social do fim do século passado: é o principio da liberdade que depois de se estabelecer no Estado e mudar a face de todas as cousas, prossegue a sua marcha do mundo material ao mundo real e vae reformar a arte como reformou a sociedade. Este principio teve grande

---

<sup>106</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 45 Edição 146 de 29 de maio de 1863 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015

<sup>107</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 45 Edição 147 de 30 de maio de 1863 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015

influencia na arte dramatica por que o theatro é quem retrara a côres vivas a vida das nações e o seu andamento no caminho do progresso intellectual. O drama contemporaneo tem de ser litterario na fórmula, moral na excencia e popular na fórmula. Pela pintura das paixões partilha, o drama da tragedia e pelo retrado dos caracteres da comedia. [...] Mas, nesta época em que a litteratura dramática devia, se não já, ter ocupado o logar que lhe foi conquistado, pelo menos não andar arrastada pelos *famintos devoradores* das immundices do theatro Francez, a aparição de uma peça que pela sua contextura, pela sua linguagem e pelo desenho dos typos que faz jogar em scena, revella o conhecimento profundo das necessidades do theatro e exigencias do público, não póde deixar de ser saudada com entusiasmo por aquelles eu ainda creem que é da regeneração da arte, eu há de surgir o futuro da sociedade. [...] Há peças fadadas para altos destinos. O nome de Pinheiro Chagas era uma garantia para a sua obra anciosamente esperada pelo público, avido de ver nos theatros, dramas com sabor portuguez e não esse mixto de composições de origem ignorada e de fim ainda mais desconhecido.<sup>108</sup>

A voz de Chaves não ecoava solitária, sendo seguida por Luiz Caetano Guimarães Junior que fez publicar nos dias 25 de janeiro e 5 de fevereiro do mesmo ano, seus apelos em favor da nacionalização da literatura. No primeiro texto afirma que antes da literatura, era o povo que deveria nacionalizar-se, destacando que faltaria ao país feições próprias. Critica a literatura francesa, que chama de "fonte envenenada", e "o affam com que o

---

<sup>108</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 53 Edição 10 de 10 de janeiro de 1870 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 24 de junho de 2015.



povo corre às livrarias á procura de uma obra como a celebrada Fanny de Feydean, e a Bovary de Flaubert<sup>109</sup>. Escreve ele:

Bradam alguns espíritos pesquisadores a favor da nacionalização da litteratura brasileira. Nacionalização litterária! Mas quem deverá nacionalizar-se primeiro era o povo. Delle parte tudo, sobre elle tudo converge. E qual é o espírito nacional? O Brasil não tem feição característica, e senão digam-me se a luz illumina as peripécias da vida nacional é mais que o reverbério da existência europeia. Desde os mais intimos hábitos sociais até a larga manifestão do espírito em todas as espheras do conhecimento humano, o thesouro do paiz tine apenas com moedas estrangeiras. É um factio lastimoso, mas factio real e indiscutível. [...] A litteratura franceza, fonte envenenada, onde desalteram os nossos homens de letras, e particularmente a nova geração que surge de todos os angulos do Imperio, é a mais viciosa e a menos edificante de todas as litteraturas. [...] Isso é triste realmente, e o affam com que o povo corre às livrarias á procura de uma obra como a celebrada Fanny de Feydean, e a Bovary de Flaubert, prova desgraçadamente as ruinas sociaes deste seculo, muito mais condenáveis do que os vícios e as roueries (faltou-me a traducção para o termo) dos representantes do seculo XVIII. Embora será mais um protesto lançado à face da pervercidade e do escandalo, que assolam as livrarias e penetram como assassinos invisíveis, no amago da família e no generoso coração da juventude inexperiente. A litteratura das Damas das Camélias, Perdas, Fernandas e Izas, é uma litteratura bastarda e um crime de que lançam mão os modernos architectos de ruinas. [...] Diz Madame de Stael, que no estudo de uma obra, a primeira coisa a indagar é a utilidade que o livro traz à communhão social. É raro, é raríssimo o productio da

---

<sup>109</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 53 Edição 25 de 25 de janeiro de 1870 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

escola realista que procure um fim útil ou humanitário. [...] Oh! Juramentos da primeira idade da vida! Oh! soes! Oh! Raios! Oh! Auroras da juventude! Oh! Anjos da mocidade e do amor! Fugi, que é tempo! Abri as asas assustadora e mergulhai para sempre no ether donde os nossos santos e misericordiosos olhares perder-se-iam nas trevas deste oceano tempestuoso.<sup>110</sup>

Em seu segundo apelo em prol da literatura nacional chama escritores, poetas, dramaturgos e romancistas de "agiotas do espírito", afirmando que a "escola franceza apoderou-se do teatro, do gremio, do jornal e das livrarias"<sup>111</sup>. E declara que considera o "sentimento nacional" do último livro poético de Bernardo Guimarães o princípio de uma nova era para a literatura brasileira, até então adormecida. Assim escreve na edição 36 de 5 de fevereiro de 1870:

A litteratura falhou; apareceu um livro de tempos em tempos; mas que litteratura? mas que livro? O manjar da occasião; a falsa iguaria, cujos temperos violentos enganado o paladar envenenavam e devoravam insensivelmente os consumidores. O escriptor, o poeta, o dramaturgo, o romancista, agiotas do espírito, deixaram de saldar o ideal; não pensavam, compunham; não inspiravam-se, vendiam-se. A imitação atras da escola franceza apoderou-se do teatro, do gremio, do jornal e das livrarias. E porque? Era urgente socorrer as necessidades do tempo; nas treguas conferidas pelos surdos combates que agitavam em geral os espíritos, só em fortíssimas

---

<sup>110</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 53 Edição 25 de 25 de janeiro de 1870 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

<sup>111</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 53 Edição 36 de 5 de fevereiro de 1870 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

diversões era que se descobria o entretenimento e o interesse. Dahi o romance realista, o drama realista, a comedia libertina, a satyra pungente, a análise mordaz, que encheram a litteratura nacional. Sobre tudo passava o sopro incendiário da época, como a rubra nuvem de Sodoma. [...] a reação litteraria começou com lentidão, com esforço, mal sustentada e apenas a crítica registrava demasiadamente uma producção verdadeiramente litteraria e util, surgindo como astro predestinador. Não seria erro de certo marcar por ponto de partida á nova era o último livro poético do Sr. Dr. Bernardo Guimarães. O sentimento nacional dessa obra veio despertar o carater primitivo e único da litteratura até então adormecido. [...]<sup>112</sup>

A edição 321 de 11 de novembro 1870 traz impressa a transcrição do prólogo que o professor de inglês do Imperial Colégio de Pedro II Motta de Azevedo fez da sua tradução para o português da obra de Samuel Smiles, *Self Help*, sob o título de *Ajuda-te a ti mesmo*. Relatando as suas escolhas para a tradução, afirma ter optado em verter do original inglês em detrimento da versão francesa por considerar que esta substitui personagens ingleses por franceses, além de omitir "muita materia que vem na educação original". Por fim, explica como chegou ao título português "interpretando e respeitando o sentido do autor, exprimindo com fidelidade a força dos vocábulo, e attendendo á energia da phrase portugueza". Afirmando ter procurado ser "o mais fiel possível á versão, sem prejudicar, todavia, a clareza do estylo e a vernaculidade da phrase portugueza"<sup>113</sup>, relata assim as suas preferências:

---

<sup>112</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 53 Edição 36 de 5 de fevereiro de 1870 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

<sup>113</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 53 Edição 321 de 11 de novembro de 1870 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

Fiz a versão do original inglez, preferindo este a uma tradução franceza de Alfredo Talandier, que por ahi corre impressa, e a qual, sobre ser traducção, e portanto já não tão perfeita como o original, substitue por francezas as personagens inglezas, e omitta muita materia que vem na educação original, accrescendo ainda que não traduz o titulo da obra *Self Help*, conservando-o tal qual em inglez. E a respeito do titulo cumpre-me, previnindo a critica, dizer que hesitei sobre o modo de o traduzir em portuguez. *Self Help* literalmente quer dizer *socorro que uma pessoa presta a si, auxilio proprio*, e também *esforço proprio ou pessoal*, mas esse titulo, tão frisante e expressivo em inglez, na nossa lingua pouco exprime e mesmo se presta a diversas significações; por isso, interpretando e respeitando o sentido do autor, exprimindo com fidelidade a força dos vocábulos, e attendendo á energia da phrase portugueza, traduzi: «Ajuda-te a ti mesmo» ou «Do esforço pessoal.»<sup>114</sup>

Nos anos de 1871 e 1872 os discursos sobre a tradução voltam a ficar raros, a exceção de anúncios e poucas notícias sobre um ou outro lançamento. Como na edição 34, de 3 de fevereiro de 1871, em que uma nota a pedido, assinada por M. T. Alves Nogueira, afirmava que estava reservado ao illustre brasileiro Manoel Odorico Mendes realizar a tradução completa da *Iliade* que, "guardado zelosamente em Augustas Mãos, vae em breve, segundo nos conta, ser propriedade de toda a nação"<sup>115</sup>. Ou ainda o relato das *Notícias várias de nosso paiz* veiculadas na edição 242 de 1º de setembro do mesmo ano que diz "Temos a publico um livro excommungado. Intitula-se o *Inferno*, e foi

---

<sup>114</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 53 Edição 321 de 11 de novembro de 1870 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

<sup>115</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 54 Edição 34 de 3 de fevereiro de 1871 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 30 de maio de 2015.

traduzido pelo romancista Camillo Castello Branco". A nota conta que, tanto o livro como seu autor Augusto Callet, foram condenados pela sagrada congregação do *index* de Roma, e acrescenta: "Parece-me que esta condição é suficiente para que a edição tenha prompta venda<sup>116</sup>". A partir dessa data, a má qualidade da digitalização das páginas do *Diário do Rio de Janeiro* impedem a sua leitura, voltando a ser legível em meados de julho de 1873.

A retomada da busca pela palavra *traducção* nas páginas do periódico levou ao texto abaixo, publicado na edição 329 de 30 de novembro de 1873, seguido da tradução citada:

Ante-hontem, pelas 11 horas da noute, emquanto os mais influidos enchiam as ruas de ciscaria, jacás, barricadas e seu rancho, emquanto os mais patuscos applaudiam o *Vampero* e os mais pilhericos deixavam as portas do Cassino, emquanto os mais industriosos apertavam as guelas da pacifica e pascacia gallinha, Tiberio da Natividade scismava no que é o homem, no que é esse rei do universo, abriu um livro de Racine Filho, entusiasmou-se por uma das composições, resolveu traduzil-a e mandar-la para este folhetim guloso, que de tudo se alimenta.<sup>117</sup>

Em 14 de outubro de 1875, a edição 283 traria a trágica notícia sobre a morte de Antonio Feliciano de Castilho em consequência de uma febre cerebral. Aos 75 anos, o visconde de Castilho era um dos mais distintos escritores portugueses, poeta e prosador, que "honrou altamente as letras portuguezas, e seu nome está immortalizado com as traducções de anos,

---

<sup>116</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 54 Edição 242 de 1 de setembro de 1871 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 30 de maio de 2015.

<sup>117</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 56 Edição 329 de 30 de novembro de 1873 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

Ovídio e de Goethe; a sua última obra foi uma tradução em verso do *Sonho de uma noite de verão*, de Shakespeare"<sup>118</sup>.

Em março de 1876 a edição 61 do dia 5 publicava na coluna "Correspondência para o Interior" o texto de J. B. N. Gonzaga Filho que ressaltava a tradução da *Divina Comédia* feita por Jesuino Ferreira. Destacando a modéstia do tradutor, informa que em língua portuguesa havia apenas meia dúzia de traduções de cantos do *Inferno* e que, de repente, surgem duas novas versões, uma de V. Ferreira, em verso branco, e outra em tercetos como no original. E revela: "Affirmam que há terceira!"<sup>119</sup>. Assim é retratado o tradutor:

Conheces o Dr. Jesuino Ferreira? Talvez não; porque é um homem sobremaneira modesto, não ostenta, nem se pavonea com certos individuos que andam por ahi a apregoar seu *pechisbeque* como de fosse *ouro de lei*. [...] Conheço-lhe dous titulos que recommendam seu talento: um já foi impresso, o outro ainda é inedito. O primeiro é a tradução do *Templo de Guido*, de Montesquieu, - da prosa em verso. O segundo, de muito mais subida importancia, é a versão da *Divina Comédia* de Dante...

[...] O Dr. Manoel Jesuino Ferreira é um entusiasta do teu calibre. Há dez annos passa os intervallos de uma grave enfermidade a traduzir a *Divina Comedia*. Já é fanatismo! Dizem até que, se está na espinha, do Dante principalmente se deve queixar. Mais um pecado ás costas do amante de Beatrice!

Affirmaram-me que já concludo a traducção do *Inferno* e do *Purgatório*; e que, ufano, pelas difficuldades vencidas, invadio o *Paraízo*. Á vista da bizzarria com

---

<sup>118</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 58 Edição 283 de 14 de outubro de 1875 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 2 de junho de 2015.

<sup>119</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 59 Edição 61 de 5 de março de 1876 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015

que marcha, estou que sahirá bem do commettimento. [...] Em lingua portugueza até hoje veio a lume sómente meia duzia de cantos do *Inferno*. Eis de repente surgem a passo igual duas versões, uma, a de V. Ferreira, em verso branco, a outra em *tercetos*, como no original. Andam agora aos pares. Affirmam que há terceira!<sup>120</sup>

Ainda tratando de grandes obras, agora é Zampagnaro que escreve no *Folhetim* da edição 8, de 10 de janeiro de 1877, sobre a tradução de Flor de Aliza de A. de Lamartine - "Versão portugueza de uma jovem brasileira". Afirmando ser esta uma boa tradução, acredita que "o interesse, porém, deste acontecimento sobe de ponto quando o autor do livro se chama Lamartine e a sua versão para o nosso idioma é devida a uma intelligente e jovem compatriota"<sup>121</sup>. E acrescenta que a tradução é tão "aprimorada e correcta" que parece estar-se lendo um livro escrito originalmente em português, o que, segundo ele, o público não estaria muito habituado.

Uma boa tradução de um bom livro é dupla novidade, que deve alegrar sinceramente todos os escritores das bellas letras.

[...] A tradução é aprimorada e correcta. Parece-nos estar lendo um livro, escripto originalmente em bom portuguez, deleite a que sinceramente não estamos muito habituados. A tradutora mostra conhecer tanto a fundo a lingua, que interpreta como o seu proprio idioma, e o que é mais, consubstanciando-se no espirito do autor, comprehendeu a doce melancolia de seus sentimentos, entendeu o sentidos de todas as suas

---

<sup>120</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 59 Edição 61 de 5 de março de 1876 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015

<sup>121</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 60 Edição 8 de 10 de janeiro de 1877 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

palavras e compenetrou-se inteira e docemente da propria alma do poeta.<sup>122</sup>

Fazendo referência aos personagens Vadius e Trissotin de *Les Femmes savantes*, comédia de Molière lançada em 1672, a *Revista da Imprensa* da edição 122 de 08 de maio de 1877 reproduziu um desafio lançado nas publicações a pedido do *Jornal do Commercio* pelo Sr. Cool, autor de uma tradução francesa dos *Luzíadas*. Diz o texto que, lendo o *Gazeta* em que veio transcrito um trecho de outra versão francesa do mesmo poema, o tradutor descobriu quatro versos errados. Diante disso, fez uma proposta curiosa: "Se um juiz do Parnaso decidir que o erro existe realmente, o autor dos versos pagará cem mil reis de multa; no caso contrário o Sr. Cool dará um conto de reis aos pobres do Maranhão<sup>123</sup>". E o redator do *Diário* encerra sua coluna afirmando: "Eis que voltamos aos tempos de Vadius e Trissotin!"<sup>124</sup>.

No ano de 1878, o último em que circulou o *Diário do Rio de Janeiro*, a única referência encontrada sobre o debate a respeito da tradução no polissistema cultural nacional é uma crítica à versão portuguesa da peça *L'ouvrier*, de Frederico Soulié, escrita 38 anos antes em Paris. A edição de 21 de abril do jornal trazia no rodapé de sua primeira página a coluna *Folhetim* assinada por X.Y.Z. que sentenciava:

A tradução é fiel: tão fiel, que algumas cousas ficaram como no original: em francez. Esses descuidos não os perdão eu ao Primo da Costa; por

---

<sup>122</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 60 Edição 8 de 10 de janeiro de 1877 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

<sup>123</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 60 Edição 122 de 8 de maio de 1877 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

<sup>124</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 60 Edição 122 de 8 de maio de 1877 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015.



isso mesmo que os reconhece, e busca entretanto absolver-se. Preguiçoso!  
Escrever gallicismos sem consciência é prostituir a língua; escrevel-os conscientemente não sei o que será. O Primo da Costa sahiu-me desta vez um primo Bazílio...da lingua.<sup>125</sup>

Após esta crítica, as únicas referências sobre tradução nas páginas do *Diário* voltam a dizer respeito a anúncios de lançamentos de obras e de peças teatrais. Isso até o dia 31 de outubro de 1878 quando circulou sua última edição.

---

<sup>125</sup> Diário do Rio de Janeiro, Ano 61 Edição B14 de 21 de abril de 1878 disponível on-line pelo site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 29 de maio de 2015

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgatando a afirmação de Bakhtin de que as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios, é possível inferir que o discurso a respeito da tradução nos 38 anos verificados nessa pesquisa acompanhou a luta pela edificação de uma cultura própria. Seja ele auxiliando no estabelecimento de um público leitor, seja servindo como base e subsídio para críticas que fomentaram e provocaram o surgimento de uma literatura própria nacional.

O que se verificou no decorrer da pesquisa foi que o início da década de 1840 esteve marcado pelas críticas ao fato das obras existentes no Brasil não exprimirem o sentimento nacional. A falta de uma identidade brasileira na arte permeava os discursos veiculados no *Diário do Rio de Janeiro* no período. A defesa era por uma tradução domesticadora, tomando-se como exemplo Horácio e Cícero, que defendiam que os textos vertidos do grego deveriam receber a coloração romana.

Este discurso não vinha descontextualizado já que acompanhava o pensamento de defesa do nacionalismo feita pela primeira geração de românticos. Neste período é possível ler artigos que argumentavam que a tradução deveria exprimir pensamentos e não palavras, e que, tão importante quanto dominar a língua fonte e a língua meta, seria conhecer as duas culturas. É possível verificar também breves passagens sobre as diferentes dificuldades em verter textos em prosa e em verso, além da importância de se adequar a linguagem dos personagens traduzidos à sua condição e educação. Em resumo, o que se lê são discursos carregados de sentimento de nacionalidade na lógica

de se consolidar culturalmente a nação ao fazer literatura. A isso Antônio Candido (1981) chamou de "nacionalismo literário".

A partir de 1846 o que se vê nas páginas do jornal é uma abundância de anúncios de obra e peças traduzidas, mas pouco debate conceitual sobre os tipos de tradução. Conforme se avança para a década de 1850, o debate vai desaparecendo por completo. Em 1851 é publicado o regulamento para *Interpretes do Commercio*, os futuros Tradutores Juramentados. Já em 1852 a publicação do Collegio de Belas - Letras que informa a supressão das aulas de alemão e grego, mas a manutenção do latim, francês e inglês, evidencia a forte influência destas duas últimas línguas na educação. Porém, nas críticas à peças estrangeiras começa a se perceber uma maior resistência à cultura importada.

Partindo desta década percebe-se um leve deslocamento do discurso sobre tradução veiculado no jornal, antes mais centrado em teorias da tradução e a críticas ao modo de traduzir, para uma abordagem um pouco mais questionadora e ideológica sobre a presença das obras estrangeiras no polissistema cultural brasileiro. Assim, encontram-se discursos desfavoráveis ao afrancesamento e à utilização de sintaxes distantes da língua portuguesa. Aliado a estas linhas de debates, aparecem, também, questionamentos sobre a baixa quantidade de produções literárias nacionais e sobre o público leitor/expectador.

Os anúncios das peças em cartaz deixam claro que nesta década os espetáculos encenados eram em sua maioria produções francesas adaptadas à realidade brasileira. Por isso vê-se neste período uma intensificação das críticas à manutenção de expressões francesas, que possuem equivalentes em português, nas versões nacionais, e a forte influência estrangeira que vinha popularizando termos não muito simpáticos à língua portuguesa, chegando-se

a chamar esta prática de "corrupção de termos". Retorna então o debate sobre a importância em se conhecer as línguas de partida e de chegada, seus usos, costumes e sintaxe. Nesta época tem destaque a publicação dos pareceres do Conservatório Dramático, como já visto, uma rica fonte de estudo sobre a tradução no Segundo Reinado, em especial nos anos de 1843 a 1864 e de 1871 a 1897, períodos em que atuou.

As críticas dos censores do Conservatório extrapolavam sua função, que deveria se restringir ao zelo à moral e à política defendidas pelo Governo. Por isso é recorrente ler nos pareceres deste período, críticas quanto à linguagem, ao estilo e, claro, às locuções francesas utilizadas nas obras traduzidas ao português do Brasil. Mais uma vez verificando-se o dialogismo defendido por Bakhtin, é possível perceber uma constante exaltação à beleza da língua portuguesa, fazendo o contraponto então à língua estrangeira. Nesta defesa do nacional, surge o questionamento: as traduções enriquecem ou empobrecem as línguas em que são feitas? Apesar de muito debate, a contenda não chega a um parecer final.

De 1863 a 1870 mais uma vez voltam a ser raros os textos que abordam a tradução em si, retornando às páginas do *Diário* em meados de 1870. A tônica é a mesma da década de 1850: textos críticos à tradução, à literatura e à arte nacional. Os discursos são contrários ao teatro francês com apelo à nacionalização da literatura. Há críticas ao público leitor que corria às livrarias a procura de obras estrangeiras, consideradas "fonte envenenada". Escritores, poetas, dramaturgos e romancistas são tachados de "agiotas do espírito" por permitirem que a escola francesa se apoderasse do teatro, do jornal e das livrarias brasileiras. Esta tônica se mantém até o início de 1878

com a publicação, em 21 de abril, do Folhetim assinado por X.Y.Z. onde constam críticas a uma tradução tão fiel, que manteve algumas coisas do francês. A partir da veiculação deste texto, até sua última edição de 31 de outubro, as referências ao termo *traducção* dizem respeito apenas os anúncios já costumeiros de estreias de peças e de venda de livros traduzidos.

Como já dito anteriormente, a Teoria dos Polissistemas pressupõe a existência de vários sistemas que se relacionam dialeticamente. Assim, a literatura é um dos elementos que integra as atividades sociais humanas, ou seja, como um sistema dentro de outro maior, a cultura. As traduções, consideradas fatos da cultura que as recebe, compõem um subsistema que integra o sistema literário da língua de chegada, numa relação recíproca entre todos os sistemas. A literatura - em consequência a literatura traduzida, a arte e a cultura - é então elemento fundamental à edificação da identidade nacional, fato que se percebe nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro* nos 38 anos pesquisados - de 23 de julho de 1840 a 31 de outubro de 1878.

Ao promover a interdisciplinariedade entre história, tradução e jornalismo, a presente pesquisa dá a sua contribuição para a ampliação do conhecimento acerca da história da tradução no Brasil no Segundo Reinado. Através da análise do deslocamento do discurso sobre *tradução* presente no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, foi possível encontrar as evidências da luta pela edificação de uma literatura e um teatro nacionais. Na luta pela formação de uma cultura nacional, o que variou foi o tom, a forma e a intensidade dos discursos.

Retomando a teoria do Círculo de Bakhtin, "a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais". É através dela que se estabelece o meio no qual se produzem mudanças que irão adquirir uma

nova qualidade ideológica. Ou seja, "a palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais" (BAKHTIN 2006, p.40). O que se lê nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro* são registros dessa transformação social possível de registro graças às palavras impressas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Pedro de. **Diário do Imperador D. Pedro II, 1840-1890**. Organização de Begonha Bediaga, Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

ALENCAR, José de. **Como e porque sou romancista**. Campinas, SP: Pontes, 1990.

ALENCAR, Chico, CARPI, Lúcia & RIBEIRO, Marcus Venicio. **História da Sociedade Brasileira**, 13ª edição, Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1996.

AMORIM, Mariana de Oliveira. *Folhetins Teatrais e Conservatório Dramático Brasileiro: o espetáculo francês nos palcos da corte (1843-1864)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

ASSIS, Machado. **Obra Completa de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: José Aguilar, vol. I, II e III, 1959.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOSCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra, 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. (Voloshinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BALABAN, Marcelo. **Poeta do Lápis. Sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2009.

BATALHA, Maria Cristina. **O lugar do folhetim traduzido no sistema literário brasileiro**. Graphos. João Pessoa, v. 8, n. 1, Jan./Jul./2006 – ISSN 1516-1536.

BERMAN, Antoine. **A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica**. Trad. Maria Emília Pereira. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2002.

BRAIT, Beth. “Análise e teoria do discurso”. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin – outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006. BRAIT, B. “Introdução. Alguns pilares da arquitetura bakhtiniana”. In: BRAIT, B. (Org.). 256 PAULA Bakhtin: Conceitos-Chave. São Paulo: Contexto, 2006

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura / Typographia Nacional,

1970. Disponível em:  
<http://200.144.255.123/Imagens/Biblioteca/HL/Media/HL24.pdf>.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 1994.

BORDENAVE, Juan Diaz; CARVALHO, Horário Martins de. **Comunicação e Planejamento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BORGES, Rogério. **Jornalismo Literário - análise de discurso**. Florianópolis: Insular, 2013, v. 7.

CÂNDIDO, Antônio. A vida ao rés-do-chão. In: **A CRÔNICA: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação casa de Rui Barbosa, 1992.

\_\_\_\_\_. **Formação da literatura brasileira : momentos decisivos**. Belo Horizonte : Itatiaia, 1981. 6.ed 2V

\_\_\_\_\_. **O direito à literatura**. In: Vários Escritos. Duas cidades: Ouro sobre azul. São Paulo; Rio de Janeiro. 4. ed. 2004. p.169-191.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II: Ser ou não Ser**. Coordenação Elio Gaspari e Lília M. Schwarcz - São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASANOVA, Pascale. **A República Mundial das Letras**. Tradução Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. São Paulo: Global, 1999. V. 6.

DAROS, Romeu P. **O Imperador tradutor de Dante: o processo criativo na tradução de Dom Pedro II do episódio de “Paolo e Francesca” da Divina Comédia**. Dissertação em mestrado em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

EVEN-ZOHAR, Itamar. Teoría de los polisistemas Polysistem. In: **Polisistemas de cultura (Un libro electrónico provisional)**. Tel Aviv: Universidad de Tel Aviv: Cátedra de Semiótica. 2007, p. 4 – 24.

EWALD, Ariane P. **Fragmentos da Modernidade nas Crônicas Folhetinescas do Segundo Reinado**. Tese de Doutorado (comunicação e Cultura). Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

FERREIRA, Eliane Fernanda Cunha. **Para traduzir o século XIX Machado de Assis**. São Paulo: Annablume; Rio de Janeiro: ABL, 2004.



FREITAS, Affonso A. de. **A imprensa periódica de São Paulo [desde os seus primórdios em 1823 até 1914]** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, 19: 321-1136, 1914.

GEARY, Patrick. Memória. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jan-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 167-181, v. 2.

GOMES, Carlos. **O Guarani/Carlos Gomes**; tradução Roseli Dormelles dos Santos e Ernesta Ganzo. São Paulo: Moderna, 2011.

GOMES, Eugênio. **Machado de Assis**. Rio de Janeiro, São José, 1958.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **A contribuição italiana para a formação do Brasil /Sérgio Buarque de Hollanda**; Organização e tradução de Andréia Guerini. Florianópolis: NUT/NEIITA/UFSC, 2002.

HUMBOLDT, Wilhelm von. **Introdução a Agamênon**. Tradução de Susana Kampff Lages. In: HEIDERMAN, Werner. Antologia Bilíngue – Clássicos da Teoria da Tradução (Alemão Português). Florianópolis: UFSC, v. I, 2010.

LACERDA, Nilma G. **Crônica: nos não limites, o livre percurso**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1979.

LAJOLO, Marisa e CAMPEDELLI, Samira. **Literatura Comentada: Castro Alves**. São Paulo: Nova Cultural, 1990.

LAMBERT, José. “A Tradução” e “Sobre a descrição de traduções”. Trad. Marie-Hélène Catherine Torres e Lincoln Fernandes. In: GUERINI, Andréia; TORRES, Marie-Hélène Catherine; COSTA, Walter. (orgs.) **Literatura & Tradução. Textos selecionados de José Lambert**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. p. 183-212.

LEFEVERE, André. **Tradução, reescrita e manipulação da fama literária**. Trad. Claudia Matos Seligman. Bauru: EDUSC, 2007.

\_\_\_\_\_. **Translation: Its Genealogy in the West**. In: BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André (Eds.) Translation, History and Culture. London: Pinter, 1990. p. 14-28.

LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II, 1825-1891**. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1977.

LOPES, Dirceu Fernandes. **Uma história marcada por censura e resistência**. São Paulo: Jornal Observatório da Imprensa edição 488 de 03/06/2008. Disponível em:

[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/uma\\_historia\\_marcada\\_por\\_censura\\_e\\_resistencia#](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/uma_historia_marcada_por_censura_e_resistencia#) Acesso em: 05 março 15.

MATOS, José Veríssimo Dias de. **História da literatura brasileira**. Rio (Engenho Novo), 11 de julho de 1915.

MARTINS, Ana Luiza, e LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARENDINO, Laiz Perrut. **As transformações do Diário do Rio de Janeiro no contexto político e social do Império**. XIX Encontro Regional de História; 28 a 31 de julho de 2014; Juiz de Fora: UFJF, 2014.

MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)**, 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

NADAF, Yasmin Jamil. **O romance-folhetim francês no Brasil: um percurso histórico**. Instituto Cuiabano de Educação, Cuiabá, Brasil. Letras, Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 119–138, jul./dez. 2009.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. Imprensa no Brasil: Do Império à Primeira República. **Revista Acervo**, 19, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/158>>. Acesso em: 02 Mar 2015.

NETO. Lira. **O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar, ou, A mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinou D. Pedro II e acabou inventando o Brasil**. São Paulo: Globo, 2006.

PAVIS, Patrice. **O teatro no cruzamento das culturas**. Tradução Nanci Fernandes. São Paulo: Perspectiva, 2008.

PENA, Felipe. **Jornalismo Literário**. São Paulo: Contexto, 2008.

PONTES, Eloy. **A Vida Contraditória de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939

RENAULT, Delso. **O Dia-a-dia no Rio de Janeiro segundo os jornais, 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1982.

RICOEUR, Paul. **Do texto à acção: ensaios de hermenêutica II**. Porto: Rés, 1986.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SANTOS, Roselys Izabel C. dos. **A terra prometida. Emigração italiana: mito e realidade**. Itajaí, SC : UNIVALI , 1998 .

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. **Panorama do segundo Império**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

\_\_\_\_\_. **História da Imprensa no Brasil**. 3ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TAUNAY, Alphonse de E. **Reminiscências**. 2ª edição, São Paulo, 1932.

\_\_\_\_\_. **História da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

TOURY, Gideon. A Tradução como Meio de Planificação e a Planificação da Tradução. Trad. Alexandra Lopes e Maria Lin Moniz. **Colóquio Internacional: Histórias Literárias Comparadas**. Lisboa: Colibri, 2001, p. 17-32.

VERISSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**. Rio (Engenho Novo): Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1915.

WYLER, Lia. **Línguas, Poetas e Bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. Rocco, 2003.

XAVIER, Leopoldo Bibiano. **No Império a Imprensa é Livre**. Brasília: FENAI FAIBRA, 2013. Disponível em: <http://fenai.org.br/2013/08/23/no-imperio-a-imprensa-e-livre/>. Acesso: 30 de março de 2015.